



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXIX SUP. ÚNICO AO Nº 36, QUINTA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 2024

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
- 2º - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
- 3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
- 4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arthur Lira (PP-AL)
Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º Vice-Presidente

Deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ)
2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)
1º Secretário

Deputada Maria do Rosário (PT-RS)
2º Secretária

Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
3º Secretário

Deputado Lucio Mosquini (MDB-RO)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Gilberto Nascimento (PSD-SP)
- 2º - Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS)
- 3º - Deputado Beto Pereira (PSDB-MS)
- 4º - Deputado André Ferreira (PL-PE)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Maio de 2024	5
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Junho de 2024	52
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Junho de 2024	69
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Agosto de 2024	136





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

SUMÁRIO

- ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

- 5ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 29/05/2024;
- 6ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 12/06/2024;
- 7ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 12/06/2024;
- 8ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 14/08/2024;





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA QUINTA REUNIÃO DELIBERATIVA EXTRAODINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 2024.

Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro reuniu-se, de forma semipresencial, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados e, virtualmente, por meio da plataforma zoom. Foi registrada a **PRESENÇA** dos(as) Senhores(as) **Deputados Titulares**: Adail Filho, AJ Albuquerque, Beto Richa, Cabo Gilberto Silva, Daniel Agrobom, Domingos Sávio, Fernanda Pessoa, Fernando Rodolfo, Florentino Neto, Jonas Donizette, Julio Arcoverde (Presidente), Julio Cesar Ribeiro, Laura Carneiro, Leo Prates, Merlong Solano, Orlando Silva, Professora Luciene Cavalcante, Rodrigo de Castro, Yury do Paredão, Zé Vitor (remotamente) e Zeca Dirceu; dos **Senadores Titulares**: Astronauta Marcos Pontes (remotamente), Ciro Nogueira, Confúcio Moura, Jayme Campos (1º Vice-Presidente), Jorge Kajuru, Leila Barros, Marcos Rogério, Rodrigo Cunha e Sérgio Petecão; dos **Deputados Suplentes**: Átila Lins, Claudio Cajado, Cobalchini, Da Vitoria, Filipe Martins, Jadyel Alencar, José Ailton Félix Cirilo, Juninho do Pneu, Leur Lomanto Júnior, Mário Negromonte Jr., Moses Rodrigues, Nilto Tatto, Reginaldo Lopes, Roberto Monteiro Pai, Rosângela Reis, Vinicius Gurgel, Waldemar Oliveira, Waldenor Pereira e Zé Haroldo Cathedral; dos **Senadores Suplentes**: Hamilton Mourão, Rogério Carvalho e Teresa Leitão (remotamente); Verificou-se a presença dos **Deputados Não Membros**: Adriana Ventura, Bibó Nunes, Carlos Henrique Gaguim, Duarte Gonçalves Jr, Gabriel Nunes, Hildo Rocha, Luiz Carlos Motta, Marcel van Hattem, Pr. Marco Feliciano, Soraya Santos e Túlio Gadêlha; e do Senador Não Membro Izalci Lucas. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Dal Barreto, Dr. Victor Linhalis, Filipe Barros, José Priante, Luis Tibé, Luiz Nishimori, Lula da Fonte, Márcio Biolchi, Murillo Gouvea e Paulão e os Senadores Titulares Angelo Coronel e Fabiano Contarato. **ABERTURA**: às nove horas e cinquenta e cinco minutos, do dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e quatro, o Presidente, deputado Julio Arcoverde, iniciou os trabalhos e comunicou que já havia quórum para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

abertura da Reunião, segundo estabelece o *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, bem como quórum para deliberação, conforme o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. **EXPEDIENTES:** O Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, do dia 21 de maio até a presente data, inclusive, os avisos do Tribunal de Contas da União que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. Pediu que se manifestasse o parlamentar que tivesse interesse pela relatoria da matéria. Não houve manifestação. A seguir, solicitou ao Plenário a dispensa da leitura da Ata da 4ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada no dia 21 de maio. Não houve pedidos de retificação da Ata. O deputado Marcel van Hattem interpôs uma **questão de ordem**, com base no *Art. 129 da Resolução nº 1, de 2006 do Congresso Nacional*, acerca da necessidade da convocação com antecedência mínima de 24 horas para as reuniões deliberativas desta Comissão, uma vez que, em reunião do Congresso Nacional ocorrida ontem, dia 28 de maio, foi apresentado o Projeto de Lei nº 13/2024-CN, constante da pauta desta reunião. Em seguida, a deputada Laura Carneiro contraditou a fala do deputado Marcel e explicou o motivo da urgência desta convocação, em virtude do prazo dado pelo Presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco, para que o PLN 13/2024-CN fosse apreciado pela CMO até às 10h do dia de hoje e ressaltou que foi firmado acordo na reunião do Congresso Nacional ocorrida ontem, com a participação de todos os Líderes, para que ocorresse a votação na CMO. Usaram da palavra os deputados Merlong Solano e Gabriel Nunes – a favor da apreciação do PLN 13/2024-CN nesta reunião e os deputados Adriana Ventura, Zé Vitor e Yury do Paredão – contra a apreciação nesta reunião e a favor da votação em reunião posterior a fim de terem mais tempo para analisar o PLN 13/2024-CN. O Presidente acatou a questão de ordem, mas a indeferiu, em razão da necessidade do cumprimento do acordo firmado pelos Líderes na reunião do Congresso Nacional, ocorrida ontem. O Presidente colocou em votação a Ata da 4ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada no dia 21 de maio. A Ata foi **APROVADA** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O deputado Marcel van Hattem interpôs nova **questão de ordem**, desta vez amparado pelo *Art. 128 da Resolução nº 1 de 2006 do Congresso Nacional*. O Presidente acatou a questão de ordem e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação do PLN 13/2024-CN, a despeito do previsto no *Art. 128 da Resolução nº 1 de 2006 do Congresso Nacional*, em virtude do acordo firmado na Sessão do Congresso Nacional realizada ontem. O senador Hamilton Mourão solicitou verificação do quórum e teve seu pedido negado pelo Presidente, conforme o *Art. 136 da resolução nº 1/2006 do Congresso Nacional*, por falta de apoio necessário. Em deliberação, a quebra de interstício foi **APROVADA**, com o voto contrário do senador Hamilton Mourão. **ORDEM DO DIA: Item 1**– Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 9/2024-CN**, do Poder Executivo, que “abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 873.461.598,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. RELATOR: Deputado ÁTILA LINS. **VOTO**: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Quanto às 4 (quatro) emendas apresentadas pela INADMISSIBILIDADE a de nº 4 e REJEITADAS as demais. O Relatório foi lido pelo Relator e em conformidade com o disposto no § 2º do *Art. 146, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou inadmitida a emenda de nº 4, indicada pelo Relator no seu voto. Não houve oradores inscritos para debater e em deliberação o Relatório foi **APROVADO** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional. **Item 2**- Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 13/2024-CN**, do Poder Executivo, que “abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Saúde, e da Integração e do Desenvolvimento Regional, crédito suplementar no valor de R\$ 2.854.421.588,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. RELATOR: Deputado JULIO CESAR RIBEIRO. **VOTO**: pela aprovação do Projeto de Lei na forma do SUBSTITUTIVO apresentado. Quanto às 6 (seis) emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela REJEIÇÃO. O deputado Yury do Paredão fez novo apelo ao Presidente para que o PLN 13/2024-CN fosse votado em momento posterior e o Presidente negou sua solicitação, por ser matéria vencida. Passou a palavra ao Relator, deputado Julio Cesar Ribeiro, que fez a leitura do Relatório e destacou que a Emenda de número 5 fora retirada pelo autor, deputado João Carlos Bacelar, através do OF.GABJCB Nº 063/2024 – Requerimento de retirada de Emenda – CD 247384496100. A deputada Adriana Ventura interpôs **questão de ordem**,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

amparada pelo *Art. 144, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, para que o Relator explicasse em qual dispositivo foi autorizado um remanejamento de trezentos milhões de reais que consta no Relatório. O Presidente indeferiu a questão de ordem por entender que o Relatório apresentado encontra-se em conformidade com o *Art. 144, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional* e passou a palavra aos deputados Cobalchini, Adriana Ventura, Marcel van Hattem, Carlos Henrique Gaguim, deputado Hildo Rocha, deputado Duarte Gonçalves Jr., deputado Bibó Nunes, senador Astronauta Marcos Pontes, deputado Domingos Sávio e deputada Soraya Santos. Finalizada a discussão, foram recebidos 3 (três) Destaques e o Relator leu uma Complementação de Voto. Em deliberação, o Relatório e a Complementação de Voto foram **APROVADOS**, ressalvados os Destaques, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com votos contrários dos senadores Hamilton Mourão e Astronauta Marcos Pontes. O senador Hamilton Mourão, com o apoio do senador Astronauta Marcos Pontes, solicitou a verificação da votação e mais uma vez o Presidente negou a solicitação por falta do apoio necessário para a verificação, segundo o *Art. 136 da resolução nº 1/2006 do Congresso Nacional*.

Apreciação dos Destaques. Destaque nº 1, autor deputado Domingos Sávio, pela aprovação da Emenda nº 6, do deputado Nikolas Ferreira. O autor fez a justificativa de seu Destaque. O parecer do Relator foi pela rejeição do Destaque. Em deliberação o Destaque foi **REJEITADO** na representação da Câmara dos Deputados, com voto contrário do deputado Domingos Sávio, e não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *parágrafo 1º do art. 43 do Regimento Comum*. O **Destaque nº 3** do autor senador Hamilton Mourão - Foi **PREJUDICADO** por ter conteúdo igual ao do Destaque nº 1. **Destaque nº 2**, autor senador Hamilton Mourão, pela aprovação da Emenda nº 2, do deputado Marcel van Hattem. O autor fez a defesa de seu Destaque. O deputado Marcel van Hattem, autor da Emenda nº 2, objeto do Destaque, usou da palavra. O parecer do Relator foi pela rejeição do Destaque. Em deliberação o Destaque foi **REJEITADO** na representação da Câmara dos Deputados, com voto contrário do deputado Domingos Sávio, e não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *parágrafo 1º do art. 43 do Regimento Comum*.

ENCERRAMENTO: O Presidente encerrou os trabalhos às onze horas e trinta e oito minutos, do dia vinte e nove de maio, do ano de dois mil e vinte e quatro. Para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integram esta Ata. Deputado Julio Arcoverde, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Há quórum regimental para a abertura da reunião.

A reunião ocorre de forma semipresencial. Há Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares que participam de forma virtual, através da plataforma Zoom.

Declaro iniciada a presente reunião deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional para votação de matérias constantes na pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão do dia 21 de maio até a presente data, inclusive os avisos do TCU que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações se encontram publicadas. Caso algum Parlamentar se interesse pela relatoria da matéria, peço que se manifeste.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata da 4ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada no dia 21 de maio. Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, apresento questão de ordem, baseada no art. 129 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Diz o art. 129 que a Comissão Mista de Orçamento *"somente poderá se reunir para votação após convocação escrita aos seus membros com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas"*.

Eu quero lembrar a V.Exa. que ontem tivemos uma sessão do Congresso Nacional e, durante a sessão do Congresso Nacional, foi apresentado um PLN, o PLN 13, que nem sequer havia sido despachado pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, com uma previsão, segundo se dizia aos microfones, porque sequer tínhamos, repito, acesso ao texto, de remanejamento de 3 bilhões de reais do Orçamento da União.

Faço esse relato, Sr. Presidente, porque ontem sequer estavam muitos dos Deputados e Senadores presentes no Plenário naquele momento, próximo das 8 horas da noite. Com muita indignação me insurgi contra o fato de não sabermos para onde iria o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dinheiro, quem seria exatamente beneficiado, enquanto, repito aqui, o Estado do Rio Grande do Sul está sofrendo a maior calamidade da sua história.

Depois, Sr. Presidente, suspensa a sessão, veio-me a lista, e eis que me deparo com uma série de transferências de recursos — inclusive, alguns deles já estavam comprometidos para o Rio Grande do Sul — para outras áreas. Faço menção a um apenas, de 180 milhões 200 mil 390 reais, da Comissão de Educação, presidida pelo Deputado Nikolas Ferreira, integralmente repassado à saúde, segundo está constando no PLN, sabe-se lá para quais obras. Quanto a esse recurso da educação, já havia o compromisso do Deputado Nikolas de encaminhar 20% para o Rio Grande do Sul, e nem ele, Senador Izalci, quando liguei, sabia que estavam tirando dinheiro da Comissão de Educação para transferir pelo PLN. Isso aconteceu ontem, às 20 horas.

Sr. Presidente, Deputado Julio Arcoverde, eu me indignei e pedi ao Presidente que encerrasse a sessão. A sessão no Congresso foi suspensa. São 10 horas da manhã. Diz o art. 129, repito: *"A CMO somente poderá se reunir para votação após convocação escrita aos seus membros com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas"*. Eu faço a matemática fácil aqui: faltando 10 minutos para as 8 horas, eu falei; passaram-se, desde a minha fala, 14 horas e 9 minutos.

Eu quero saber como é isso. Não só na calada da noite, mas também na calada da manhã a Comissão vai se reunir? É desse jeito que as coisas devem funcionar? Chega!

Eu tenho acompanhado que infelizmente essa tem sido a prática da Comissão de Orçamento. Mas mandar quase 3 bilhões de reais — e não importa se é para saúde, para outras áreas que não aquelas, inclusive está tirando de mudanças climáticas, direitos da mulher, relações exteriores, defesa nacional, cultura —, Sr. Presidente, desse jeito assim, sem respeitar o Regimento?

Eu apelo a V.Exa. para que se respeite o Regimento e nós possamos nos reunir com calma na próxima semana para discutir esse valor.

E mais, se o Rio Grande do Sul está nessa questão de calamidade — porque foi utilizado o Rio Grande do Sul ontem, inclusive no discurso do Relator —, apresentamos uma emenda já para que esse valor integral da saúde vá todo para o Rio Grande do Sul. E o Senador Hamilton Mourão, aqui ao meu lado, já fez o destaque, para que esse valor integral, de quase 3 bilhões de reais, vá para o Rio Grande do Sul.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E, se não for, se o destaque não for aprovado — e vamos fazer aqui, e vamos fazer no Plenário —, se não for, cada centavo vai ser "traceado" depois no Orçamento da União. E o Prefeito que acha que vai usar esse dinheiro, porque é mais fácil liberar para a saúde antes da eleição, para fazer campanha, vai ter seu nome na Internet, e também o do Município que recebeu dinheiro que poderia ter ido para o Rio Grande do Sul. E foi, na calada da noite, aprovado para o resto do Brasil dessa forma, completamente antirregimental e ilegal.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui mais uma vez a minha indignação e minha questão de ordem a V.Exa.

Não podemos aceitar que o Regimento seja desrespeitado desse jeito e que as coisas não sejam feitas às claras, porque não são feitas. Podem dizer o que quiserem, porque vários membros da Comissão aqui, que daqui a pouco vão usar o microfone, vão defender V.Exa. Eu sei, é o jogo da política.

Parem de ficar bravos comigo! Parem de ser tão bravos comigo, porque esse não é o tipo de coisa que se faz na política. Não, isso não é coisa que se faça com o Rio Grande do Sul. Vários aqui vão defender V.Exa., mas depois vão dizer: *"É verdade, foi realmente uma — eu vou usar uma palavra com que ontem me criticaram — sacanagem o que fizeram assim, na calada da noite.*

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui mais uma vez a minha indignação e a minha questão de ordem, para que seja respeitado o Regimento.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) - Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Com a palavra a Deputada Laura Carneiro, para contraditar a questão de ordem.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) - Sr. Presidente, primeiro, quem fala é uma Deputada que, dos seus recursos do Estado do Rio de Janeiro, designou 1 milhão para o Estado do Rio Grande do Sul.

Segundo, em nenhum momento, Sr. Presidente, nós tivemos aqui... Eu tenho a honra de relatar a medida provisória do Rio Grande do Sul, com o relatório pronto desde a semana passada, e os recursos já sendo gastos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Terceiro, nos PLNs não existe nada que tire dinheiro do Rio Grande do Sul, nada, nada, nada. Acabei de checar, para não ser irresponsável.

Quarto, ontem, o Presidente do Congresso nos deu um prazo para votação na Comissão de Orçamento: até hoje, às 10 horas da manhã. S.Exa. deu um prazo para a Comissão votar, sob pena de ele avocar para o Plenário, o que é uma prerrogativa do Presidente do Congresso. S.Exa. pode avocar para, não votado na Comissão, votar no Plenário, da mesma maneira que nós votamos urgência nos projetos de lei normalmente.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, V.Exa. convocou esta reunião de maneira extraordinária e, como tudo que é extraordinário, não eram necessárias as 24 horas.

Imaginem se tivéssemos que votar uma matéria, Deputada Adriana Ventura, minha querida amiga, se tivéssemos que votar uma matéria de absoluta urgência para o Rio Grande do Sul, eventualmente, na Comissão de Orçamento, V.Exa. pediria que nós esperássemos 24 horas? Não. Então, é isso a reunião extraordinária, é isso a reunião extraordinária.

Então, Sr. Presidente, contraditando, com todas as razões — entendo sempre o Deputado Marcel, e por S.Exa. eu tenho o maior respeito —, mas tenho certeza de que V.Exa. está fazendo o certo quando, de alguma maneira, convoca esta reunião, aliás, acordada ontem em Plenário na frente de todos os Srs. Líderes de todos os partidos. De alguma maneira, V.Exa. cumpre o combinado nesta Casa, o que, aliás, é o que sempre valeu.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Tem a palavra o Deputado Merlong Solano.

Depois do Deputado Merlong Solano, falará a Deputada Adriana Ventura, e então encerraremos as falas.

O SR. MERLONG SOLANO (Bloco/PT - PI) - Sr. Presidente, o PLN 13/24 trata tão somente do remanejamento de dotações de emendas de Comissão do Senado, o RP-8, para atender necessidades específicas de saneamento básico, saúde pública e infraestrutura hídrica, não havendo nesse PLN, nem em qualquer outro PLN que o Congresso votará daqui a pouco, qualquer matéria que retire recursos do Estado do Rio Grande do Sul.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não tem faltado ao Governo Federal e muito menos ao Congresso Nacional sensibilidade para o enfrentamento dessa tragédia, a maior tragédia climática que acontece no nosso País: recursos orçamentários; emenda provisória no valor de 13 bilhões de reais; suspensão da dívida do Rio Grande do Sul, o que significa uma folga de cerca de 11 bilhões de reais para o Governo do Estado nos próximos 3 anos; zeramento do juro sobre o estoque da dívida do Rio Grande do Sul, juros de 4%, que incide sobre uma dívida de aproximadamente 100 bilhões de reais, portanto são mais 13 bilhões de reais, totalizando as duas medidas para o caixa do Rio Grande do Sul 22 bilhões de reais aproximadamente, nos próximos 3 anos; Auxílio Reconstrução de 5.100 reais; a garantia de que todas as famílias que perderam casas, da faixa 1 e 2 do Programa Minha Casa, Minha Vida, que estejam enquadradas nessa faixa, receberão suas residências de volta; recursos para a aquisição de arroz, para que não venha a faltar esse importante alimento na mesa do povo, não só do Rio Grande do Sul como do Brasil, evitando, inclusive, as pressões altíssimas que ocorrem quando essas situações graves acontecem; a disponibilização total de recursos humanos e materiais de cerca de vinte Ministérios, incluindo os civis e os militares, que estão atuando sistematicamente no Rio Grande do Sul.

Então, não entendo, Sr. Presidente, que faça sentido uma obstrução que quer retardar a aprovação de PLNs que tão somente suplementam ou remanejam recursos do Orçamento da União para atender necessidades de todo o Brasil e também do Estado do Rio Grande do Sul.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Com a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, muito obrigada. Bom dia.

Eu ouvi atentamente os colegas e só estou aqui para fazer coro e para certo esclarecimento. O Deputado Marcel fez uma questão de ordem de algo que existe, que o Presidente vai decidir.

A questão, Deputada Laura Carneiro, que eu gostaria de saber é a seguinte: qual é a urgência em liberar 3 bilhões de reais? Porque V.Exa. falou de urgência. Se ainda fosse para o Rio Grande do Sul, mas não é para o Rio Grande do Sul. Sabemos muito bem para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o que é esse dinheiro. Isso daqui é balcão de negócio. Todo mundo sabe, até as paredes sabem. Nós estamos falando aqui de emenda de Comissão, que era o RP-9 anterior. Então, eu sugiro a quem não leu o PLN que o leia.

E eu discordo, inclusive, do que foi colocado pelos Deputados anteriores, pela seguinte razão: o nosso cobertor é curto. Nós temos que falar de prioridade no nosso País.

O que o Deputado Marcel aqui traz, junto com o Senador Mourão, é o apelo de gente indignada, que está vendo o Rio Grande do Sul passar pelo que está passando — desgraça total, terra arrasada —, e estamos aqui brincando de pegar 3 bilhões de orçamento, que faria toda a diferença no Rio Grande do Sul, para mandar para base eleitoral de todo mundo aqui que está ávido por esse dinheiro. Agora não é o momento, senhores.

Peguem a folhinha do que foi cancelado. Eu sugiro aos perdidos, que não sabem do que estão falando, que olhem profundamente, até quem bate no peito e fala de educação. Zeraram a Comissão de Educação, para mandar dinheiro para reduto eleitoral.

E se eu perguntar ainda, claramente, quem vai ser beneficiado e quem vai ser autor dessas emendas, ninguém vai saber responder. Aqui, de novo, é o orçamento secreto operando, aquele mesmo, antigo, que era emenda de Relator, que o STF declarou inconstitucional. Virou emenda de Comissão — pasmem os senhores! —, só que a Comissão não decide nada.

Então, quer dizer que vão tirar 180 milhões de reais da educação, Deputado Marcel — e o Deputado Nikolas Ferreira, que é Presidente da Comissão de Educação, nem sabia que estavam tirando da Comissão dele, vamos deixar isso claro —, esse dinheiro da educação, alguém, que não sabemos quem, vai indicar para não sei onde, para o Município não sei o quê. Não sabemos quem, nem o valor.

E o dinheiro da educação vai ser usado pela saúde? Não faz o menor sentido. Quer dizer que vão usar na saúde um dinheiro que era para a educação? Com isso, nós vemos a lambança, estamos presenciando uma lambança orçamentária, um desrespeito ao dinheiro público.

E falar que não está tirando do Rio Grande do Sul é mentira, é mentira, e eu vou explicar o porquê. Porque aqui temos que trabalhar com prioridade. Se é prioridade





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mandar para reduto eleitoral, para comprar apoio — sim, todo mundo votou o MOVER ontem —, então, todo mundo precisa ser agraciado.

Deixamos claro aqui: nós precisamos mandar esse dinheiro para o Rio Grande do Sul, porque lá tem gente que perdeu tudo, que está passando fome, a cidade está embaixo de água, e aqui todo mundo brincando de bobo: *"Ah, é para a saúde, para o saneamento"*.

Vou falar do saneamento agora. Sabem quanto o Brasil gastou em saneamento no ano de 2023? No total, no ano inteiro, 350 milhões de reais, para o Brasil inteiro. Já que é tão importante saneamento e saúde, o País gastou 350 milhões de reais o ano inteiro. E aqui, numa tacadinha só, estão pegando dez vezes mais, para compra de apoio, o que até as paredes sabem. Quem quer brincar de bobo, brinque em outro lugar.

Então, eu faço apelo aqui ao Deputado Julio Arcoverde, que é Presidente desta Comissão, muito gentil, sempre muito cortês, para ver o momento delicado em que estamos. É preciso saber que a decisão aqui... E eu sei, até porque eu participo desta Comissão sempre, eu sei que é uma Comissão que funciona por acordo, mas o acordo aqui tem que ser unânime. Então, não é porque querem; os donos do poder querem, usam o dinheiro para o que querem.

Eu quero pedir a V.Exa. que, num caso desses, de calamidade pública, respeitemos a população gaúcha, que respeitemos os Parlamentares gaúchos que estão aqui e que respeitemos a nossa Comissão e o Brasil. Liberar esse dinheiro para se fazer campanha, liberar esse dinheiro rapidamente até junho para se fazer campanha eleitoral, isso não tem o menor cabimento. E quem fala que é emenda individual está falando bobagem também. Isto daqui é emenda de Comissão, orçamento secreto, ex-emenda de Relator.

Então, deixando isso claro, para ninguém brincar de bobo, digo que esse é o meu apelo. Por favor, eu peço deferimento inclusive para o pedido do colega Marcel van Hattem.

Obrigada, Sr. Presidente. Vou economizar 30 segundos para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, Deputada Adriana Ventura.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Tem a palavra o Deputado Gabriel Nunes.

O SR. GABRIEL NUNES (Bloco/PSD - BA) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazendo um contraponto, com a devida vênua ao nobre Deputado Marcel, o Regimento Comum do Congresso Nacional, em seu art. 20, prevê:

Art. 20. Esgotado o prazo destinado aos trabalhos da Comissão, sem apresentação do parecer, este deverá ser proferido oralmente, em plenário, por ocasião da discussão da matéria.

Foi acordado, ontem, na sessão que foi suspensa, o prazo até às 10 horas. E nós estamos tendo aqui, na CMO, a oportunidade de discutir, de deliberar, de apreciar essa matéria tão importante. Eu acredito ser de grande valia debatermos o tema, mas que possamos esgotá-lo aqui, votá-lo e apreciá-lo.

É bom que cada Parlamentar possa verificar o Regimento Comum do Congresso Nacional, em seu art. 20, para constatar que o nobre Presidente da CMO, Deputado Julio Arcoverde, não está atropelando o processo. S.Exa. está respeitando o Regimento Comum, dando a esta Comissão tão importante a oportunidade de apreciar o tema, para levá-lo à sessão do Congresso Nacional, que vai começar em breve. Esta é uma causa de grande valia, para que possa ser finalizada a votação do Orçamento na sessão do Congresso.

Obrigado, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Não, Deputada, eu estou dando a oportunidade a todos para falar, e há muitos Deputados inscritos. Obrigado pela compreensão.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu queria só, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Tem a palavra o Deputado Zé Vitor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Antes do Deputado Zé Vitor, eu queria só fazer um comentário rápido.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado que disse que foi muito dinheiro do Governo Federal que vá falar com os empreendedores e com os cidadãos lá na ponta para saber se receberam algum dinheiro do Governo Federal. Eu só queria que o S.Exa. fosse falar...

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Marcel.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - É uma vergonha ver V.Exa. mentir desse jeito aqui! É uma vergonha ver V.Exa. mentir!

O SR. MERLONG SOLANO (Bloco/PT - PI) - Tome calmante.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não estou precisando de calmante, não! O senhor é que tem que tomar vergonha na cara para estar mentindo aqui ao dizer que o povo gaúcho tem dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Deputado Marcel, por favor... Deputado Merlong, por favor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não tem dinheiro nada! Vá ver se o pessoal que está embaixo d'água tem dinheiro lá. Tome vergonha na cara!

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Tem a palavra o Deputado Zé Vitor.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Deputado Marcel, Deputado Merlong, eu vou ter que continuar com esta reunião da Comissão. Estou pedindo a compreensão dos dois para que tenham equilíbrio. Nós estamos votando uma matéria muito importante. Vamos dar prosseguimento à nossa reunião. Eu estou dando a oportunidade de cada um se expressar. V.Exa. se expressou, a Deputada Adriana, o Deputado Merlong. Alguns Deputados estão participando de forma *on-line* nesta reunião e também querem ter a oportunidade de se expressar.

Tem a palavra o Deputado Zé Vitor.

O SR. ZÉ VITOR (PL - MG) - Presidente, participo de forma virtual, mas, em nome do PL, inclusive a pedido do nosso Líder Altineu, quero manifestar nossa insatisfação e nossa posição contrária ao PLN 13.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu fui Presidente da Comissão de Saúde em 2023, quando alguns dos presentes nesta reunião da CMO participaram conosco do grande debate, que foi a construção do Orçamento e das emendas da Comissão de Saúde. Do mesmo modo que aconteceu na área da saúde, sei que aconteceu em outras, inclusive na de educação.

Nós estamos aqui fingindo, ou fazendo de conta, ou nos enganando, como se nós não tivéssemos problemas na educação para resolver. Há inúmeras creches e escolas inacabadas, pagamentos atrasados, diversos profissionais com salários defasados, movimentos de greves espalhados por todos os lados, hospitais universitários em situações decadentes.

Eu confesso que não é uma alteração, uma transferência, uma migração de recursos na ordem de 180 milhões de reais da educação para outra Comissão que será a solução para o País. Pelo contrário, todos aqui estamos sendo injustos com um setor que é estratégico para o Brasil, para o momento e para o futuro. Então, o PL é contra o PLN. Acho que a discussão foi muito bem conduzida em 2023 para que em 2024 tivéssemos um Orçamento saudável.

O Ministério da Saúde e a Comissão de Saúde têm recursos suficientes para atender demandas que estão sendo justificadas por esse PLN. Nós temos outras demandas para a educação. Por isso, quero deixar claro, em nome do PL, que essa é a nossa insatisfação, a nossa indignação.

O nosso posicionamento é contra essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Zé Vitor.

Com a palavra, para encerrar, o Deputado Yury do Paredão.

O SR. YURY DO PAREDÃO (Bloco/MDB - CE) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas presentes nesta sessão, eu falo aqui em nome do MDB.

Quero tratar do PLN 13, esse PLN que chegou ontem ao Congresso Nacional, mas, até o momento, Sr. Presidente, não temos nem texto ainda. Acho que o Relator ainda não conseguiu disponibilizar o texto no aplicativo. Como o PLN chegou ontem ao Congresso, não houve tempo hábil para que nós pudéssemos ler o texto ou apresentar emendas, assim como entender qual vai ser o parecer final do Relator.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sendo um PLN de suma importância, com valor significativo para o País — são mais de 2 bilhões de reais, fazendo remanejamento de várias áreas, da saúde para a educação, da educação para a infraestrutura —, eu gostaria que V.Exa. desse mais um tempo para que nós pudéssemos entender o texto e votar esse PLN em uma próxima sessão. Assim, poderemos dialogar sobre ele — que é o mais importante nesta Comissão de Orçamento —, discuti-lo, amadurecê-lo e aprimorá-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, Deputado Yury.

Esta Presidência, em relação à questão de ordem, indefere o pedido do Deputado Marcel, compreendendo o art. 129. Entendo que foi um acordo de Líderes, ontem, na sessão do Congresso Nacional. Então, esta Comissão está se reunindo hoje por conta desse acordo de Líderes feito ontem no Congresso Nacional.

Está indeferido o pedido de V.Exa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, mas o acordo não foi feito com o apoio do NOVO. Vale acordo que não tenha todos os Líderes juntos? Eu gostaria só de saber se há esse novo precedente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - A questão está indeferida.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - A Oposição e a Minoria tampouco deram acordo, Presidente. Eu acho que não pode haver acordo nesta Casa que não inclua todos.

V.Exa. sempre faz um trabalho equilibrado e pedimos que reveja essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - O.k., Deputado.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem com base no art. 128 do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Só um instante.

A ata está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Questão de ordem tem precedência, Sr. Presidente.

Art. 128. A apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer 3 (três) dias úteis após a sua distribuição, nos casos do relatório do Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual, do relatório do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do relatório do projeto de lei do plano plurianual, e 2 (dois) dias úteis nos casos das demais proposições, salvo se a CMO dispensar esse último prazo por deliberação da maioria absoluta de seus membros.

Até o momento, Sr. Presidente, não houve deliberação da maioria absoluta dos membros da CMO sobre a apreciação dos relatórios.

E, pior do que isso, Sr. Presidente, não há relatório publicado para o PLN 13. Não há relatório! Ontem foi lido um voto por um Relator *ad hoc* no Plenário, e ninguém sabia do que ele estava falando. O Relator Marcelo Castro leu o relatório, e ninguém tinha como ler junto com ele, porque o texto não estava no sistema, e o Presidente Rodrigo Pacheco não havia despachado o PLN. Agora nós vimos que tampouco está designado Relator no sistema da Comissão Mista de Orçamentos.

Como nós vamos votar um PLN que ainda não tem relatório? Não dá nem para a maioria dos membros da Comissão deliberar se vai ser apreciado o relatório, pois ele não existe, Senador Mourão. O relatório não existe! Sr. Presidente, Deputado Julio Arcoverde, V.Exa. pode não ter conhecimento disso. Certamente a assessoria também não está sabendo. Alguém errou no caminho. Não sei quem foi, mas certamente a culpa é da Geni. O relatório do PLN 13 não está no sistema!

A quem me pedir para tomar calmante, eu digo... Ah! Acabou de entrar, acabou de entrar. Agora me acalmei. Acabou de entrar. Então, vamos fazer uma deliberação da maioria absoluta dos membros.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, não terminei a questão de ordem. Eu tenho 40 segundos.

Sr. Presidente, ontem à noite o Relator leu um voto contendo transferências de 180 milhões de reais da educação, como a Deputada Adriana Ventura disse aqui, dos quais quase 40 milhões de reais iam para o Rio Grande do Sul, e isso não era sequer de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

conhecimento do Presidente da Comissão de Educação, Deputado Nikolas Ferreira. Ele não sabia. Eu liguei e perguntei: "*Está sabendo?*" Ele não sabia que dinheiro da educação estava sendo remanejado para outra área — e parte expressiva ia para o Estado do Rio Grande do Sul. Eu já havia até falado com Prefeitos que seriam encaminhados recursos por este Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, faço a questão de ordem e peço que, no mínimo, seja respeitado o Regimento, para que haja a deliberação da maioria absoluta, porque, senão, não há como apreciar relatório algum.

Outra coisa — e eu acho que o Deputado Yury foi muito sensato —: podemos deixar isso para outro momento. V.Exa. conduz muito bem as reuniões — aliás, parablenizo V.Exa. —, inclusive em momentos de tensão como este. Peço toda a parcimônia para que não apreciemos isso hoje, mas deixemos para outra oportunidade, para que possamos ler tudo, olhar todos os valores. São quase 3 bilhões de reais! Mesmo que fossem 3 mil reais... E são 3 bilhões de reais! Vamos decidir desse jeito? Não dá para aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Marcel.

Reconheço a questão de ordem.

Tendo em vista o acordo firmado na sessão do Congresso realizada ontem, dia 28 de maio, consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação do PLN 13, a despeito do art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 dias úteis de sua distribuição.

Em deliberação.

O SR. HAMILTON MOURÃO (REPUBLICANOS - RS) - Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Pois não, Senador Hamilton.

O SR. HAMILTON MOURÃO (REPUBLICANOS - RS) - Gostaria que fosse verificado o quórum, que isso seja votado e que fosse buscada a maioria para que haja concordância, porque eu discordo da forma como está sendo conduzido.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Senador, eu entendo o posicionamento de V.Exa.; mas fui informado de que, para pedir a contagem nominal, tem que ter a assinatura de pelo menos dois Senadores, e aqui não tem no plenário um sexto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário do Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (REPUBLICANOS - RS) - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Ordem do Dia.

Item 1. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 9, de 2024, do Poder Executivo, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 873.461.598,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Relator: Deputado Átila Lins.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, segue o relatório.

"I. Relatório

Nos termos do art. 61, § 1º, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 172/2024, de 3 de maio de 2024, na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 9, de 2024, do Congresso Nacional, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 873.461.598,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O art. 2º do PL, Sr. Presidente, dispõe que os recursos necessários à abertura do crédito decorrem de incorporação de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2023, no valor de R\$ 847.585.639,00 e de anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 25.875.959,00.

A Exposição de Motivos (EM) nº 28/2024-MPO, de 29 de abril de 2024, da Presidência da República, que acompanha a proposição, informa que o crédito tem por objetivo:

a) na Presidência da República - Fundo de Imprensa Nacional (...);

b) no Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta, o pagamento da contribuição voluntária ao Programa Ibero-americano de Acesso à Justiça — PIAJ;





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

- c) no Ministério de Minas e Energia - Empresa de Pesquisa Energética — EPE (...);
- d) no Ministério da Saúde - Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS (...);
- e) no Ministério da Cultura - Administração Direta, o acordo de cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (...);
- f) no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - Administração Direta, as ações de publicidade dos serviços oferecidos pela plataforma Gov.br (...);
- g) no Ministério do Esporte - Administração Direta, a execução das ações “Contribuição à Agência Internacional Antidoping — WADA” (...);
- h) no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Administração Direta e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a estruturação e a dinamização de atividades produtivas - Rotas de Integração Nacional;
- i) no Gabinete da Vice-Presidência da República, a ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a seis agentes públicos nela lotados; e
- j) em Operações Oficiais de Crédito - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA — MDR, o financiamento de projetos do Setor Produtivo, na Amazônia Legal; e - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO — MDR, o financiamento de projetos do Setor Produtivo, na Região Centro-Oeste.

(...)

A Exposição de Motivos esclarece que:

- 1) o crédito em questão está de acordo com o art. 54, § 4º, da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 (...)"

Vou ao voto, Presidente, mas antes disso:

"II. Das emendas apresentadas

Foram apresentadas 04 (quatro) emendas. Dentre elas, a Emenda nº 04, de autoria do Senador Sergio Moro, contraria o disposto no inciso I do art. 109 da Resolução nº 01/2006-CN, por contemplar programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito.

III. Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, uma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

vez que objetiva exclusivamente reforçar categoria de programação na Lei Orçamentária Anual vigente — LOA 2024.

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO 2024 do Plano Plurianual — PPA 2020-2023, e à sua conformidade com a LOA 2024.

Quanto às emendas apresentadas, votamos pela inadmissão da Emenda nº 4. Além disso, não obstante o mérito e a relevância das demais emendas, mas com vistas a evitar a descaracterização do crédito proposto, votamos pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3.

Diante do exposto, somos pela aprovação PLN nº 9/2024-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Átila Lins.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitida a Emenda nº 4, indicada pelo Relator em seu voto.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item 2. Apreciação do relatório apresentado pelo Projeto de Lei nº 13, de 2024, do Poder do Brasil *"abre aos Orçamentos Fiscais e de Seguridade Social da União em favor dos Ministérios da Saúde, da Integração e do Desenvolvimento Regional crédito suplementar de R\$ 2,854,421,588 para reforço de dotações constantes na Lei Orçamentária vigente"*.

Relator: Deputado Julio Cesar Ribeiro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. YURY DO PAREDÃO (Bloco/MDB - CE) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Pois, não Deputado Yury.

O SR. YURY DO PAREDÃO (Bloco/MDB - CE) - Sr. Presidente, a bancada do MDB aqui da CMO, ela é favorável a que nós possamos estudar melhor, poder entender esse relatório do PLN 13, porque ele nem subiu ainda aqui no sistema. Então, como é que nós...

(Intervenção fora do microfone.)

Então, subiu agora.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Peço a V.Exa. que dê uma olhada no sistema, Deputado Yury, porque já está no sistema, já está na página, Deputado. Já foi matéria de discussão há 10 minutos.

O SR. YURY DO PAREDÃO (Bloco/MDB - CE) - Então, foi agora. Ah, mas não tinha texto. Como é que se discutiu sem texto do Relator?

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Deputado Yury, nós já discutimos há 10 minutos.

O SR. YURY DO PAREDÃO (Bloco/MDB - CE) - Não, Sr. Presidente, nós vamos ficar sem texto.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Vamos deixar o Relator proferir o voto.

O SR. YURY DO PAREDÃO (Bloco/MDB - CE) - Tudo bem

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Você pode votar a favor ou contra, mas deixa o Relator poder fazer o relato dele.

O SR. YURY DO PAREDÃO (Bloco/MDB - CE) - Tudo bem. Não, o MDB é contrário, porque não temos como votar sem saber qual é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Compreendo, mas já está na página, Deputado.

O SR. YURY DO PAREDÃO (Bloco/MDB - CE) - Ah, tá, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Quero agradecer a oportunidade de poder estar aqui relatando esse PLN tão importante para o nosso País.

"I. Relatório





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 244, de 2024, na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 13, de 2024, do Congresso Nacional, que *"abre aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade da União, Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 2,854,421,588 (dois bilhões oitocentos e cinquenta e quatro milhões quatrocentos e vinte e um mil e quinhentos e oitenta e oito reais) para atender às programações constantes do seu Anexo nº 1"*.

O art. 2 do PL dispõe que *"os recursos necessários à abertura do crédito que trata do art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias conforme indicado no Anexo 2 do projeto."*

O crédito em questão tem por finalidade suplementar categorias de programação no âmbito do Ministério da Saúde, no Fundo Nacional da Saúde e no âmbito do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, do Departamento Nacional de Obras contra as Secas — DNOCS. A Exposição de Motivos nº 38, de 2024 MPO, de 27 de maio de 2024, da Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, que acompanha a proposição, demonstra a propósito de que dispõe o art. 54, § 4º, da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, Lei de Diretrizes Orçamentária para 2024 — LDO 2024, que as alterações promovidas pelo crédito suplementar não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício e não desrespeitam o limite estabelecido no Arcabouço Fiscal que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023. Segundo o expediente ainda *"a alteração proposta reduz gasto com investimentos sem a correspondente redução da estimativa de receitas com operações de crédito afetando negativamente o cumprimento de regra"*. Contudo vale esclarecer que não restam maiores receitas de operações de crédito condicionadas na LOA de 2024, o que afasta a aplicação do disposto no art. 64 §1º da LDO de 2024, devendo-se observar o disposto do § 2º do referido artigo, o qual dispõe que, após a redução do total de despesas condicionadas na forma prevista do art. 22 § 3º da LDO de 2024, eventual diferença entre as receitas de operações de crédito e as despesas de capital deverá ser adequada até o encerramento do exercício.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em atendimento ao disposto dos §§ 15 e 18 do art. 54 da LDO de 2024 e o nº 38/24 da MPO apresenta os demonstrativos de superávit financeiro utilizado no crédito e análise e os desvios de valores cancelados que ultrapassam 20% da respectiva de cada dotação.

Foram apresentadas 6 (seis) emendas ao PL em exame.

É o relatório.

II. Voto do Relator

Do exame do Projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispostos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO de 2024 e do PPA 2024/2027, e a sua conformidade com a LOA de 2024.

Apesar do mérito das emendas apresentadas, o acolhimento das mesmas desvirtuaria a intenção do projeto. Entretanto, identificamos a necessidade de promover melhorias na alocação dos recursos constantes do projeto, de forma a garantir o melhor atendimento à população em especial no que tange ao entendimento da saúde pública.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 13 de 2024, na forma do substitutivo proposto, com rejeição de todas as emendas apresentadas e aqui destacando que foi retirada a Emenda nº 5, a pedido do Deputado João Carlos Bacelar."

Esse é o relatório, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Muito obrigada.

Eu quero fazer uma questão de ordem com todo o respeito ao Deputado Júlio Cesar.

A minha questão de ordem se baseia no art. 144 da resolução.

Eu vi que o Relator fez uma alteração, fez um remanejamento de 300 milhões de reais. Eu gostaria de saber, com base no art. 144, qual é o embasamento legal pelo qual um Relator pode modificar um PLN. O Relator não pode alterar PLN. Houve uma alteração de 300 milhões.

O art. 144 é muito claro quando fala que os Relatores somente podem apresentar emendas à programação da despesa com a finalidade de corrigir erros e omissões de ordem técnica ou legal, recompor ou atender especificação de parecer preliminar. E sobre





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

isso, Presidente, não há nenhum embasamento, em lugar nenhum. Eu gostaria de saber, com clareza, qual é o artigo que autoriza esse remanejamento, essa alteração de PLN.

Vou economizar 1 minuto e meio do senhor. Obrigada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Quando estiver em discussão, eu me inscrevo

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Deputada Adriana, eu indefiro o seu pedido, porque entendo que o relatório feito pelo brilhante Deputado Júlio Cesar atende o que dispõe o artigo 144 do Regimento.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Qual é o embasamento para ele alterar, Presidente? Eu só quero o artigo, por favor. Eu já entendi que o senhor indeferiu. Respeito a decisão, mas o senhor me passa o artigo, por favor. Onde está escrito que Relator pode alterar, uma vez que está escrito que é corrigir erros e omissões? Houve 300 milhões de um lugar para o outro. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Em discussão.

Primeira inscrição, Deputado Cobalchini.

O SR. COBALCHINI (Bloco/MDB - SC) - Sr. Presidente, gostaria...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, espera aí.

Sr. Presidente, o Relator pode esclarecer o remanejamento, já que o senhor indeferiu a minha questão de ordem?

O SR. COBALCHINI (Bloco/MDB - SC) - Peço que mantenha a minha palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Com a palavra o Deputado Cobalchini.

O SR. COBALCHINI (Bloco/MDB - SC) - Sr. Presidente, eu me encontrava ontem na sessão do Congresso, com mais de 480 Deputados, número muito alto. Inclusive, o primeiro a chegar aqui foi o Deputado Marcel van Hattem. Tanto ele quanto eu, todos, absolutamente todos nós sabíamos desta reunião, hoje, às 9 horas. Essa é uma situação excepcional.

Não cabe aqui, Presidente, misturar Rio Grande do Sul, não cabe, Senador Mourão. Meus pais são gaúchos, de Bento Gonçalves. Perdi três familiares. Não cabe aqui essa tentativa de desviar o foco de Parlamentares que, inclusive, não pertencem a esta





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Comissão, que no Plenário é só na base do grito. Aqui ninguém amedronta ninguém. Se há um acordo de Líderes, ele suplanta, inclusive, o Regimento, Presidente.

Então, eu gostaria de fazer esta manifestação, com o respeito que eu tenho, que esta Casa tem, que todas as Comissões têm e que todos os Deputados e Senadores têm pelo nosso Rio Grande do Sul. Falo nosso, porque toda a minha família é do Rio Grande do Sul.

Eu também destinei uma emenda impositiva — e não falaria, mas falo agora, Deputado Odacir Zonta, mesmo sendo catarinense —, uma emenda minha para o Rio Grande do Sul, o que é muito pouco, mas é um gesto. É um gesto, sim, que nós praticamos. E que não se venha aqui, em nome... Sim, todos nós — todos — estamos impactados pelo que o Rio Grande do Sul está passando, mas não vamos misturar as coisas.

Todos os Deputados têm sido solidários, inclusive em relação ao tempo das matérias. Todas são votadas com a devida urgência. Nós vamos acompanhar isso, porque o Rio Grande do Sul é absoluta prioridade para todos nós, e não apenas para aqueles da bancada gaúcha. Eu me sinto também na obrigação de fazer com que o Rio Grande do Sul receba o apoio unânime de todo o Congresso Nacional.

Já antecipo, Presidente, o meu voto a favor do PLN 13/2024.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra a Deputada Adriana Ventura, na qualidade de Líder do NOVO.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, na verdade, eu queria discutir e somar o meu tempo de Líder.

Nós já estamos em discussão do PLN 13? É isso o que eu queria entender. Agora é o momento de discussão?

Eu agradeço, Presidente. Então, são 3 minutos mais 5 minutos, por favor.

Eu queria, só dando continuidade, perguntar — eu queria que realmente houvesse um melhor esclarecimento da alteração feita no PLN — por que foi feito um remanejamento de 300 milhões de reais. Relator não pode alterar a PLN, não tem embasamento legal para isso. Então, não existe aqui acordo, acordo da Casa, acordo de Líder. Eu quero saber qual é o embasamento legal para isso. Não tem. Então, eu queria





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que depois o Deputado Júlio Cesar, que é Relator, pelo menos nos explique isso, para que fique transparente por que se deu esse remanejamento.

Dito isso, Presidente, o meu objetivo aqui é discutir a essência do PLN 13. Basicamente, o que eu estou vendo, só para colocar as coisas nos devidos lugares, é que ontem, quando foi questionada a inclusão do PLN 13, do Congresso Nacional, o Presidente do Congresso Nacional, o Senador Rodrigo Pacheco, falou do Rio Grande do Sul, falou da verba para o Rio Grande do Sul e tal. E o que foi colocado é que esse PLN 13 não tem nada a ver com o Rio Grande do Sul. Aliás, infelizmente, porque destinar 3 bilhões de reais para o Rio Grande do Sul, neste momento, é uma coisa que daria certo conforto para a população brasileira, para todos os Parlamentares, com a correta destinação do recurso público.

O grande problema, entretanto, é que não tem nada realmente a ver com o Rio Grande do Sul, e essa é a grande revolta.

Aqui, nós estamos falando de um dinheiro do orçamento secreto Lula 2.0 — Lula 2.0 —, que não está a serviço da população que precisa, não está a serviço da população brasileira.

Eu gostaria de saber, já que isso é dinheiro de imposto do cidadão brasileiro, isso é dinheiro público, o que um cidadão, gaúcho ou não, diria sobre destinação que nós estamos fazendo aqui.

Com saneamento básico no Brasil, como eu disse, senhores, no ano de 2023 inteirinho nós gastamos 350 milhões de reais. Esse PLN é o PLN da compra de apoio. Notem bem: antes que alguém venha falar bobagem sobre criminalização da política, a última coisa que eu quero fazer aqui é criminalizar a política, porque eu sou política e eu acho legítimo o Parlamentar destinar recursos para suas bases, desde que haja transparência, desde que haja critério, e não é isso o que está acontecendo aqui. O que nós estamos vendo aqui, num bom português, é que estão tirando dinheiro de um monte de Comissão.

Eu tenho 5 minutos do tempo do NOVO, que ainda não foi incluído no meu tempo. Eu peço que esse tempo seja incluído, por favor. Obrigada. Muito obrigada, Presidente.

Então, eu queria entender, nesse remanejamento, em que se faz o que quer com o dinheiro público — ninguém olha nada, sai de uma Comissão, o Presidente da Comissão





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

não está sabendo —, quem será a Comissão autora, porque remanejaram, tiraram de educação para a saúde, de não sei o quê para a saúde. Quem vai indicar esses recursos? Quem vai definir para onde vai esse dinheiro? Quais serão os critérios usados para esse dinheiro? Fizeram um "rapa" geral de um monte de lugar para dar 3 bilhões de reais. É o dinheiro do orçamento secreto, aquele que ninguém sabe. Pode até saber aonde chega depois, mas ninguém sabe qual foi o critério e de onde saiu o dinheiro. É o dinheiro do Orçamento. Então, a pergunta aqui é: por que esta Comissão e por que cada Parlamentar aqui se sujeita a isso?

O mínimo que nós temos que fazer é exigir transparência. Antes que venham discursos aqui para distorcer a situação, que dizer que nós não estamos falando aqui de criminalizar indicação de emenda, porque eu posso ser divergente, mas eu respeito os colegas. Agora, a questão aqui é transparência, transparência de critério. Esses 3 bilhões de reais para onde vão exatamente? Quem vai indicar na origem? Eu estou falando de origem. Quais foram os critérios usados? Ninguém sabe. Se alguém aqui apresentar uma lista detalhada da indicação, dos nomes dos padrinhos Parlamentares que estão antecipando suas campanhas, irrigando as bases eleitorais, cheios de dinheiro... É isso o que eu quero saber.

Eu gostaria também de saber — ninguém pode me explicar, mas talvez o Relator consiga — a questão da Comissão autora. Como fica a questão da autoria da emenda? Quem vai indicar, com que critério?

Eu quero chamar a atenção, senhores, que aqui nós estamos falando de 3 bilhões de reais, num total de 15 bilhões de reais. Então, nós temos um buraco aqui, porque o orçamento secreto continua. Nós continuamos sem transparência por alguma razão, seja por conluio dos Poderes, seja por forças estranhas dos tempos sombrios.

Nós estamos falando aqui que estão indo contra uma decisão do Supremo Tribunal Federal, de inconstitucionalidade da emenda de Relator, que só mudou de nome. A emenda de Relator virou emenda de Comissão, todo mundo sabe disso, até as paredes sabem disso — e nós continuamos sem transparência. Eu queria saber o que o Supremo vai fazer a respeito disso.

Entramos com uma ação falando dessa emenda de Comissão. O Ministro Alexandre de Moraes, que é o superpoderoso do STF, que é o acusado, que julga, que "desjulg",





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que muda de ideia, que faz todo o papel... Eu não sei! Ele indeferiu o nosso pedido de emenda de Comissão dizendo que perdeu o objeto.

Quero chamar a atenção do Ministro Alexandre de Moraes para o fato de que o nosso pedido não perdeu o objeto, não. O que está acontecendo, aqui, nesta Comissão Mista de Orçamento é a existência de orçamento secreto com nome de emenda de Comissão.

Eu queria muito bem que S.Exa. revisse a sua decisão que indeferiu o nosso pedido, porque o que estamos vendo aqui é falta de transparência; o que estamos vendo aqui é mau uso de dinheiro público, o que estamos vendo aqui é indecência na alocação de recursos, usando como desculpa a saúde, usando como desculpa a falta de saneamento.

Volto a dizer para os Srs. Parlamentares: eu não tenho problema nenhum com indicação de emenda parlamentar, se for transparente e se houver critério. Tem que seguir os critérios constitucionais, para redução de desigualdade, respeitando isonomia de cidadão brasileiro, respeitando todos os tipos de isonomia.

Então, de novo, quero dizer que não temos clareza na utilização desses recursos. E isso está a serviço do balcão de negócio do Congresso Nacional.

O Governo Lula está pagando, a preço de ouro, com o suor e sangue dos brasileiros, a utilização de recursos deste País.

É lamentável, como sempre; o orçamento secreto continua.

STF, faça alguma coisa! Esta Casa, faça alguma coisa! Parlamentares, façam alguma coisa! O mínimo que eu estou exigindo aqui é transparência: transparência de critérios, transparência de indicação.

Eu quero a lista — a lista — desses 3 bilhões. E cada Presidente de Comissão que assina o ofíciozinho, que chega de forma toda especial... Eu não me submeto a ser "laranja", seja de quem for, seja de Presidente de Comissão, seja de Presidente da Casa, seja de Presidente da Câmara dos Deputados, seja de Presidente do Congresso Nacional. Eu não sou Parlamentar "laranja". Cada um aqui escolhe o seu destino. Eu não chancelo isso.

De novo, Presidente, já encerrando a minha fala, quero dizer que V.Exa. tem um papel muito importante, tem tratado esta Comissão com muito respeito — por isso eu agradeço muito a V.Exa. —, mas já passou da hora de respeitarmos dinheiro público e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

não fazer essa lambança do dinheiro da compra de apoio, sem transparência, sem critérios e sem respeitar a Constituição.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputada Adriana Ventura.

Concedo a palavra ao Deputado Marcelo van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, gostaria de pedir que fosse acrescentado ao meu tempo o tempo de Líder da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, eu quero iniciar minha fala, com muita tranquilidade, respondendo ao Deputado Cobalchini, que, talvez, pelo momento turvo que nós passamos, tenha se exaltado.

Para mim, na verdade, chegar aqui às 9 horas... Aliás, cheguei 5 minutos antes das 9 horas. Apesar de ser contra o acordo de Líderes feito ontem, ou seja, não é um acordo se não tiver o acordo de todos... Então, eu cheguei aqui porque eu gosto de chegar no horário.

Infelizmente, esta reunião, que se iniciou próximo das 10 horas, não foi convocada com 24 horas de antecedência. Achei interessante até ser ironizado por chegar no horário aqui.

Deputado Cobalchini, quem falou em Rio Grande do Sul primeiro não fui eu, foi o Senador Rodrigo Pacheco. Isso foi o que mais nos gerou indignação, porque colocaram o Rio Grande do Sul, que está em calamidade, no meio de uma discussão de dinheiro que vai para reduto eleitoral — e isso não há como discutir.

Esse dinheiro, como bem disse a Deputada Adriana Ventura, quase 3 bilhões de reais, é para Prefeito, é para Vereador, é para as bases eleitorais dos Deputados e Senadores que vão ter acesso a esse recurso, e não são todos. Esse dinheiro não é para o Rio Grande do Sul, não! Não tinha nada a ver com o Rio Grande do Sul, e meteram o Rio Grande do Sul no meio.

E pior, quando eu falei em Rio Grande do Sul, Deputado Bibó Nunes, depois da minha manifestação indignada no plenário, o Relator *ad hoc*, Senador Marcelo Castro, ainda disse que eu estava de demagogia. Saiu recentemente na imprensa que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

construtoras da família do Senador Marcelo Castro, no Piauí, foram beneficiadas por emendas como essas no valor de quase 40 milhões de reais. Você acha que eu vou levar desaforo para casa? Você acha que é questão de ficar calmo? É de se ficar muito indignado, Deputado Cobalchini. Surpreende-me V.Exa., que tem uma boa compreensão dos fatos, não ficar igualmente indignado, ainda mais com parentes no Rio Grande do Sul. Não jogue — aí, sim — essa demagogia para cima de mim.

Com toda sinceridade, sinto muito por tudo que V.Exa. está sofrendo e não estou politizando uma matéria que deveria ser absolutamente unânime entre todos nós, mas vir aqui me criticar? Eu estou desde o primeiro dia no Rio Grande do Sul ajudando nos salvamentos, ajudando os demais Deputados a aprovar projetos de lei, falando dos recursos que faltam no Rio Grande do Sul. Eu tenho todo o direito de estar indignado, quer o senhor queira, quer o senhor não queira.

Nós estamos aqui tratando de dinheiro que iria para o Rio Grande do Sul, por exemplo, por meio da Comissão de Educação: 180 milhões de reais. Nem o Deputado Nikolas Ferreira ontem à noite sabia que estavam sendo desviados. Esta é a verdade, desviados, porque, aprovar daquele jeito que queriam ontem, é desvio de recurso público. Isso é desvio de dinheiro público, para cair infelizmente na mão de ladrões — ladrões —, que é o que mais estamos vendo na imprensa acontecer com recurso de Relator. Podem ver aí: CGU, TCU, todo mundo investigando um monte de verba nesse tal de orçamento secreto. E agora não podemos ficar indignados porque faltam recursos para o cidadão lá na ponta. O cara está com a casa debaixo d'água. Perguntem aos Deputados aqui do PT — é lindo viver no *marketing* do PT — se chegou algum centavo para o povo do Rio Grande do Sul, que realmente está precisando?

Eu ontem falei de um caso, Senador Mourão, de um empreendedor, de um livreiro que perdeu 800 mil reais só em mercadoria, mais de 400 mil em utensílios, móveis, na propriedade dele. Eu disse que ele me falou que podia tirar até no máximo 150 mil no PRONAMPE. Ele me disse, indignado: "*O que eu vou fazer com 150 mil?*"

Depois de fazer o meu discurso, Sr. Presidente, Deputado Julio Arcoverde, eu liguei para esse mesmo empreendedor para repercutir a minha manifestação. E ele, além de se sentir absolutamente representado, porque era o mesmo que ele gostaria de ter dito no plenário, ainda acrescentou, Deputado Pr. Marco Feliciano, que foi ao banco para ver





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

então como fazer para tirar os 150 mil reais. Mas esse era o limite máximo; ele vai tirar 42 mil — 42 mil —, com prejuízo de quase 1 milhão e 300 mil. E vem aqui o PT dizer que o Governo mandou bilhões de reais, que isso é uma demagogia do Deputado Marcel. Mas vão mentir no inferno!

O SR. BIBO NUNES (PL - RS) - Demagogia do PT.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Olhem para onde o dinheiro está indo: supostamente para a saúde, mas é para cabo eleitoral de Deputados lá do interior de não sei onde e nas capitais também.

Há dinheiro saindo da Comissão de Defesa de Direitos das Pessoas com Deficiência. Havia 10 milhões e 601 mil e 680 reais; tiraram 10 milhões e 601 mil e 680 reais. Tiraram tudo, "raparam" o caixa, "raparam" o caixa.

E nem vou falar do relatório apresentado hoje. Eu não tive tempo para lê-lo porque foi apresentado agora há pouco. Vou falar do relatório de ontem.

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. O PT adora falar dessa pauta de gênero. São 154 milhões de reais da Comissão, todos cancelados, cada centavo!

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Só tinha 361 mil reais, e tudo foi cancelado!

Comissão da Amazônia e dos Povos Originários. São 9 milhões e 10 mil reais, tudo cancelado! Para quê? Para ir para orçamento secreto? Que vá, então, para o Rio Grande do Sul!

Comissão de Direitos Humanos, Minoria e Igualdade. Dos 16 milhões e 351 mil reais previstos, cancelaram 13 milhões e 351 mil reais e deixaram 3 milhões de reais. Deve ser, Senador Mourão, para garantir as aparências para a turma que diz defender direitos humanos. Mas cortaram 13 milhões e 351 mil reais!

Sobrou até para a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. Foram cancelados 1 milhão de reais, para irem para bases eleitorais em ano eleitoral.

E o pior, sabe qual foi a justificativa que, afinal de contas, me deram ontem, Deputada Adriana, para essas transferências? *"É porque na saúde vai ser mais fácil empenhar antes de começar a eleição. Vamos tirar esse dinheiro todo daqui porque, pelo menos, empenha até o fim de junho, e aí paga."*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vão usar o dinheiro que poderia ir, por exemplo, para o Rio Grande do Sul ou outras áreas para pagar cabo eleitoral?

Eu vou divulgar quem é o Prefeito que ganhou cada centavo que sair desses quase 3 bilhões de reais e for para base eleitoral. Se acha que vai ganhar voto, vai perder voto, porque eu vou dizer que isso podia ir para o Rio Grande do Sul e está indo para outra finalidade. Desvio de finalidade do dinheiro público! Desvio! É isso o que se está fazendo aqui!

Por isso, Sr. Presidente, Deputado Julio Arcoverde, peço que esta sessão seja cancelada, encerrada, para que se discuta melhor isso aqui.

Nós apresentamos destaque à emenda para que tudo vá para o Rio Grande do Sul, porque é o mínimo que se poderia esperar desta Casa, quando se diz tanto. Há projetos de lei que estão sendo aprovados? Há. Sou grato aos meus colegas Deputados, inclusive aos Presidentes da Câmara e do Senado, em muitas oportunidades, por estarem pautando os projetos do Rio Grande do Sul. Não tenho a menor dúvida disso. Eu não sou desleal e ingrato. Agora, eu também não sou incorreto, antiético, e não me falta vontade de representar aquele que me colocou aqui, que é o cidadão gaúcho. E, quando eu vejo isso aqui acontecer, eu não posso deixar de me pronunciar com indignação.

Então, podem achar ruim, podem dizer que agora eu me queimei dentro da Casa, que ninguém gosta mais de mim, que eu não vou ter diálogo com ninguém. Esse diálogo não me interessa! Se for para ser dessa forma, para negociar quase 3 bilhões de reais para reduto eleitoral, com grande parte ainda para corrupção, como a do Sr. Senador Marcelo Castro, pelo menos denunciado pelos órgãos competentes — e ele que se explique, porque são quase 40 milhões de reais para construtores da sua família com esse tipo de dinheiro —, eu prefiro ficar do lado do cidadão, que não aguenta tanto desvio, como estamos vendo no Brasil, e que quer, lá no meu Estado do Rio Grande do Sul, resolutividade, porque hoje não há isso. Não há! Perguntem para qualquer um que está lá. Basta uma visita ao Rio Grande do Sul, basta uma conversa com as pessoas que estão debaixo d'água para saber se eu estou falando a verdade ou se eu estou mentindo aqui. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Sr. Presidente, gostaria que fosse acrescentado ao meu tempo de fala o tempo de Líder do União Brasil e de Coordenador da CMO.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Com certeza, Deputado Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Sr. Presidente, quero deixar bem claro que o nosso Presidente Arthur Lira, desde o primeiro dia dos acontecimentos com os nossos irmãos lá do Sul, colocou como prioridade nesta Casa, nas Comissões, as votações importantes para dar resposta a essa catástrofe.

Nas sessões anteriores aqui da CMO, como coordenador, nós votamos o que o Rio Grande do Sul precisou e vai precisar, para que sejam destinadas tanto emendas de Parlamentares quanto créditos para o Estado.

Vários Ministros do Governo Federal estão indo ao Rio Grande do Sul, como a Ministra da Saúde, como o Ministro do Desenvolvimento Regional, todos empenhados em resolver essa situação do Estado. Hora nenhuma o nosso Presidente Arthur Lira colocou empecilho. Fez reunião na residência oficial e colocou como prioridade a destinação desse recurso para atender à demanda dos nossos irmãos do Rio Grande do Sul.

O nosso Presidente não precisa de defesa. Ele foi inocentado em todos os processos aqui citados. Ele não precisa de defesa nem do Deputado Gaguim, nem de ninguém. A Justiça o inocentou de todas as acusações, levianas. Ele tem palavra, sim. Ele é um homem respeitado. E nesta Casa ele sempre tratou todos os Parlamentares igualmente, independentemente de questões políticas.

Eu gostaria de fazer esta defesa do Presidente desta Casa, que hora nenhuma mediu esforços. Inclusive, nas nossas votações, pautou mais matérias de Deputados da Oposição do que dos seus próprios companheiros. Eu devo ter mais de 200 projetos aí, e Deputado que entrou agora, que é da Oposição, e que não é da base dele, tem seus projetos votados antes dos nossos. Ele respeita todos os Parlamentares, independentemente de questão política.

Presidente, a votação deste PLN é importante para o Brasil, porque ele vai atender a saúde, vai atender a diversos órgãos. Na semana passada e nesta semana, já foram liberados mais recursos para todos os Parlamentares. Independentemente de questão





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

política, foram liberados recursos tanto para a educação quanto para a saúde, que são as metas principais do nosso País.

O União Brasil é favorável à aprovação deste PLN.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, Deputado Gaguim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Só uma pergunta, Presidente, ao Deputado Gaguim, para esclarecimento: quem é que vai decidir para onde vão os 3 bilhões de reais? V.Exa. poderia me esclarecer isso? Quem vai decidir os nomes?

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Isso vai ser decidido na Comissão. A Comissão sabe. Temos a CMO, temos o Plenário e temos a parte técnica desta Casa, que é a melhor do Brasil. V.Exa. pode ter certeza de que os recursos vão chegar para o povo do Brasil todo.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Gaguim.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Muito obrigado, Presidente Deputado Julio Arcoverde, pela oportunidade. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, de fato o Rio Grande do Sul foi acometido por uma catástrofe terrível. Eu tenho ouvido aqui falas dos representantes legítimos do Rio Grande do Sul, com quem me solidarizo. Realmente, a solidariedade do povo brasileiro ao Rio Grande do Sul tem sido muito grande, e também a do Governo, há de se convir, com relação a isso.

Ano passado, 2023, o Maranhão sofreu, não no mesmo nível, um grande impacto por causa da chuva. Várias cidades ficaram submersas. Nós não recebemos do Rio Grande do Sul a mesma solidariedade que o Rio Grande do Sul está recebendo dos maranhenses. Não foi nenhum gaúcho lá, nenhum Deputado defender o Maranhão. Tivemos vários prejuízos. Até hoje nós estamos sofrendo com prejuízos da chuva do ano passado. Então, dizer que nós representantes do povo nordestino, de qualquer que seja a Região, não estamos solidários com o Rio Grande do Sul é uma falácia. Eu não vi aqui, ano passado, ninguém defender o Maranhão, Deputada Laura. Não vi ninguém, de forma bem exacerbada, defender os pobres maranhenses que sofreram, e que continuam sofrendo, porque não recebemos nem um centésimo do que o Rio Grande do Sul recebeu. De uma só vez, o Rio Grande do Sul recebeu 12 bilhões de reais numa medida provisória.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Rio Grande do Sul tem que reconhecer... Eu sei que os gaúchos reconhecem o que o povo brasileiro está fazendo pelo povo gaúcho. Tenho certeza disso. Inclusive, o povo gaúcho, que é grato, agradece aos Parlamentares do Brasil inteiro pelo que estão fazendo pelo Estado.

No próprio MDB, todos os Deputados deram uma parte, 1 milhão de reais, da sua emenda impositiva, e cada Senador também deu 1 milhão de reais para o Rio Grande do Sul. A mesma coisa poderia ter sido feita ano passado para os maranhenses. Mas não foi.

Então, eu quero repudiar essas falas. É como se nós não ajudássemos. E quero dizer que este projeto é importante, porque ele leva recursos para a saúde. Existe o TCU e a CGU para fiscalizar. Se houver desvio, isso cabe ao TCU e à CGU. Nós temos que fazer a nossa parte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Hildo Rocha.

Com a palavra o Deputado Duarte Gonçalves Jr. Depois falará o Deputado Bibó Nunes, e nós encerraremos as discussões.

O SR. DUARTE GONÇALVES JR (Bloco/REPUBLICANOS - MG) - Sr. Presidente, obrigado pelo aparte.

Eu vivenciei uma das maiores tragédias do Brasil, como Prefeito da cidade de Mariana, mas acho que não temos que discutir aqui quem sofreu mais e quem sofreu menos. Temos que nos preocupar com as nossas obrigações como Deputados.

Quando eu era Prefeito, muitas vezes eu recebia críticas da Câmara Municipal relativas ao orçamento. É importante entender que isso acontece em todo o Brasil. O Executivo tem autonomia para fazer o remanejamento da verba, basta nós, Deputados, entendermos se vamos votar ou não.

Como disse o Deputado que me antecedeu, nós temos órgãos de controle. Se esse dinheiro for mal aplicado, a nossa função fiscalizadora é denunciar, e que as pessoas paguem por isso. Mas já antecipar que o dinheiro da saúde não será bem aplicado e por isso não aprovar o projeto apresentado hoje é um desfavor ao Brasil, principalmente porque o recurso é para a saúde. A saúde precisa de cada vez mais apoio. Quantas pessoas não estão morrendo nas filas! Quantas pessoas não precisam de apoio na área





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da saúde! Nós estamos tratando de um projeto de remanejamento de recursos para a saúde.

Presidente, acho que V.Exa. está correto. Nós temos que votar este projeto e levá-lo para o plenário. Que cada um vote com a sua consciência!

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Duarte Gonçalves Jr.

Para encerrar a discussão, tem a palavra o Deputado Bibó Nunes.

O SR. BIBO NUNES (PL - RS) - Grato, digníssimo Presidente Julio Arcoverde.

Eu quero, inicialmente, agradecer a todos os partidos, a todos os Parlamentares do Brasil que estão ajudando o Rio Grande do Sul. Todos estão entendendo a situação. Nunca um Estado passou pelo que passou o Rio Grande do Sul. Nunca! Hoje nós estamos em situação inferior à do Piauí e do Maranhão. Mas vamos reverter a situação, graças à ajuda de todo o povo brasileiro.

Eu me surpreendi com o Deputado Hildo Rocha, que fez uma comparação entre o que aconteceu no Maranhão e o que aconteceu no Rio Grande do Sul. Não cabe comparação neste momento, porque, se eu for comparar, no ano passado nós tivemos 53 mortes em setembro, e neste ano estamos com 170 mortos e, na região onde há enchente, com 94% das indústrias embaixo d'água. E o Deputado dizer que ganhou menos, que não ganhou nada... Com todo o respeito, Parlamentar, todos nós aqui somos brasileiros e temos que ver a questão não da intensidade, e sim da necessidade! Se V.Exa. está reclamando de não ter tido apoio, eu, como gaúcho, ofereço-lhe apoio. V.Exa. quer o que de emenda para o seu Estado? Quer 500 mil reais? Eu lhe dou! Quer 1 milhão? Eu lhe dou! O que está lhe faltando é carinho, quando V.Exa. diz que não teve apoio? Qualquer Estado que tenha necessidade pode contar comigo, como gaúcho.

Convido V.Exa., nobre Deputado Hildo, a participar da Comissão dessa tragédia. A Comissão já está instalada nesta Casa. Com a PEC, nós vamos permitir que todo Parlamentar dê imediatamente 5% das suas emendas em caso de tragédia, não dali a 1 ano. Todos os partidos assinaram. V.Exa., como maranhense, que já sofreu tragédia, está convidado a ingressar na Comissão.

Obrigado, novamente, a todo o Brasil. Obrigado a todos os Parlamentares.

Eu, como gaúcho, retribuo. Qualquer Estado pode contar comigo na primeira hora.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Para encerrar a discussão, tem a palavra o Senador Marcos Pontes.

Depois da fala *on-line* de S.Exa., nós vamos encerrar a discussão. (*Pausa.*)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Acho que eu me inscrevi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Vamos encerrar com o Deputado Domingos Sávio.

Senador Marcos Pontes, V.Exa. está com a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (PL - SP) - Obrigado.

Bom dia a todos.

Eu gostaria de fazer alguns comentários rápidos. Tenho acompanhado a reunião basicamente desde o início.

Primeiro, nós estamos decidindo sobre um valor que é significativamente alto. Isso é um fator a ser levado em conta, e muito seriamente. Segundo, e nisso eu concordo com o Deputado Marcel van Hattem, com o Deputado Yury e com o Senador Mourão, basicamente não houve tempo para a discussão desta matéria. E o terceiro ponto é uma pergunta que eu ainda estou tentando responder. Embora esses gastos sejam importantes, porque são para saúde, educação, etc., eu não consegui ver razão para a urgência na análise da matéria. Talvez fosse mais sensato analisá-la com um pouco mais de tempo, para que as decisões fossem tomadas de forma mais consensual.

Sobre a urgência, eu tenho visto uma mistura com a questão do Rio Grande do Sul. Eu faço parte da Comissão no Senado sobre o Rio Grande do Sul. Se estivéssemos tratando de alguma urgência para o Rio Grande do Sul, isso faria todo o sentido. Mas eu não vi exatamente a urgência que impede um tratamento mais consensual, ou uma maior discussão da matéria, já que o valor é alto.

Quando o Senador Hamilton Mourão pediu a verificação, eu tentei entrar aqui para apoiá-lo, para sermos dois Senadores, mas, por alguma razão, pelo sistema, não consegui fazer isso. Passado esse momento, está agora em discussão a matéria.

Eu vejo que a ideia de aumentar os recursos para o Governo deveria ser acompanhada — fica um comentário, uma proposta para o Governo, uma sugestão — de um maior cuidado do Governo com os gastos, de uma maior responsabilidade fiscal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Inclusive se poderia pensar numa reforma administrativa, coisa de que eu nunca mais ouvi falar. É bom que pensemos nisso, porque não basta que o recurso chegue, é preciso também tratá-lo da maneira correta. Não estou dizendo que o dinheiro vai ser mal aplicado, mas, de forma geral, deveríamos pensar também do ponto de vista de governo, de Brasil, de respeito ao dinheiro do consumidor, ao dinheiro do contribuinte. Nesse sentido, uma reforma administrativa e uma ideia de enxugar os gastos do Governo seriam bastante interessantes.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Sr. Presidente e colegas Parlamentares, de fato, todas as matérias que tramitam aqui na nossa Comissão, na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, são extremamente relevantes. Nós estamos falando do dinheiro do povo brasileiro, do dinheiro do contribuinte. Não existe dinheiro de Estado. O dinheiro é do povo. O dinheiro é do contribuinte. E é preciso todo o rigor na análise e na destinação desses recursos.

Eu me atenho principalmente à destinação do recurso, e nesse aspecto fica até difícil que haja dissenso, porque, de fato, saúde é algo essencial.

Eu acabava de pegar, em detalhe, a destinação desse recurso, e vi que 99,71% do recurso deste projeto de lei, deste PLN, destina-se para o Fundo Nacional de Saúde, ou seja, para o Ministério da Saúde. Estamos falando em R\$ 2.854.421.588. Desse montante, 99,71% são destinados à saúde e uma parcela correspondente a algo próximo de 0,3% é destinada ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

Presidente, eu não vou discutir o mérito da destinação para a saúde. Sou um apaixonado pela área da saúde, e verifico que ainda temos que aprimorar muito a gestão no setor. Não é questão só de recurso. Uma das grandes conquistas do SUS foi estabelecermos não só o princípio da universalidade, mas também o controle social. Portanto, o recurso, quando vai para o Fundo Nacional de Saúde, já está sujeito ao controle do Conselho Nacional, e ele vai a cada Município e a cada Estado do Brasil. É importante ressaltar isso, porque nós Parlamentares temos a função de legislar e de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fiscalizar, mas, para termos uma democracia plena, é preciso também que cada cidadão se envolva.

Eu vejo com preocupação a justa manifestação de indignação do colega Deputado Marcel com a forma como se têm destinado os recursos públicos no Brasil. Nós temos que colocar uma lupa sobre isso. Agora, com relação ao recurso da saúde, de alguma forma eu tenho um pouco de tranquilidade, mas desde que a população fique mais atenta e participe da fiscalização, não só as Câmaras de Vereadores, as Assembleias e, nós, no Congresso. Por quê? Porque todo recurso da saúde — é bom que todos que estão nos acompanhando saibam disso e procurem exercer a sua cidadania — deve ser objeto de acompanhamento, de fiscalização e de controle dos Conselhos Municipais de Saúde. É preciso que os Conselhos Municipais de Saúde exerçam isso de forma mais plena. Quando são destinados recursos por emenda de Comissão, por emenda de Parlamentar A, B ou C, por emenda de bancada de Estado, é preciso acompanhá-los, colocar uma lupa ali, para saber se o dinheiro está sendo bem aplicado, porque, além de precisarmos de mais recursos na saúde, precisamos de qualidade na gestão desses recursos. Enfim, acho que o controle é fundamental e que ele tem que ser exercido.

Agora, incomoda-me destacar uma emenda feita pelo colega Deputado Nikolas, colega de partido e conterrâneo de Estado. O Deputado Nikolas Ferreira, que preside a Comissão de Educação, apresentou uma emenda, parece-me que a Emenda nº 2. Eu fiz o destaque em nome do PL, o Destaque nº 2, para garantir que os recursos da educação sejam mantidos na educação. Vamos diminuir algo em torno de 180 milhões de reais nessa transferência para a saúde. Saúde é importante, mas e a educação? Nós não podemos desvestir um santo para vestir outro. A educação no Brasil carece de mais investimentos. Por sua vez, ela também está sujeita ao controle, ao acompanhamento dos Conselhos Municipais de Educação. Mas, no caso da educação, especialmente por se tratar basicamente da educação pública, esses recursos chegariam lá no ensino básico, na educação infantil, por isso nós precisamos preservá-los.

Então, eu destaco que é importante, sim, fazer repasses para a saúde, mas sem tirar dinheiro da educação. Acho que em boa hora o Deputado Nikolas, que preside a Comissão de Educação, apresentou a emenda, e nós apresentamos o destaque, para o qual eu já antecipo o pedido de apoio aos colegas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Essa é a nossa intervenção, Sr. Presidente, na busca de que construamos um consenso.

Vamos mandar o dinheiro para a saúde, mas vamos preservar o da educação.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Com a palavra a Deputada Soraya Santos.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ) - Presidente, eu vim a esta Comissão para chamar atenção para um problema que estamos tentando superar no Brasil há muito tempo.

Quando a Ministra Simone Tebet assumiu o Planejamento, a primeira coisa que pedimos foi luz sobre o Orçamento — e este é um pedido antigo das mulheres deste País —, porque, quando pensamos no Orçamento, temos aquela ideia de 8% do Orçamento em políticas públicas para as mulheres. Então pedimos que tirassem o penduricalho. Quando se tira o penduricalho, Senador Marcelo — BPC não é dinheiro para a mulher, Bolsa Família também não é dinheiro para a mulher —, sabe quanto sobra? Pasmé, sobra 0,1% do Orçamento. Deputado Julio, isso é gravíssimo.

Este PLN cria outro problema gravíssimo, que é tirar o recurso mínimo que se colocou na Comissão da Mulher, 144 milhões, quase nada diante do que se tem de recurso. Isso foi construído aqui na Comissão, e foi inédito, foi a primeira vez que o Congresso teve uma sanfoneira tocando aqui, chamando atenção para as políticas públicas para a mulher. Fala-se muito de *fake news*, Deputado Julio, mas, para mim, *fake news* é dizer que defende política para a mulher e não colocar dinheiro para essa política. Parece aquela história da carteira na rua cheia de dinheiro, mas que, quando a gente abaixa para pegar, alguém puxa com um barbantinho. É o que este PLN 13 está fazendo.

Estou chamando a atenção da Comissão porque a retirada desse recurso, que é quase nada, é gravíssima. Eu ouvi agora o Deputado Domingos, do meu partido, falar do equilíbrio entre a Comissão de Educação e a Comissão de Saúde. Vejam que os dois Ministérios têm recurso demais. Eu pergunto: o que há de recursos em defesa da mulher?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Solicitei a palavra para deixar registrado meu pedido de que seja recomposto esse orçamento. E chamo a atenção do Governo, porque política de apoio às mulheres não pode existir sem dinheiro.

Essa é minha fala, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputada Soraya.

Está encerrada a discussão.

Retorno a palavra ao Relator.

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Sr. Presidente, eu queria apenas fazer uma complementação de voto, antes da votação final.

Foi retirada a Emenda nº 5, como eu já havia dito, sobre a qual não nos pronunciaremos mais. E fazemos o seguinte ajuste técnico: onde se lê RP2, leia-se RP8, por se tratar de crédito exclusivamente de emendas de Comissão.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado.

O relatório e a complementação de voto, ressaltados os destaques, estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Com a ressalva do voto do Senador Mourão...

O SR. HAMILTON MOURÃO (REPUBLICANOS - RS) - Junto com o Senador Marcos Pontes, nós requeremos a verificação do quórum.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Só vamos confirmar se ele ainda está *on-line*.

O SR. HAMILTON MOURÃO (REPUBLICANOS - RS) - Confirme, por favor, se ele continua *on-line*, porque ele tinha dito que estava *on-line*.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (PL - SP) - Sr. Presidente, eu confirmo o pedido de verificação com o Senador Hamilton Mourão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Fui informado de que é preciso que mais um Senador apoie.

O SR. HAMILTON MOURÃO (REPUBLICANOS - RS) - Além dos dois, mais um?

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Mais um. É um requerente mais dois.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados, com o voto contrário do Senador Hamilton Mourão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) - E do Senador Marcos Pontes.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - E do Senador Marcos Pontes.

Passaremos agora à apreciação dos destaques.

Vamos ao primeiro destaque, o Destaque nº 1, do Deputado Domingos Sávio.

Tem a palavra, por 3 minutos, o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Sr. Presidente, como eu disse, nós fizemos uma leitura minuciosa da matéria. Em que pese o tempo ter sido curto, cumpri nosso dever de acompanhar a destinação dos recursos. O que se observa, como eu disse, é que 99,71% dos recursos deste PLN estão destinados à saúde. Eu não vou me aprofundar em discutir o mérito, porque saúde, de fato, é extremamente necessário. O problema é que, para serem destinados à saúde neste momento, esses recursos têm que sair de vários outros Ministérios, num remanejamento. A proposta do Governo, ou do Relator, a proposta que consta do substitutivo, retira R\$ 199.101.170 da educação.

Nosso colega de partido Presidente da Comissão de Educação da Câmara, o Deputado Nikolas Ferreira, atento à defesa da educação, fez uma emenda, que destacamos, em que é retirada essa parte. Nós vamos continuar atendendo bem a saúde, mas não vamos desvestir um santo para vestir outro. A emenda busca tão somente preservar o recurso da educação, mantendo investimentos para a educação infantil, para o ensino fundamental, para diversas demandas da educação.

Essa é a defesa que fazemos, Sr. Presidente. Peço o apoio dos demais pares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - O Relator está com a palavra, para apresentar seu voto ao destaque.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu me inscrevo também, para discutir o destaque. Posso, Presidente? *(Pausa.)*

Não posso? Por que não posso?

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Nós estamos discutindo o Destaque nº 1.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Só o autor e o Relator falam.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - V.Exa. tem o Destaque nº 3, se não me engano.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não. O próximo destaque é do Senador Mourão. Mas a emenda é minha. Eu gostaria de discutir. Posso discutir os dois juntos.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Tem a palavra o Relator, o Deputado Julio Cesar Ribeiro.

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Sr. Presidente, em relação ao Destaque nº 1, do nobre Deputado Domingos Sávio, de emenda de autoria do Deputado Nikolas, nós entendemos a posição do Deputado, mas, diante do acordo celebrado por todos os Líderes no Congresso Nacional, rejeitamos o destaque.

É isso, Sr. Presidente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) - Sr. Presidente, V.Exa. pode me dar 1 minuto para discutir a matéria? *(Pausa.)*

Está bom. Na hora que V.Exa. puder.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - O destaque está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que acompanham o Relator, pela rejeição do destaque, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O destaque está rejeitado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Com o voto contrário da representação do PL, Presidente, contrário à posição do Relator.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Com o voto contrário do Deputado Domingos Sávio.

Como o destaque foi rejeitado, fui informado de que a matéria não vai ao Senado.

Está prejudicado o Destaque nº 3, de autoria do Senador Hamilton Mourão.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Por quê, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Porque é igual...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - ...a esse outro. Ah, entendi.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Destaque nº 2, do Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (REPUBLICANOS - RS) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, acompanhei aqui todo o debate sobre este PLN 13, sobre a retirada de recursos que pertenciam às mais diversas Comissões para alocação de tudo na saúde. Nós apresentamos o destaque para buscar a compreensão de todos os colegas para a tragédia bíblica que se abateu sobre o Rio Grande do Sul e para a necessidade de que esses recursos da saúde sejam integralmente enviados para o nosso Estado. Temos mais de 2 milhões de pessoas com suas casas inundadas, temos ruas ainda alagadas, perda de patrimônio ainda não devidamente mensurada, hospitais embaixo d'água. Todo recurso que chegar para a saúde do Rio Grande do Sul será extremamente bem-vindo.

Esse é o nosso destaque, Sr. Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Como autor da emenda, Sr. Presidente, eu quero falar — art. 136, III.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Deputado Marcel, V.Exa., como autor da emenda, tem 3 minutos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Enfim chega a hora de colocarmos pressão neste Plenário para a possibilidade de encaminharmos esse recurso, todo ele, ao Rio Grande do Sul. Eu quero, com muita tranquilidade, dizer a todos os colegas presentes, assim como tenho me portado desde o início desta crise, que a ajuda ao Rio Grande do Sul não pode ter divisão ideológica, partidária ou de qualquer outro tipo. Aliás, agradeço a todos os Deputados e a todos os Senadores que nos ajudaram até agora, seja com a aprovação de projetos de lei, seja





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

com o encaminhamento de recursos de emendas suas para o Estado do Rio Grande do Sul.

O que ontem aconteceu no Plenário do Congresso Nacional, lamentavelmente, é corriqueiro, e não pode ocorrer. No meio de uma sessão, apresenta-se um novo PLN, com valor de quase 3 bilhões de reais — está aqui o Senador Marcelo Castro, que era o Relator de Plenário e leu o voto —, sem que se tivesse noção de para onde iria o dinheiro, porque nem sequer estava publicado o relatório, para que os demais Deputados e Senadores pudessem lê-lo. No momento em que o Rio Grande do Sul mais sofre, saber que praticamente 3 bilhões de reais estavam sendo destinados daquela maneira — depois descobrimos —, de várias Comissões, inclusive algumas com compromisso com o Rio Grande do Sul, para a saúde, sabe-se lá para quais instituições e Municípios, causou uma indignação tremenda.

Faço um apelo aos colegas Parlamentares em favor do destaque apresentado pelo Senador Hamilton Mourão, que tem sido, desde o primeiro momento, desde a primeira hora, absoluto parceiro nisso, aqui em Brasília ou no Rio Grande do Sul, que tem trabalhado com os cidadãos gaúchos para que possamos superar essa tamanha tragédia.

Eu faço aqui um apelo ao Plenário para que, então, esses 3 bilhões de reais que estão sendo encaminhados para a saúde sejam integralmente destinados, carimbados, para o Rio Grande do Sul. Seria uma forma, aí sim, de demonstrar que estamos colocando a tragédia calamitosa do Rio Grande do Sul como prioridade neste momento. É um comprometimento, como diz aqui o Senador Hamilton Mourão, com muita qualidade e assertividade do nosso Congresso Nacional com a causa do Rio Grande do Sul, que precisa estar acima, repito, de qualquer tipo de divergência, diferença, ideologia ou partido político.

Peço o apoio de todos. Lamento que dessa forma esteja sendo feita essa discussão. Poderia ser feita na semana que vem, poderia ser feita mais adiante. Mas, como está sendo colocada de forma urgente, se esse é o critério da urgência, não há nada, absolutamente nada mais urgente do que o Rio Grande do Sul, para onde, aliás, ainda falta ser encaminhado muito, mas muito recurso, porque o nosso prejuízo é enorme, e o tempo de recuperação será muito lento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Espero o apoio de todos os nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Marcel van Hattem.

Com a palavra o Relator, o Deputado Julio Cesar Ribeiro.

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Sr. Presidente, sobre o Destaque nº 2, de autoria do Deputado Marcel van Hattem e do Senador Hamilton Mourão, do meu partido, o Republicanos, quero dizer que entendemos muito bem as preocupações em relação ao Rio Grande do Sul.

Quero aqui aproveitar a oportunidade para me solidarizar com o povo gaúcho por tudo aquilo que vem acontecendo no Estado. O Partido Republicanos já fez um gesto grandioso: todos os Parlamentares estão contribuindo não só através de emendas, mas também com o apoio a todas as matérias que têm tramitado nesta Casa.

Em relação a esse destaque, é importante frisar que existe um acordo fruto do Colégio de Líderes, entre todos os Líderes do Congresso Nacional, e nós entendemos, então, que devemos seguir.

Diante disso, eu rejeito a Emenda nº 2, do Senador Hamilton Mourão e a emenda do Deputado Marcel van Hattem.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - O destaque está em votação.

Aqueles Deputados que acompanham o Relator pela rejeição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Não vai ao Senado Federal.

O destaque foi rejeitado. Não será apresentado na representação do Senado Federal, conforme estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

Aprovado o relatório.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Declaro encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SEXTA REUNIÃO DELIBERATIVA EXTRAODINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2024.

Aos doze dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro reuniu-se, de forma semipresencial, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados e, virtualmente, por meio da plataforma zoom. Foram registradas as presenças dos **Deputados Titulares**: Adail Filho, Beto Richa, Cabo Gilberto Silva, Dal Barreto, Daniel Agrobom, Domingos Sávio, Dr. Victor Linhalis, Fernanda Pessoa, Fernando Rodolfo, Florentino Neto, Jonas Donizette, Julio Arcoverde, Julio Cesar Ribeiro, Laura Carneiro, Leo Prates, Luiz Nishimori, Lula da Fonte, Merlong Solano, Murillo Gouvea, Orlando Silva, Paulão, Professora Luciene Cavalcante, Rodrigo de Castro, Yury do Paredão, Zé Vitor e Zeca Dirceu; dos **Senadores Titulares**: Angelo Coronel, Confúcio Moura, Jayme Campos, Jorge Kajuru, Leila Barros e Rodrigo Cunha; dos **Deputados Suplentes**: Claudio Cajado, Clodoaldo Magalhães, Cobalchini, Da Vitoria, Filipe Martins, Jadyel Alencar, Juninho do Pneu, Leur Lomanto Júnior, Moses Rodrigues, Nilto Tatto, Paulinho Freire, Rosângela Reis, Waldenor Pereira e Zé Haroldo Cathedral; dos **Senadores Suplentes**: Fernando Farias, Rogério Carvalho, Teresa Leitão e Zenaide Maia; e dos **Deputados Não Membros**: Carlos Zarattini, Gabriel Nunes, Hildo Rocha e Luiz Carlos Motta. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares AJ Albuquerque, Filipe Barros, José Priante, Luis Tibé e Márcio Biolchi e os Senadores Titulares Astronauta Marcos Pontes, Ciro Nogueira, Fabiano Contarato, Marcos Rogério e Sérgio Petecão. **ABERTURA**: às quatorze horas e trinta minutos, do dia doze de junho de dois mil e vinte e quatro, o Presidente, Deputado Julio Arcoverde, iniciou os trabalhos e comunicou que já havia quórum para abertura da Reunião, segundo estabelece o *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional* e pediu a compreensão dos presentes para aguardarem completar o quórum para deliberação, conforme o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. Às quatorze horas e quarenta minutos, o Presidente retomou os trabalhos uma vez que havia sido atingido o quórum para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

deliberação. **EXPEDIENTES:** O Presidente solicitou ao Plenário a dispensa da leitura da Ata da 5ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada no dia 29 de maio. Não houve pedido de retificação da Ata. Em votação, a referida Ata foi **APROVADA** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, do dia vinte e nove de maio até a presente data, inclusive, os avisos do Tribunal de Contas da União que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. Ressaltou que caso houvesse parlamentar com interesse pela relatoria de alguma dessas matérias, se manifestasse.

ORDEM DO DIA: Item 1– Apreciação do **Relatório apresentado à Medida Provisória nº 1210/2024**, do Poder Executivo, que “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R\$ 30.157.034,00, para os fins que especifica”.

RELATOR: Deputado MURILLO GOUVEA. **VOTO:** pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. Não foram apresentadas emendas à Medida Provisória. Não houve oradores inscritos para debater e em deliberação o Relatório foi **APROVADO** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional. **Item 2** - Apreciação do **Relatório apresentado à Medida Provisória nº 1.218/2024** – do Poder Executivo - que " Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 12.179.438.240,00, para os fins que especifica." **RELATORA:** Deputada LAURA CARNEIRO. **VOTO:** pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto às 9 (nove) emendas apresentadas foram INADMITIDAS. O Relatório foi lido pelo Relator Ad hoc Deputado Merlong Solano. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou inadmitidas as nove emendas, indicadas pelo Relator no seu voto. O Relatório foi discutido pelo Dep. Domingos Sávio (PL-MG), Dep. Claudio Cajado (PP-BA), Dep. Merlong Solano (PT-PI) e Dep. Jonas Donizette (PSB-SP). Encerrada a discussão, o relatório foi deliberado e **APROVADO**. **Item 3** – Apreciação do **Requerimento nº 4/2024-CMO**, do Poder Executivo, que “Requer, nos termos regimentais, a realização de Reunião de Audiência Pública Conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, e a Comissão Especial Sobre Prevenção e Auxílio a Desastres e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Calamidades Naturais, para debaterem os prejuízos causados pelas enchentes que atingiu a região Sul do país”. AUTOR: Deputado DOMINGOS SÁVIO. O autor fez a justificativa de seu Requerimento. Durante a discussão, o Deputado Carlos Zarattini sugeriu que, para essa Audiência Pública, fosse incluída no roll de convidados a Secretaria Extraordinária para apoio à reconstrução do Rio Grande do Sul, o que teve a concordância do autor do requerimento. Em deliberação, o Requerimento nº 4/2024-CMO foi APROVADO com a alteração em ambas as Casas do Congresso Nacional.

ENCERRAMENTO: O Presidente encerrou os trabalhos às quinze horas e doze minutos, do dia doze de junho, do ano de dois mil e vinte e quatro, antes, porém, comunicou que, logo após seria iniciada a Reunião de Audiência Pública, com a Ministra do Planejamento e Orçamento, na qual aproveitaria o painel de presença desta reunião deliberativa. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Julio Arcoverde, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Boa tarde.

Vamos iniciar a 6ª Reunião Deliberativa Extraordinária. Estamos aguardando o quórum regimental para a abertura da reunião.

A reunião ocorre de forma semipresencial. Há Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares que participam de forma virtual, através da plataforma Zoom.

Declaro iniciada a presente reunião deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional, para a votação de matérias constantes na pauta.

Estou apenas aguardando o quórum do Senado. Está faltando a presença de três Senadores para que possamos iniciar as deliberações.

Tem a palavra o Deputado Jonas, por favor.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Sr. Presidente, inicialmente, boa tarde.

V.Exa. abriu e encerrou a sessão?

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Não, não, não. Eu deixei aberta a sessão. Estamos aguardando o quórum do Senado, porque faltam três Senadores.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Perfeito.

Obrigado.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da Ata da 5ª Reunião da Deliberativa Ordinária, realizada no dia 29 de maio.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.

(Pausa.)

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação a ata na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Expedientes.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão do dia 29 de maio até a presente data, inclusive os avisos do TCU que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da Comissão Mista de Orçamento na Internet. Entretanto, caso algum Parlamentar se interesse pela relatoria da matéria, peço que se manifeste. *(Pausa.)*

Ordem do Dia.

Item 1. Apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 1.210, de 2024, do Poder Executivo, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R\$30.157.034,00 (trinta milhões, cento e cinquenta e sete mil e trinta e quatro reais). Relator: Deputado Murillo Gouvea.

O SR. MURILLO GOUVEA (Bloco/UNIÃO - RJ) - Boa tarde, Sr. Presidente.

Cumprimento o Presidente desta Comissão Mista de Orçamento, Deputado Julio Arcoverde, e demais membros desta Comissão, a qual fui designado para relatar a Medida Provisória nº 1.210, de 2024.

Solicito ao Presidente para ir direto ao voto.

Trata-se da Medida Provisória nº 1.210, de 2024, de abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R\$30.157.034,00, para atendimento de medidas emergenciais, no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, necessárias às aquisições de bens e contratação de serviços visando ao pronto restabelecimento das plenas condições de atuação operacional da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Rio de Janeiro face à extensão dos danos a instalações, viaturas e equipamentos, os quais ficaram submersos durante as enchentes ocasionadas pelas fortes chuvas que acometeram o Estado no mês de janeiro de 2024.

Restando comprovada a necessidade do crédito extraordinário, no mérito, votamos pela aprovação da MPV 1.210/24, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, Deputado.

O relatório está em discussão.

Eu pediria à Senadora Leila Barros que se manifestasse, a fim de confirmar sua presença no quórum da Comissão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - Boa tarde, Sr. Presidente.

Desculpe-me, estou com dificuldade. Estou (*falha na transmissão*) no Congresso. E estou com dificuldade para registrar minha presença na reunião. Se puder fazê-lo, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - O relatório continua em discussão. (*Pausa.*)

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 2. Apreciação do Relatório apresentado à Medida Provisória nº 1.218, de 2024, do Poder Executivo, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$12.179.438.240,00, para os fins que especifica. Relatora: Deputada Laura Carneiro.

A Relatora está tentando entrar na Comissão de forma *on-line*. Vamos aguardar. (*Pausa.*)

Peço só 1 minuto, a paciência de V.Exas., porque a Relatora está tentando entrar de forma *on-line*.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Sr. Presidente, eu solicito a inversão de pauta, até para que a Deputada possa depois fazer com mais calma a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Peço 2 minutos. A Relatora está tentando aqui, e eu estou acompanhando o esforço dela. (*Pausa.*)

Vou designar o Deputado Merlong Solano para fazer a leitura do relatório da Deputada Laura Carneiro.

Vou encaminhar *ad hoc* o relatório a V.Exa., Deputado Merlong Solano.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado Merlong Solano, V.Exa. pode ir direto ao voto da Deputada Laura Carneiro.

O SR. MERLONG SOLANO (Bloco/PT - PI) - Pois não, Presidente.

Trata-se da Medida Provisória nº 1.218, de 2024.

A conclusão do voto da Deputada Laura Carneiro é a seguinte.

"II. Voto

(...)

II.5 Conclusão

Ante o exposto, votamos:

I - pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Medida Provisória nº 1.218, de 2024, bem como pelo atendimento dos pressupostos de urgência, relevância, imprevisibilidade, que devem orientar sua adoção;

II - pelo atendimento dos requisitos constitucionais e legais afetos à adequação orçamentária e financeira, devendo a Medida Provisória nº 1.218, de 2024, ser considerada compatível e adequada;

III - no sentido de que as emendas de nºs 0001 a 0009 sejam inadmitidas por não atenderem os requisitos da Resolução nº 01/2006-CN e as normas constitucionais; e

IV – no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.218, de 2024, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

(...)

Deputada Laura Carneiro

Relatora."

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Merlong Solano.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as nove emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Pois não, Deputado Domingos Sávio.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Sr. Presidente, é inquestionável que todos os esforços que puderem ser feitos para socorrer os nossos irmãos no Rio Grande do Sul devem ser realizados com a maior brevidade possível, a fim de minimizar o sofrimento por que passa todo o povo gaúcho.

A única questão — e aí me preocupa a ausência da Relatora, mas há um colega substituindo-a — é porque em alguns dos itens... Nós estamos falando aqui de 12.179.438.240 reais. E, da minha parte, há a indagação ao Relator no que diz respeito à aplicação específica desses recursos. Embora eles venham em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de encargos financeiros da União, de operações oficiais de crédito — e, na sua justificativa, venham se referindo especificamente ao Rio Grande do Sul —, eu gostaria de um pouco mais de clareza quanto à aplicação específica no Rio Grande do Sul.

Obviamente, nós sabemos das carências em todo o Brasil, mas é importante que esta Comissão de Orçamento... Aliás, eu até tenho, na sequência, um requerimento para fazermos uma análise mais profunda sobre as reais necessidades e tudo o que pode ser feito para ajudar.

Em síntese, a minha indagação, em momento algum, coloca em questionamento a importância de ajudarmos, com essa quantia ou até com quanto mais for necessário para socorrer os nossos irmãos gaúchos.

O que é preciso ficar claro é se a destinação está bem evidente do ponto de vista das rubricas, para que sejam aplicadas especificamente no Rio Grande do Sul, haja vista que nós temos tido, com frequência, situações...

Eu me lembro recentemente de que, inclusive, o gaúcho Presidente da Confederação Nacional dos Municípios alegou que um dos maiores sofrimentos dos Municípios é que, muitas das vezes, quando ocorrem as tragédias, sejam elas climáticas, sejam de outra natureza — e o sofrimento da população é grande —, há autoridade sobrevoando de helicóptero, anúncio de recursos, mas, às vezes, demora meses, até anos, e os recursos não chegam efetivamente para aquela demanda.

Então, é apenas esta preocupação que eu indago ao Relator, se as rubricas estão carimbadas, garantidas de que esses 12 bilhões irão, de fato, ser utilizados para amenizar o sofrimento do povo gaúcho.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sendo assim, nós do PL votaremos pela aprovação e queremos, o mais rápido possível, que o povo gaúcho seja socorrido.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, é uma excepcionalidade a medida provisória para a abertura de crédito. E, nesse caso específico, por se tratar da enorme tragédia que se abateu sobre o Estado do Rio Grande do Sul, obviamente não há óbice para a sua aceitação e votação por esta Casa.

Evidentemente, nós estamos fazendo um esforço muito grande no sentido de podermos ajudar o Rio Grande do Sul. Isso vai levar tempo. E me causa preocupação não haver, no Orçamento, contingenciamento para calamidades como essas, ainda que eu tenha que reconhecer que, nesse montante que foi a tragédia do Rio Grande do Sul, dificilmente nós poderíamos alocar os recursos no orçamento que serão necessários para esses e os próximos anos, no intuito de diminuir, recuperar, reparar e fazer com que o *status quo* anterior possa voltar. Porém, nós temos que deixar claro que medidas provisórias para a abertura de créditos financeiros, orçamentários, são absolutas excepcionalidades, como é o caso.

Então, só quero registrar isso, Presidente, porque, às vezes, como nós tivemos a possibilidade de, em outros PLNs, o Governo poder suplementar por decreto — ainda bem que o Congresso Nacional foi alertado, e esta Comissão rejeitou, de forma muito firme, essas possibilidades —, que não se crie, de forma useira e vezeira, essa alternativa, porque isso vem de encontro às prerrogativas do Congresso Nacional. Obviamente, repito, pela terceira vez, que não é o caso dessa medida, porque ela está amparada pela tragédia que se abateu sobre o Rio Grande do Sul. Porém, nós temos que ficar atentos.

E faço minha posição agora — deixo claro — que a excepcionalidade da MP quanto ao conjunto de gastos e de despesas do Governo Federal não pode ser amparada como regra. E, se houver exceção, como é o caso dessa, que seja apenas e tão somente em casos de tragédia como essa, na grandiosidade que foi a do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Claudio Cajado.

Com a palavra o Deputado Merlong Solano.

O SR. MERLONG SOLANO (Bloco/PT - PI) - Sr. Presidente, como disse aqui o Deputado Claudio Cajado, trata-se de uma medida provisória de caráter excepcional, destinada exclusivamente à situação emergencial do Rio Grande do Sul. Ela expressa o compromisso do Governo Federal e deste Congresso Nacional de estar presente de maneira concreta tanto nas operações de socorro em geral bem como nas operações de socorro ao povo do Rio Grande do Sul.

Com base no relatório da Deputada Laura Carneiro, fica claro aqui que 53% dos recursos já foram empenhados, o que denota o esforço no sentido de concretizar tudo que está posto aqui. Desse total, cerca de 5 bilhões de reais destinam-se ao Fundo Garantidor para crédito no âmbito do PRONAMPE, PRONAF, e os demais recursos a diversos Ministérios, que estão, desde o início da tragédia, empenhados em diversos tipos de operações no Estado do Rio Grande do Sul.

Portanto, também o parecer aqui do PT é amplamente favorável à aprovação dessa medida provisória, entendendo-a como excepcional, realmente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Merlong Solano.

Com a palavra o Deputado Jonas Donizette.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Sr. Presidente, eu acho que já foi dito pelos nossos colegas aqui que esta Comissão de Orçamento é a única Comissão Permanente Mista nesta Casa, presidida por V.Exa., que é um Deputado, e a Relatoria é de um Senador. E a cada ano isso se alterna. Então, veja a importância desta Comissão, porque aqui passam temas relativos ao investimento do dinheiro público, o dinheiro da população do Brasil.

Nesse caso do Rio Grande do Sul, toda a população se mobilizou, houve até iniciativas privadas, pessoas humildes estavam ajudando. Isso é uma prova de que o Brasil tem uma irmandade consolidada, de norte a sul. Eu acho que não existe nada de bom nessa tragédia, mas, se existe um traço que podemos sublinhar, é que nós não





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

temos um País onde há brasileiro de primeira e segunda categorias. Nós temos um Brasil que é um país onde todo Estado merece respeito.

E aqui eu vou detalhar as áreas onde serão investidos, conforme consta do projeto.

Ministério da Educação, repasse de recursos para alimentação escolar e recuperação de escolas afetadas; Ministério da Justiça e Segurança Pública, pagamento de despesa para mobilização de policiais e operações de segurança — nós sabemos que aconteceram muitos problemas de pessoas que se aproveitaram de quem deixou as suas casas e as roubaram, o que foi uma coisa muito triste —; Ministério da Saúde, ampliação de serviços hospitalares, contratação de pessoal e reposição de estoques de medicamento; Ministério dos Transportes, recuperação de infraestrutura rodoviária; Ministério do Trabalho e Emprego, concessão de parcelas adicionais do seguro-desemprego para garantir renda para a população; Ministério da Agricultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Ministério da Defesa, transporte e resgate de pessoas, organização de doações e montagens de hospitais de campanha; Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, ações de proteção e defesa Civil; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, distribuição de cestas de alimentos e fornecimento de refeições; Ministério das Cidades, retomada das operações de TRENSURB, que trata do transporte para as pessoas; encargos financeiros da União — olha que coisa importante —, apoio à micro e pequena empresa afetada; e, por último, operações oficiais de crédito, concessão de subvenções econômicas.

Essa é a explicação do detalhamento dos poucos mais de 12 bilhões de reais que estão sendo destinados aos nossos irmãos gaúchos.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Jonas Donizette.

Mais algum Deputado deseja discutir a matéria?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Presidente, a respeito do esclarecimento do Deputado Jonas, V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Deputado Jonas, eu acompanhei com atenção e agradeço a sua explicação. De fato, eu também disponho desse documento.

Aqui há um item que não está especificando com muita clareza, mas eu já procurei me inteirar. São 416 milhões e 140 mil reais que estão destinados à CONAB. Mas temos mais uma medida provisória, a MP 1.225, que já ingressou nesta Casa e que passará por aqui, que complementa mais 4,7 bilhões de reais. Portanto, ultrapassamos 5 bilhões de reais para a CONAB.

Pelas informações que temos, é justamente o dinheiro para comprar o malfadado arroz, que já é objeto de um escândalo vergonhoso, que resultou inclusive na demissão do Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, responsável por essa área, Neri Geller, ex-colega nosso. Espero que ele possa provar sua inocência. Não cabe aqui a mim fazer nenhuma acusação formal.

Mas uma coisa é absolutamente certa. O Governo não cancelou a licitação por acaso nem caiu o segundo homem do Ministério por acaso. É porque estava ali uma trama de corrupção com empresas de capital de 50 mil reais já com compra definida em leilão, um leilão, portanto, com todos os indícios de ser fraudulento, para comprar centenas de milhares de toneladas de arroz.

O pior é que o Estado do Rio Grande do Sul está sofrendo, os agricultores estão sofrendo, há um desespero total. Com conhecimento amplo já do Brasil inteiro, o fato é que, num primeiro momento, nas redes sociais, pessoas desavisadas acreditavam que ia faltar arroz, porque o Rio Grande do Sul é o maior produtor de arroz, e inundou tudo. Mas não era verdade, e a verdade veio à tona. Mais de 80% da safra está colhida devidamente, armazenada. Além desses 80% colhidos e armazenados, boa parte do que ainda faltava colher não estava sofrendo as contingências da inundação. Outros Estados também produzem arroz. E não falta arroz no Brasil.

Então, sai uma medida provisória do Governo dizendo: "*Vamos comprar arroz*". E a medida provisória diz que o arroz não tem que se submeter às regras sanitárias do Brasil. Portanto, ela já diz, de certa forma, que vai comprar arroz de baixa qualidade. E, pior, é para fazer literalmente política, distribuindo com o rótulo do Governo. Para completar a tragédia do desgoverno, é com corrupção, para roubar o dinheiro público em cima da tragédia do Rio Grande do Sul.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Neste projeto, há 400 milhões de reais, e eu não vou obstaculizar a votação em respeito ao povo do Rio Grande do Sul, mas vamos botar lupa, vamos fiscalizar com rigor.

Entendo eu que o outro, de 4 bilhões e 700 milhões, o Governo já devia recuar, como recuar com o leilão. Por que insistir nesse leilão? Para prejudicar o produtor de arroz do Rio Grande do Sul, para derrubar o preço do arroz abaixo do custo e para botar porcaria de arroz importado sem qualidade, para fazer politicagem aqui no Brasil? Chega!

Chega de ir ao Rio Grande do Sul fazer cena de solidariedade ensaiada e filmada. Chega de abusar da tragédia dos nossos irmãos gaúchos para fazer politicagem, inclusive com a nomeação de um Ministério lá dentro, como nós estamos vendo aqui. As ações terão que ser pelo Ministério da Saúde, dos Transportes, da Educação, cada Ministério tem que desenvolver o seu esforço. Não, mas tem que haver um Ministério político lá dentro para transformar ação solidária em campanha eleitoral! É para isso que existe a Comissão Mista de Orçamento, para botar uma lupa.

Nós do PL não vamos obstruir, Presidente, não vamos pedir vistas, não vamos dificultar em respeito aos irmãos do Rio Grande do Sul, mas está o alerta: parte do dinheiro para comprar o malfadado arroz está aqui dentro e os outros 4 bilhões e 700 milhões vão para o Rio Grande do Sul, mas não para comprar arroz.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Pois não, Deputado Jonas Donizette.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Eu vou ser breve, só quero esclarecer uma coisa para os colegas desta Casa.

Primeiramente quero agradecer ao Deputado Domingos Sávio pela compreensão da necessidade dessa medida provisória, desse instrumento que estamos aprovando.

Vamos falar sobre o caso do arroz, Sr. Presidente. Quem já administrou uma Prefeitura, uma secretaria — o senhor já foi ordenador de despesas —, sabe que nós temos uma lei no Brasil que foi feita para beneficiar as micro e pequenas empresas. É uma coisa meritória, mas todo ordenador de despesas da Prefeitura, do Governo e também da Presidência da República está sofrendo. Por quê? Porque empresas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pequenas que não têm porte, que não têm condição de praticar o serviço, seja um serviço, seja uma venda, entram na licitação. Elas entram no leilão e ganham porque têm prerrogativa de preço sobre as demais empresas.

Então eu lamento aqui pelo colega que foi citado, que foi Deputado comigo da outra vez, o colega Neri Geller. Ele saiu porque é uma situação que realmente é difícil para a população compreender, mas, a partir do momento em que se abre um leilão público de preços, não se tem controle para dizer: esse pode, aquele não pode. Então, eu acho que cabe a esta Casa fazer essa revisão para resguardar a população de uma atitude como essa.

Quanto ao preço do arroz, se o arroz do Rio Grande do Sul for suficiente, não subir o preço do arroz do mercado na prateleira para o resto do País, ótimo. Agora, se não, nós devemos ter, sim, uma reserva, um estoque de arroz, porque o arroz e o feijão é a comida que o povo brasileiro tem todo dia na mesa. Vamos ajudar nossos irmãos do Sul, mas o baiano, o pernambucano, o paulista, o mineiro não precisam pagar mais caro pelo arroz. O Governo precisa agir nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, Deputado Donizette.

A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Peço que sejamos um pouco mais céleres no Item 3, porque a Ministra já se encontra aqui na Casa aguardando para adentrar ao recinto.

O item 3 é a apresentação do Requerimento nº 4, de 2022, que requer, nos termos regimentais, a realização de reunião de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e a Comissão Especial sobre Prevenção e Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais para debaterem os prejuízos causados pelas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul. O autor do requerimento é o Deputado Domingos Sávio.

V.Exas. concordam em abrir a discussão?

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Só uma sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Pois não.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Aqui na relação dos convidados para discutir o tema não consta um representante da Secretaria Extraordinária para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul. Eu acho que seria muito importante que também estivesse presente. Então, eu queria sugerir que incluíssemos também essa Secretaria no rol dos órgãos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Os Deputados concordam com a sugestão do Deputado Carlos Zarattini?

O Relator Domingos Sávio está voltando aqui para fazer o seu relatório.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Obrigado, Presidente.

Meus colegas, desculpem-me. Eu fui votar na CCJ, na Comissão de Constituição e Justiça.

Presidente, agradeço a paciência do senhor e dos colegas.

O requerimento é de minha autoria, como já deve ter sido enunciado, e propõe, nos termos regimentais, esta audiência pública conjunta da Comissão Mista de Orçamento e a Comissão Especial sobre a Prevenção, Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais, para que nós possamos justamente debater com mais profundidade o sofrimento que aflige os nossos irmãos gaúchos, e também nos aprofundarmos no tema.

Agora mesmo o Deputado Claudio Cajado mencionava que a preocupação dele é absolutamente legítima de que o nosso orçamento geral não contemple, de uma forma já satisfatória, recursos para que possamos enfrentar esse tipo de situação. É claro que o que vivemos hoje no Rio Grande do Sul é absolutamente um ponto fora da curva, algo imprevisível, lamentável, mas nós infelizmente sofremos todos os anos, pela dimensão que tem o País, pela diversidade climática que temos, situações em proporções menores, graças a Deus, mas semelhantes e que ceifam vidas, trazem sofrimento.

É preciso que nós da Comissão de Orçamento, ainda em tempo, porque não votamos a LDO deste ano, votemos, para o ano que vem, no orçamento, aproveitando





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

essa experiência triste e dolorosa para aprendermos com ela e, obviamente, socorrermos de uma maneira mais eficiente os nossos irmãos gaúchos. Precisamos avaliar, por exemplo, como eu dizia na intervenção anterior, qual é a melhor maneira de ajudar. Já aprovamos o de hoje, mas será que mais 4 bilhões e 700 milhões para comprar arroz é o de que eles mais estão precisando neste momento ou será que esses 4 bilhões e 700 milhões para comprar arroz não podem salvar outras vidas, melhorar ainda mais a condição de vida dos nossos irmãos gaúchos?

Então, é nesse espírito que propomos esta audiência, para que nós, de forma muito solidária, muito suprapartidária, muito equilibrada, vejamos a responsabilidade nossa enquanto Comissão Mista de Orçamento, para oferecer as nossas contribuições legislativas aos irmãos do Rio Grande do Sul e preventivamente para todo o País.

Muito obrigado, Presidente. Conto com o apoio dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Pois não.

Deputado Domingos Sávio, houve uma proposição do Deputado Carlos Zarattini para que, nesse seu requerimento, fosse incluído um representante da Secretaria da Presidência da República responsável pela reconstrução do Rio Grande do Sul.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Perfeitamente, Presidente. Acho que todos que puderem contribuir são bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Está bem.

Muito obrigado.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro encerrada a presente reunião.

Vou aproveitar o quórum para que possamos iniciar nossa reunião de audiência pública com a Ministra do Planejamento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Convido os Deputados Claudio Cajado; o Relator, Senador Confúcio Moura; e o Deputado Jonas Donizette que conduzam a Ministra do Planejamento até esta sala de reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAODINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2024.

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Julio Arcoverde (PP/PI). Esta reunião foi convocada para ouvir a Ministra do Planejamento e Orçamento do Brasil, Sra. Simone Nassar Tebet, sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025 - Projeto de Lei nº 3/2024-CN, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências”, conforme dispõe o art. 84 da Resolução nº 01/2006-CN. Além disso, a reunião foi convocada em atendimento ao Requerimento nº1/2024-CMO, de autoria do Deputado Cláudio Cajado, por meio do qual requer a realização de Audiência Pública para debater o processo de revisão de gastos realizado pelo Poder Executivo. Verificaram-se as presenças dos Deputados Titulares: Adail Filho, AJ Albuquerque, Beto Richa, Cabo Gilberto Silva, Dal Barreto, Daniel Agrobom, Domingos Sávio, Dr. Victor Linhalis, Fernanda Pessoa, Fernando Rodolfo, Florentino Neto, Jonas Donizette, Julio Arcoverde, Julio Cesar Ribeiro, Laura Carneiro, Leo Prates, Luiz Nishimori, Lula da Fonte, Márcio Biolchi, Merlong Solano, Murillo Gouvea, Orlando Silva, Paulão, Professora Luciene Cavalcante, Rodrigo de Castro, Yury do Paredão, Zé Vitor e Zeca Dirceu; dos Senadores Titulares: Angelo Coronel, Confúcio Moura, Jayme Campos, Jorge Kajuru, Leila Barros e Rodrigo Cunha; dos Deputados Suplentes: Átila Lins, Claudio Cajado, Clodoaldo Magalhães, Cobalchini, Da Vitoria, Filipe Martins, Heitor Schuch, Jadyel Alencar, Juninho do Pneu, Leur Lomanto Júnior, Moses Rodrigues, Murilo Galdino, Nilto Tatto, Paulinho Freire, Reginaldo Lopes, Roberto Monteiro Pai, Rosângela Reis, Waldemar Oliveira, Waldenor Pereira e Zé Haroldo Cathedral; dos Senadores Suplentes: Fernando Farias, Rogério Carvalho, Teresa Leitão e Zenaide Maia; e dos Deputados Não Membros: Antônia Lúcia, Carlos Zarattini, Gabriel Nunes, Gisela





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Simona, Hildo Rocha e Luiz Carlos Motta. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Filipe Barros, José Priante e Luis Tibé e os Senadores Titulares Astronauta Marcos Pontes, Ciro Nogueira, Fabiano Contarato, Marcos Rogério e Sérgio Petecão. ABERTURA: às quinze horas e dezessete minutos, o Presidente da CMO, Deputado Júlio Arcoverde (PP/PI) declarou iniciada a reunião, esclareceu os objetivos desta bem como apresentou a composição da Mesa formada pela Ministra do Planejamento e Orçamento do Brasil, Sra. Simone Tebet, o Secretário de Orçamento Federal, Sr. Paulo Bijos, o Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos, Sr. Sérgio Pinheiro Firpo, o Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, Senador Confúcio Moura (MDB/RO) e o autor do Requerimento nº 1/2024-CMO, Deputado Claudio Cajado. Para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente comunicou que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X do Regimento Interno do Senado Federal, a ministra disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado com a permissão dela. E conforme o estipulado no mesmo artigo, inciso X, os parlamentares inscritos para interpelar a ministra poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo a convidada igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos. Visando facilitar a condução do debate, o Presidente propôs a divisão da lista de inscritos em grupos de quatro parlamentares, e após a exposição de cada grupo, a palavra retornaria à Ministra que responderia ao grupo de interpeladores. Em seguida, informou a abertura da lista de inscrições para o debate. Logo após, o presidente concedeu a palavra à Ministra do Planejamento e Orçamento do Brasil, Sra. Simone Tebet, que, fazendo uso de projetor multimídia e apresentação em slides, discorreu inicialmente sobre as inovações do PLDO 2025 e principais resultados. Posteriormente, discorreu rapidamente sobre as Metas de Resultado Primário, recomposição de políticas públicas e principais desafios para os próximos anos. Além disso, falou sobre o compromisso com a Responsabilidade Fiscal do Governo após a votação do Arcabouço Fiscal e sobre os Parâmetros Macroeconômicos. Por fim, citou o que o governo vai fazer diante de todo o contexto apresentado, a revisão de gastos, em três eixos, para requalificar e garantir a qualidade do gasto público pois, segundo ela, só assim conseguirão reduzir a pressão que as despesas obrigatórias têm no Orçamento Federal. Encerrada a apresentação, às





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dezesseis horas, o presidente da CMO passou a condução dos trabalhos ao Primeiro Vice-Presidente, Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), que concedeu a palavra ao Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2024, Senador Confúcio Moura (MDB/RO) que agradeceu, mas não quis se estender para dar continuidade aos trabalhos da audiência uma vez que no decorrer do processo legislativo da LDO terá tempo suficiente para se manifestar. Sendo assim, o Presidente em exercício, concedeu a palavra ao Deputado Cláudio Cajado que listou sete perguntas à Ministra e sua equipe. Após respondidas as perguntas do autor do Deputado pela Ministra, o Senador Jayme Campos deu início à discussão. Fizeram uso da palavra no primeiro bloco a Deputada Adriana Ventura (NOVO/SP) e os Deputados Dagoberto Nogueira (PSDB/MS), Jonas Donizette (PSB/SP) e Domingos Sávio (PL/MG) que foram prontamente respondidos pela Ministra. No segundo bloco de perguntas, às dezessete e um minuto, o Senador Confúcio Moura assumiu a condução dos trabalhos e passou a palavra aos oradores inscritos: Deputado Yuri do Paredão (MDB/CE), Deputada Professora Luciene Cavalcante (PSOL/SP) e Deputados Carlos Zarattini (PT/SP) e Cobalchini (MDB/SC). A Ministra respondeu às perguntas do segundo bloco. ENCERRAMENTO: Após as respostas da Ministra Simone Tebet e suas considerações finais, o Senador Confúcio Moura, presidente em exercício e Relator da LDO para 2025, informou que o Relatório Preliminar da LDO para 2025 estava já disponibilizado no Sistema e o prazo para apresentação de emendas iniciaria hoje, dia treze de junho e seria finalizado em quatorze de junho às quatorze horas. Por fim, às dezoito horas e dez minutos, encerrou a reunião agradecendo a presença da Ministra e sua equipe técnica, dentre eles, o Secretário de Orçamento Federal, Sr. Paulo Bijos e o Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos, Sr. Sérgio Firpo, bem como dos parlamentares, e dos demais presentes. Após aprovada, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas. Senador Confúcio Moura Presidente em exercício.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Boa tarde.

Declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvirmos a Sra. Simone Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento, que nos enobrece com sua presença à mesa. Ela irá discorrer sobre o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2024, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências, conforme dispõe o art. 84 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Além disso, aproveita a Ministra a sua vinda para debater o processo de revisão de gastos realizado pelo Poder Executivo, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2024, de autoria do Deputado Claudio Cajado, aprovado na 3ª Reunião Ordinária, no dia 7 de maio de 2024.

Compõem também a Mesa os senhores: Paulo Bijos, Secretário de Orçamento Federal; Sergio Pinheiro Firpo, Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos.

O Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025 é o Senador Confúcio Moura; e o Deputado Claudio Cajado é o autor do Requerimento nº 1, de 2024.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares participando de forma virtual, através da plataforma Zoom.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, os senhores convidados disporão de até 30 minutos para fazerem a sua exposição, só podendo ser aparteados com a permissão deles próprios.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos.

Para facilitar a condução do debate, proponho que a Ministra responda a blocos de questionamentos de quatro oradores inscritos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Concorda, Ministra? (*Pausa.*)

Informo que a lista de inscrições para o debate já está aberta aqui na mesa.

Tem a palavra a Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Boa tarde a todas e a todos. Permitam-me, na pessoa do Exmo. Sr. Deputado Federal Julio Arcoverde, mui digno Presidente desta Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, cumprimentar todas as demais Deputadas e Deputados que se façam aqui presentes e, na pessoa do Senador Confúcio Moura, Relator da LDO deste ano, cumprimentar todas as Sras. Senadoras e Srs. Senadores, estendendo os meus cumprimentos aos demais membros desta Mesa e ao Deputado Cajado, que também foi grande parceiro na elaboração e na relatoria de projetos relevantes no ano passado a favor do Brasil.

Quero dizer que é um prazer voltar a esta Casa, onde, na condição de Senadora, tive o privilégio de conviver com muitas das senhoras e dos senhores por 8 anos. Estar hoje nesta missão tão importante de ajudar a planejar e a orçar o dinheiro público, traz um senso de responsabilidade muito grande, e é por isso que, sabendo do tamanho da importância dessa responsabilidade, eu não venho só.

Quando falamos de orçamento público, quando falamos de planejar um país, de estratégias de planejamento, temos que nos lembrar de que essa é uma tarefa de todos. No nosso Ministério é uma tarefa que envolve todos os secretários e todos os servidores.

É por essa razão que eu venho acompanhada do Secretário-Executivo Gustavo Guimarães, que está aqui e que também já teve a honra de me assessorar no Senado Federal. Estão aqui ao meu lado também o Secretário do Orçamento Federal, Paulo Bijos, que é desta Casa; e o Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, o Prof. Sergio Firpo. Estão no plenário a Secretária Nacional de Planejamento, Virginia de Ângelis, egressa do Tribunal de Contas da União; o nosso consultor jurídico, que é da AGU, o Jurandir; a Juliana, que nos assessora; e a Vanessa, que é nossa Secretária Adjunta de Assuntos Internacionais.

Depois dessas apresentações, eu quero dizer aqui, no início da minha fala, que nós nos sentimos muito honrados de estar aqui, mas também estamos aqui por dever de ofício, por uma obrigação regimental, legal e constitucional, para mostrar a esta Casa e, a partir dela, ao Brasil, a realidade do Orçamento brasileiro e o que temos para dizer sobre





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

as diretrizes orçamentárias. E também agradeço o convite que me foi feito pelo Deputado Cajado para falarmos um pouquinho sobre a revisão de gastos.

Vou cronometrar o meu tempo. Vou fazer uma apresentação muito enxuta em respeito às Sras. e aos Srs. Parlamentares, porque serão muitas as perguntas, e o tempo é exíguo. Por isso eu cortei um terço da apresentação inicial que me foi sugerida pelos meus assessores, mas não vamos prejudicar, obviamente, com isso, o debate e, muito menos, a transparência. A redução da apresentação se deu muito mais em respeito às Sras. e Srs. Parlamentares.

Não vou ficar olhando para a ela, porque eu tenho na minha frente aqui a mesma apresentação.

Eu quero iniciar a minha fala lembrando que o nosso Ministério não é apenas do Orçamento, da mesma forma que a CMO não é só uma Comissão Mista de Orçamento, é uma Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos. O nosso Ministério também é do Orçamento e do Planejamento.

Depois de 4 anos, o Ministério do Planejamento foi recriado, e com isso, no ano passado, pela primeira vez, fizemos um planejamento, um PPA, que foi considerado o mais participativo da história. Foi um PPA aprovado pelas Sras. e Srs. Parlamentares. E eu quero reforçar que o PPA deixou de ser, como era no passado, uma carta de intenções, que muitas vezes ficava nos gabinetes e nas gavetas dos Ministérios, para fazer parte, a partir de agora, como instrumento que é, do Orçamento brasileiro. O PPA é a carta náutica, é a bússola que orienta não só a Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas também a Lei Orçamentária Anual, a nossa LOA. Isso vai ficar claro aqui.

Encerrando essa parte inicial, gostaria de reforçar, portanto, que o Ministério do Planejamento e Orçamento faz muito mais do que o Orçamento brasileiro. Ao planejar a médio e longo prazo o futuro do Brasil, junto com todos os demais Ministérios e com o Congresso Nacional, ele tem o papel de avaliar as políticas públicas que estão sendo executadas. Ele trata de assuntos internacionais, porque também é no nosso Ministério que aprovamos os financiamentos para Estados e Municípios realizarem obras e serviços públicos. E ele também tem, por conta disso, dois institutos que são fundamentais para o Brasil, o IBGE e o IPEA, um com o diagnóstico e com os dados; e o outro, o IPEA, através





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de estudos aplicados, faz projeções e análise, não só das políticas públicas, mas também dos cenários macroeconômico, microeconômico e da política brasileira.

Dito isso, passemos, portanto, à apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

(Segue-se exibição de imagens.)

Trato aqui, num primeiro momento, das inovações desta LDO, fruto, inclusive, daquilo que analisamos dentro do PPA.

A LDO de 2025 procura avançar na consolidação daquilo que há de mais moderno no mundo. Portanto, o nosso foco é modernização do Orçamento brasileiro, o que implica, entre outras coisas, estender o prazo médio de análise de números que são apresentados ao Congresso Nacional. Então, a primeira inovação é um marco fiscal de médio prazo, que contém as projeções dos principais números, agregados fiscais, para um período de 4 anos. Antes, fazíamos essa análise por 3 anos; agora, estamos incluindo um quarto ano, à luz, inclusive, do PPA que rege o Brasil a partir de agora, do ano de 2024 a 2027.

Da mesma forma, e esta é uma novidade do PPA, trazemos a trajetória da dívida pública, essa trajetória que é uma referência tão importante para que possamos, a partir dela, tomar decisões, seja o Deputado, seja o Senador, seja o próprio Executivo, na hora de aprovar um projeto que possa impactar o orçamento fiscal brasileiro. Isso está no Anexo IV.3.

Por fim, há mais uma novidade, algo que era um pleito antigo do Congresso Nacional. Quando vamos falar de qualidade de gastos, onde está a avaliação da priorização de gastos públicos? Esta é uma novidade também que trazemos.

De uma forma geral, qual é o grande objetivo deste projeto? O objetivo é, primeiro, cumprir a Constituição; segundo, procurar trazer o Orçamento para mais próximo do cidadão, através da sua divulgação. Nós estamos falando aqui, com essas medidas, de dar transparência ao Orçamento e, com transparência, dizer que temos controle do Orçamento público e, através da transparência e do controle, termos ações que visem efetivamente ao interesse público e ao controle das contas públicas.

Neste próximo eslaide temos apenas o que já está na LDO que entregamos em abril. Temos ali a meta de resultado primário projetada de 2025 para 2028.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 2025, o centro da meta é zero, ou seja, déficit zero, com uma tolerância de menos 0,25% ou mais 0,25%, o que poderia dar um déficit de 31 bilhões de reais ou um superávit de 31 bilhões de reais.

Quero dizer aqui, em nome da equipe econômica, que nós não estamos trabalhando em cima da banda nem para cima nem para baixo. Nós estamos mirando, para este ano, a meta zero. Essa é a nossa meta. Isso aqui é apenas um fôlego, em nome de possíveis responsabilidades ou gatilhos que poderiam ser acionados. É por isso que existe um limite superior e um inferior.

Não estamos aqui para dourar a pílula. É importante dizer que o desafio das contas públicas é grande, não é pequeno. Nós acabamos de sair de uma pandemia, e saímos mais empobrecidos, com muitas políticas públicas que precisaram ser recuperadas. Graças ao Congresso Nacional — e eu estava aqui como Senadora —, a PEC da Transição veio, dando um suporte extra para que pudéssemos recompor políticas públicas que tinham sido desativadas, com um orçamento da ordem acho que de quase 160 bilhões de reais, Deputado Domingos Sávio. Eu estou com 130 bilhões de reais na cabeça, mas acho que passou um pouco de 160 bilhões de reais, foi algo em perto de 162 bilhões de reais. Com isso, nós recompusemos as nossas políticas públicas.

Mas ainda há um quadro desafiador, porque, embora tenhamos um déficit fiscal e tenhamos que cuidar das contas públicas, nós ainda temos, por outro lado, 13 milhões de brasileiros passando fome, nós ainda temos pelo menos 5 milhões de famílias que precisam de habitação e nós ainda temos problemas sérios para resolver relacionados à qualidade do ensino, da saúde, da segurança pública e tudo o mais. Entretanto, como eu disse, não há política social sem política fiscal. Sem equilíbrio fiscal, nós não conseguimos atingir as metas na área social. Por isso, deixei muito claro que a trajetória proposta aqui é desafiadora, mas é responsabilidade de todos nós. Afinal, o que Executivo propõe passa, obviamente, pelo crivo político do Congresso Nacional.

Há algo que eu gostaria de deixar claro aqui, porque ouvimos muitas informações, muitas vezes pela própria mídia, em relação à fragilidade do arcabouço fiscal: *"Ah, já houve duas medidas que, de alguma forma, abalaram o arcabouço fiscal!"* Eu quero lembrar, com esses números que estão aqui, qual é o cerne do arcabouço. Sim, o arcabouço trata de meta fiscal, porque a meta fiscal diz que ninguém pode gastar mais do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que arrecada. Mas o grande cerne, a alma do arcabouço fiscal está em colocarmos pelo menos duas travas nas despesas do Brasil.

A primeira trava é que as nossas despesas têm um teto de crescimento de 70% do aumento da receita. Mas, se nós olharmos esse gráfico, veremos que há uma expectativa, em 2025, de termos um aumento da receita na ordem de 8,46%. Então, se nós colocarmos em prática a primeira regra do arcabouço, isso daria, aplicando-se os 70% a esses 8,4%, uma possibilidade de aumentarmos as despesas no Brasil em 5,9%.

Ocorre que o próprio arcabouço votado por todos os senhores e senhoras colocou uma segunda trava na despesa. Quando o crescimento da receita for muito grande, como neste momento aparenta que será — e nós temos tudo para concretizar esses dados —, há uma segunda trava. Se isso se concretizar, eu não vou ter aumento da despesa, no ano que vem, de 5,92%, porque há uma segunda trava no arcabouço fiscal, a trava dos 2,5% de crescimento real.

Então, o que eu disse para 2025 vale para 2026 e 2027. Eu vou ter um aumento da arrecadação considerável e eu tenho o direito de aumentar em até 70% no máximo — é máximo —, mas eu tenho um limite. Eu só posso aumentar em torno de 2,5%.

Eu gostaria de reforçar que há duas regras de limite de gastos. Nesse aspecto, gostaria de reforçar duas falas que foram, pelo menos parcialmente, eu não diria equivocadas, mas que geraram algumas dúvidas. Primeiro, meta fiscal não está no arcabouço, meta fiscal está na LDO. Nós alteramos as metas fiscais dos anos de 2025, 2026 e 2027, alterando a LDO. Obviamente, isso vai ser uma decisão do colegiado. E, segundo, quando nós abrimos aquele crédito, que, acho, foi quase por unanimidade aprovado por este Congresso, de 15 bilhões de reais, e dissemos que, se as receitas comparecerem — lembram? —, nós poderemos chegar a abril e maio e abrir um crédito de despesas na ordem de 15 bilhões de reais, isso já estava no arcabouço.

Então, nós não estávamos flexibilizando o arcabouço quando nós abrimos esse crédito de 15 bilhões de reais. A única observação que nós queríamos colocar — e acho que é uma coisa positiva — é que esse dinheiro foi todo direcionado, integralmente, para as despesas obrigatórias, não foram para as despesas discricionárias.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu vou passar rapidamente esse quadro macroeconômico, porque isso as senhoras e os senhores já conhecem, está na LDO. As senhoras e os senhores encontram isso em qualquer lugar. Eu gostaria apenas de reforçar o lado positivo aqui.

Eu estou trabalhando sempre com o primeiro relatório, porque assim manda o Regimento e a legislação, e LDO veio para o Congresso Nacional no dia 15 de abril, então eu não tinha o segundo relatório. Por isso, eu só trago o primeiro relatório aqui. Em paralelo, nós colocamos ali, por dever de ofício, o segundo relatório, mas temos que, por obrigação, falar em cima do primeiro. Há uma perspectiva real de crescimento do Brasil que chega a quase 2,5%.

Eu gostaria de ir lá para o fim, porque os outros números os senhores acompanham. Nós estamos tendo uma massa salarial nominal crescendo muito acima da inflação. Estava previsto um crescimento de 9,8%, mas, já no segundo relatório, apareceu um crescimento da massa salarial do Brasil de 10%. Isso é muito importante, porque, quando nós falamos de salário mínimo, nós estamos falando de dinheiro que é todo colocado na economia brasileira. Quem ganha salário mínimo, quem ganha até dois salários mínimos não pode se dar ao luxo de poupar nada. Isso tudo vai para o mercado, gera ganho em todos os sentidos na economia brasileira.

Aqui é apenas para mostrar um paralelo com o ano passado. As senhoras e os senhores se lembram de que havia uma expectativa de crescimento do Brasil de 0,7% ou 0,8%. "*O Brasil não vai crescer no ano de 2023.*" Nós apostávamos, como mostra a linha azul, na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, quando o mercado falava que o Brasil ia crescer 0,8%, que cresceríamos o dobro disso. Até os nossos números estavam conservadores. Em vez de crescer 1,6%, as senhoras e os senhores sabem que nós crescemos 2,9%. Nós chegamos a crescer 4%. Foi havendo uma convergência de expectativa do mercado, que foi reconhecendo que alguns números foram vindo positivos por ene razões que não valem a pena aqui neste momento nos debruçarmos sobre elas. E houve uma convergência de expectativa.

Da mesma forma, as nossas expectativas de crescimento do Brasil continuam, mais ou menos, dentro do previsto desde janeiro, uma perspectiva de crescimento que poderia chegar a quase 2,5%. E o mercado já está também convergindo para essa expectativa. É claro que dependemos da questão do Rio Grande do Sul, outros fatores poderão vir, mas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

é o que nós temos para análise do segundo relatório de maio, que está, mais ou menos, convergindo com as expectativas do mercado.

Resultado primário do Governo Federal. Peço aqui só uma atenção para o item 4. Vamos aos números mais importantes. Chamo atenção para alguns números que, obviamente, preocupam-nos. As despesas primárias no Brasil estão dentro daquela média de 18,5% em relação ao PIB, em 2025, 2026, 2027, 2028, tirando uma média. No entanto, quando nós olhamos, e aí é que nos preocupa, acho que essa é a grande preocupação que nós temos que ter, para as nossas despesas discricionárias, aquilo que os senhores e senhoras podem opinar, como nós podemos também, em matéria de utilizar esses recursos para obras, para investimento, para políticas públicas, começamos a ver já em 2027 — para quem quiser acompanhar é o 4, na segunda linha do 4, "Discricionárias do Poder Executivo" — elas vão para 212 bilhões de reais em 2025 e caem consideravelmente em 2027 para 168 bilhões de reais, chegando a 151 bilhões de reais em 2028.

Uma das questões que ainda nos preocupa é que as demais despesas do Poder Executivo, que é a quarta linha do item 4, têm um valor mais baixo ainda. Em 2027 e 2028, caem para 122 bilhões de reais, sendo que seria 173 bilhões de reais no ano que vem, e caem para apenas 102 bilhões de reais em 2028.

Então, dentro desse cenário, que é o papel que eu vou entrar já, já na segunda parte da nossa apresentação, que é o grande papel da responsabilidade de todos nós, perguntamos: o que vamos fazer com o orçamento brasileiro à luz desses números? O que está acontecendo? O que está impactando esses números? E quais seriam, no futuro, não é o momento para hoje, as possíveis soluções para este problema? E aqui nós colocamos a meta do resultado primário de acordo com o que está na LDO.

Esse é um quadro mais detalhado. Nós estamos aqui colocando que, dentro dessas discricionárias totais, o que impacta e o que retira um pouco dessas receitas livres discricionárias são, obviamente, os investimentos com educação e saúde, que estão fora do arcabouço para efeito de limites. Educação e saúde são as únicas despesas ou investimentos, como alguns gostam de colocar, que estão fora do arcabouço. Eu digo que não é uma coisa nem outra. Como professora, posso dizer o seguinte: educação é gasto; mas educação de qualidade é investimento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, quando gastamos com qualidade, quando geramos produtividade, quando conseguimos alcançar os indicadores dos grandes países na qualidade do ensino, o ensino deixa de ser gasto e passa a ser investimento, mas essa é outra questão que poderemos deixar para fazer em outro momento.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - É, em relação ao ritmo do crescimento. Exato. Eles crescem, não ficam fixados em 2,5% de crescimento para as despesas, crescem de acordo com a receita dentro do piso, obviamente, de 15% e 18%.

Dito isso, e vou deixar para que os debates sejam feitos, esse é o apanhado geral da nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Quando nós falamos em déficit, quando falamos em alcançar a meta fiscal e quando falamos em desafios, significa que nós temos pela frente uma grande tarefa: como fazer o Brasil caber no orçamento brasileiro? Quando falamos em como fazer o Brasil caber no orçamento, não estamos falando só do pobre no orçamento, mas também do setor produtivo no orçamento, da nossa criança no orçamento, da mulher no orçamento, da igualdade racial no orçamento, da sustentabilidade no orçamento. Como fazer o Brasil caber no orçamento?

É preciso ter a coragem de dizer que o Brasil gasta muito, mas, pior do que gastar muito, o Brasil gasta mal. Então, aí vem um grande trabalho, que não é só do Ministério do Planejamento, é também de toda a equipe econômica. E nós temos total apoio, quando nós falamos disso, do Congresso Nacional para falarmos de revisão de gastos.

Aqui eu quero deixar muito claro que não estamos falando, num primeiro momento, de *speeding review*. Nós estamos falando de revisão de gastos para requalificar, estamos falando de revisão de gastos para garantir qualidade do gasto público. Como consequência da qualidade deste gasto público, poderemos ter, como teremos também, impacto no gasto público, na economia que se pode fazer. Consequentemente, isso vai bater lá no fim, no impacto na dívida em relação ao PIB, no superávit que precisamos alcançar, mas especialmente na meta fiscal zero, porque ninguém pode gastar mais do que arrecada.

O foco da revisão de gastos deste Governo e do Ministério do Planejamento e Orçamento — fiz questão de colocar em primeiro lugar — é a melhoria da qualidade de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

gastos. Por que podemos dizer isso? Porque, quando estressamos os números, quando abrimos as políticas públicas, vemos que temos políticas públicas extremamente necessárias e prioritárias, mas não são eficientes; outras que foram eficientes e necessárias há 20 anos, mas não temos coragem de reavaliar e dizer: *"Hoje elas não atendem mais ao interesse social, ao interesse público"*.

Então, por que não extinguir essa política pública? De novo, não é para fazer superávit num primeiro momento, é para remanejar esse recurso enquanto tivermos 13 milhões de pessoas na linha da miséria, enquanto tivermos que fazer políticas públicas consideradas prioritárias.

Portanto, o primeiro objetivo da revisão de gastos é melhorar a qualidade do gasto. O segundo é garantir que não falem recursos necessários para as políticas públicas existentes e para aquelas que muitas vezes o Congresso Nacional cria. Essas políticas públicas não podem estar subfinanciadas, sob pena de termos políticas públicas ineficientes.

Por fim, aí, sim, nós podemos, com essa revisão de gastos e esses remanejamentos, conseguir reduzir a pressão que as despesas obrigatórias hoje exercem sobre o orçamento brasileiro.

Se vocês olharem a lâmina — eu não sei se vocês enxergam, eu não consigo enxergar —, verão que, em 2024, nós temos quase 2 trilhões, 1 trilhão e 980 bilhões de despesas obrigatórias, e 204 milhões de despesas discricionárias. Quando vamos para 2028, ficamos na casa dos 150 milhões.

Eu já estou indo para o fim da minha fala. Acredito que em 10 minutinhos, talvez até menos do que isso, eu conclua.

Muitos chegaram e disseram: *"A LDO trouxe como novidade a revisão de gastos, mas a senhora colocou, a título exemplificativo, algumas das medidas de revisão de gastos"*. Eu quero dizer que nós só colocamos aquilo que, até abril, estávamos realmente mexendo e aquilo que sabíamos que já tínhamos autorização da Junta de Execução Orçamentária e do próprio Presidente Lula para avançar. Quanto ao restante, estamos mexendo em tudo, mas só podemos apresentar no momento oportuno, porque, de novo, revisão de gastos não é só papel do Ministério do Orçamento, mas também da equipe econômica, da Junta de Execução e da deliberação política do Governo Federal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu acho que poderia... Eu ia ver se ia pular algumas lâminas, mas acho que em 10 minutos eu consigo concluir.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Tranquilo, Ministra.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Acho que o mais importante é o debate, porque aprendemos muito com as perguntas das Sras. e dos Srs. Parlamentares.

Eu só vou dar exemplo do que estamos fazendo e dizer o quanto isso é importante, até para que os Parlamentares possam tomar decisões políticas de apresentar ou não determinado projeto.

Vejam o que acontece com o Proagro. Eu vou trabalhar com o Proagro, que é da minha área. Eu sou do setor produtivo, do agronegócio, então fico tranquila em falar sobre isso. Depois, vamos falar dos benefícios previdenciários lá na frente, só para não ficar repetindo.

O Proagro, que é mais do que necessário, que é um seguro, teve um crescimento no orçamento brasileiro de 1,9 bilhão de reais para 9 bilhões de reais em menos de 2 anos. Em 2 anos e meio, não chegou a 3 anos, o Proagro subiu quatro vezes. Ele passou de 1,9 bilhão de reais para 9 bilhões de reais.

O que nós fizemos? Com pequenos ajustes, sem deixar ninguém para trás, continuamos garantindo que, em estado de calamidade pública, com mudança climática, etc., qualquer cidadão do agronegócio ou da agricultura familiar — grande parte vai para a agricultura familiar — vai poder acionar o Proagro, vai poder ter o retorno do custeio desses investimentos que ele fez.

Nós já conseguimos fazer economia e ter uma projeção de economia de 2 bilhões de reais em 2025, 2 bilhões de reais em 2026, etc. Resumo da ópera: chegaremos, lá no fim, a 8,7 bilhões de reais.

Nos benefícios previdenciários, nós estamos atacando, só para deixar muito claro, aquilo que nós chamamos de fraudes ou erros. Há um parecer do Tribunal de Contas dizendo que pode chegar até 10% a margem de possíveis fraudes ou erros na parte de contribuições previdenciárias. Nós estamos mapeando, buscando isso. Com uma única medida chamada Atestmed, que é trazer a perícia para o campo digital, estamos tendo economia no tempo de apuração da perícia, de 112 dias passou para 69 dias. Com isso,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

em vez de pagar 5 meses, nós estamos pagando 2 meses, 2 meses e meio para quem precisa do auxílio-doença ou tem incapacidade provisória.

Vejam a economia que é possível fazer em 4 anos com o Atestmed: algo em torno de 7 bilhões de reais por ano. Este ano, 2024, já vai ter economia de 28 bilhões de reais, mas não colocamos ali.

Por que eu trouxe esses dois exemplos? Apenas para dizer que temos três eixos de revisão. No ano de 2023, além de recompor as políticas públicas, nós focamos em fraudes. Só do Bolsa Família tiramos quase 2 milhões de famílias que não tinham direito ao benefício e fizemos uma economia de mais de 10 bilhões de reais. Não foi para fazer superávit que fizemos isso. Grande parte desse recurso foi para engrossar o orçamento brasileiro, para recompor políticas que lá atrás, estávamos falando de 2023, precisavam ser recuperadas. Neste ano de 2024, nós estamos focando em algumas políticas verticais, muito específicas, e vamos avançar em outras. Poderia falar do Seguro-Defeso... Há uma série de políticas.

Eu dou um exemplo para encerrar aqui essa lâmina: o Seguro-Defeso. Fui Prefeita da minha cidade, uma cidade ribeirinha, onde há uma colônia de pescadores. Há um bairro, é apenas uma curiosidade, onde tive mais de 85% dos votos quando fui Prefeita, que tem uma colônia de pescadores. Eles precisam do seguro-defeso porque senão eles vão pescar e impactar o meio ambiente ou vão morrer de fome. Nenhuma das duas coisas pode acontecer. Então, essa é uma política de mais alta relevância. Ocorre que a informação que nós tivemos, e a estamos apurando, é que existem na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD 250 mil cadastros de pescadores artesanais, e o benefício está sendo concedido a 800 mil pessoas. Então, ou estamos pagando a pessoas que não precisam, ou o cadastro está desatualizado. Pode ser que o cadastro esteja mais ou menos desatualizado, mas, mesmo que esteja, não é possível uma diferença tão grande como essa.

Então, nós estamos avançando na revisão desses gastos também. Isso tudo é só para mostrar que não colocamos aqui porque são coisas que vão ser colocadas à frente.

Outro exemplo, só para entender o impacto das nossas decisões, é a educação e a saúde. Até me pediram para colocar esses números, porque estão fora do limite de 2,5%. Ninguém está dizendo que vai limitar a 2,5%. Ouvi matéria aí sendo colocada assim, mas,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

enfim, isso deixamos para depois. O impacto do fato do piso da educação e da saúde ser 15% e 18%, incluindo o FUNDEB, que agora está num exponencial de crescimento, fruto de uma deliberação do Congresso Nacional, sancionada pelo Presidente da República, é que teremos um total, nos próximos 4 anos, de despesas vinculadas às receitas que vai chegar a 479 bilhões de reais no ano de 2028.

Para encerrar, vou falar dos três eixos de revisão de gastos, só para os senhores e as senhoras entenderem a dinâmica da revisão de gastos.

O primeiro eixo é a revisão vertical. Eu dei alguns exemplos justamente para que pudéssemos ser mais rápidos aqui. A nossa equipe, capitaneada pelo Prof. Sergio Firpo, junto com o Ministério da Gestão, o Ministério da Fazenda, participa do Comitê de Avaliação de Políticas Públicas. Nós elencamos, na verticalidade, algumas políticas — não temos tantos braços, tantos tentáculos — elegíveis, ou porque o Tribunal de Contas aponta, ou porque o Congresso Nacional, a própria CMO faz questionamentos, e fazemos a análise de quais são as políticas públicas que naquele ano vão ser revistas. Então, elegemos essas políticas públicas para avaliá-las. Está sendo eficiente? Está tendo eficácia? Atende ao interesse público? Qual é o custo-benefício? E analisamos, obviamente, também erros e fraudes, mas não só erros e fraudes, mas também a efetividade e a eficiência à luz do interesse público e da sociedade. Fazemos reuniões técnicas, nas quais se faz um plano de ação e o leva para os Ministros, e, depois, levamos para a junta e tomamos algumas decisões. Fruto dessas decisões, estamos analisando o Seguro-Defeso, estamos analisando o Proagro, estamos analisando os benefícios previdenciários, e assim por diante.

O segundo eixo é o da revisão de subsídios da União, comandado pela Fazenda, e nós a ajudamos nesse processo.

Para esse eixo eu quero chamar a atenção do Congresso Nacional, porque hoje saiu o relatório do Tribunal de Contas da União, que aprovou por unanimidade as contas do Governo Federal, com uma ressalva na ordem de 20 bilhões de reais mais ou menos. Eu não li o relatório, pois nós não o recebemos com antecedência. Eu estive hoje de manhã, por 3 horas, no TCU. Ouvi todo o relatório e todas as considerações dos Ministros do Tribunal de Contas. Eles foram categóricos, não só o Relator como também os Ministros. Todos disseram o seguinte: *"Os gastos tributários estão crescendo de forma insustentável"*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

no Brasil. Esses gastos tributários precisam ser revistos à luz do interesse público e à luz do custo-benefício".

Eles apontaram — nós vamos analisar o relatório ainda, eu o trago para as senhoras e para os senhores — que, só no ano de 2023, nós o Legislativo e o Executivo teríamos criado, corrijam-me se eu estiver errada, 32 novas desonerações no Brasil. Então, nós vamos analisar isso. Estou passando em primeira mão aquilo que eu ouvi, sem ter lido, para mostrar que essa parte de revisão de subsídios é fundamental. Nós vamos mostrar, na última planilha, o impacto disso.

O último eixo é o da modernização das vinculações públicas em relação ao orçamento. Eu tenho só mais três lâminas. Eu passo, sem falar nada, a lâmina do Eixo 1, pois eu já citei os números, para verificarem o quanto nós já estamos tendo de economia. Só por conta desses dois exemplos que eu dei, nós estamos com uma expectativa de 37 bilhões de reais de economia, analisando fraude ou erro. Erro não tem a ver com fraude. Às vezes, é inércia do Executivo, é falta de colocar um computador, colocar o mundo digital, para fazer apurações.

O Eixo 2 eu já comentei também. Na lâmina do Eixo 2, eu trago os números dos subsídios. Talvez esse seja o grande problema sobre o qual nós vamos ter que nos debruçar neste ano e no ano de 2025.

Esta ali foi a única recomendação do Tribunal de Contas para o Executivo e para o Legislativo. Se as senhoras e os senhores olharem a linha que mais importa, que é a dos benefícios tributários — ela está na cor vermelha —, verão que eles correspondem a 4,78% do PIB brasileiro e correspondem a uma renúncia de 519 bilhões de reais, ou seja, é gasto, porque é dinheiro que poderia estar entrando e não está. Se nós incluirmos os benefícios financeiros, benefícios creditícios, juros subsidiados e tudo mais, nós chegaremos a uma conta de 646 bilhões de reais. Isso corresponde a quase 6% do PIB. Lembro que havia uma discussão no Congresso Nacional sobre se tínhamos, 5 anos atrás, 6 anos atrás, que sair de 4% do PIB para 2% do PIB.

No mais — podem só passar as lâminas, que eu concluo aqui —, o PPA, metas, transversalidade, tudo isso faz parte do nosso orçamento. Eu sei que há aqui muitas Parlamentares que vão perguntar onde está a mulher no orçamento. Quando as senhoras e os senhores vão para as ruas pedir voto — vão fazê-lo agora nas eleições municipais —,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

a mãe pergunta: *"Onde está o meu filho no orçamento brasileiro?"*; *"Onde está o jovem no orçamento brasileiro?"* Na transversalidade, nós deixamos muito claro no orçamento onde está a mulher, onde está a criança e o adolescente, com políticas públicas assertivas.

Gostaria de dizer que é novidade um painel, o qual é atualizado e disponibilizado agora no SIOPE. Tem também um QR Code no portal mesmo. Qual é o endereço? É SIOPE. É só escrever SIOPE e, com isso, as senhoras e senhores têm detalhadamente, item por item, ação por ação, onde está o orçamento, onde estão todas as ações e as despesas.

Deputado, aponto aqui a questão da calamidade do Rio Grande do Sul e os nossos créditos extraordinários, apenas porque aproveito a oportunidade. Graças às medidas provisórias que as senhoras e senhores aprovaram editamos medidas provisórias na ordem de mais ou menos 20 bilhões de reais; para apoio direto às pessoas foram 2,9 bilhões, mais ou menos, números a grosso modo; apoio à reconstrução, 3,4 bilhões; subvenções e créditos empresariais, 14 bilhões; apoio a Estados e a Municípios, por enquanto. Agora é que a água baixou, agora é a hora em que os prefeitos vão realmente pedir algo: *"Olha, nós tivemos esse estrago, aquele estrago"*. Enquanto a água estava a 2, 3, 4 metros, o Prefeito não tinha condições de fazer a análise do estrago. Então, por enquanto, o apoio a Estados e Municípios foi na ordem de 212 milhões. E, para quem quiser, também temos o QR Code.

Vou encerrar por aqui, agradecendo a oportunidade de fazer as primeiras colocações, e dizer que me encontro à disposição das senhoras e dos senhores para qualquer questionamento.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Ministra Simone Tebet.

Quero agradecer a sua boa vontade de estar aqui nesta audiência pública, já pedindo desculpas, porque eu já tinha um compromisso pré-agendado.

Aproveito a oportunidade para convidar o Senador Jayme Campos para presidir esta audiência pública da CMO.

Obrigado a todos. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Boa tarde a todos e a todas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Dando continuidade a esta audiência pública, antes de mais nada quero saudar e cumprimentar a minha querida e estimada amiga Senadora Simone, hoje Ministra. É uma alegria V.Exa. estar aqui conosco na CMO. Saúdo os demais convidados que fazem parte desta audiência pública.

Diante do rito, concedo a palavra ao ilustre amigo Senador Confúcio Moura, Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025.

Com a palavra o Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (MDB - RO) - Primeiro, quero agradecer a todos e saudar os Deputados, as Deputadas, os Senadores, os técnicos e os visitantes presentes. É uma satisfação muito grande.

Minhas palavras, neste momento, serão bem breves para não atrapalhar justamente o fluxo do debate. Posteriormente, teremos tempo suficiente para discorrer acerca do meu pensamento sobre a LDO, sobre prazos, sobre emendas, enfim, sobre tudo aquilo que interessa aos Parlamentares e sobre o Orçamento propriamente dito, objetivos, prioridades do Governo, metas e ações.

Então, eu vou ficar só por aqui com esta introdução breve. Agradeço a oportunidade e deixo tempo. Posteriormente, terei muito tempo para falar. Vamos ganhar tempo, neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Agradeço ao Senador Confúcio.

Passo a palavra ao querido e estimado amigo Deputado Claudio Cajado.

V.Exa., como o autor do requerimento, está com a palavra, Deputado, com certeza, um futuro Senador da República!

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - *(Risos.)* Se eu tiver votos como V.Exa., eu não deixo passar mesmo, não!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Já vou transferir meu título para o Estado da Bahia!

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Quero cumprimentar o Senador Jayme Campos, ilustre amigo querido, Presidente desta sessão, e a Ministra Simone Tebet.

É um prazer, Ministra, estar com a senhora aqui.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero cumprimentar também o Secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos; o Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos, Sergio Firpo; o Relator, o nobre Senador Confúcio Moura; e todos os demais Deputados e Deputadas e Senadores e Senadoras aqui presentes.

De antemão, quero pedir desculpa, Presidente, Senador Jayme Campos, porque eu não serei tão breve quanto o Senador Confúcio Moura. Eu assumo também o tempo do Senador, e, então, peço a V.Exa. que dobre meu tempo.

Ministra, eu devo dizer que, no ano passado, quando fizemos a relatoria do arcabouço fiscal, tivemos um grande entendimento tanto por parte da senhora quanto por parte do Ministro Haddad. Houve uma interlocução de altíssimo nível.

Fizemos o possível para que o arcabouço não fosse apenas uma lei intencional, mas que fosse uma lei que, na prática, se revelasse como um regramento a ser cumprido.

Hoje, passado 1 ano, eu não posso ter a certeza de que a expectativa que eu tinha no ano passado se mantém e não posso ter certeza de que aquilo que fizemos juntos, Governo e este Relator, avalizado pelo Congresso Nacional, pudesse, já de antemão, me deixar desesperançoso. Por quê?

Cumprimentando o Líder do Governo no Congresso, o Senador Randolfe, que prestigia esta sessão, quero dizer que os números são absolutamente claros.

Primeiro, quando votamos o arcabouço fiscal no ano passado, previa-se que a LDO enviasse uma meta para o ano de 2025, para o próximo ano, de mais 0,5% de superávit. Isso dava 62 bilhões de reais que teríamos, quando votamos o arcabouço, com a perspectiva de que o Governo pudesse, já assumindo a meta que estava prevista dentro do arcabouço, indicá-la na LDO.

Quando a LDO chegou, isso foi com meta zero, ou seja, já previa o que esperávamos de superávit de 62 bilhões de reais, e já não temos esses 62 bilhões.

Se formos avaliar a possibilidade de atingirmos a banda que está dentro do regramento jurídico de menos 0,25%, haverá mais 31 bilhões de reais. Se somarmos 62 bilhões de reais aos 31 bilhões de reais, seriam 93 bilhões de reais, que poderiam ser atingidos pelo Governo, e isso está absolutamente correto. Mas isso não foi o que votamos no ano passado nem era a expectativa de que pudéssemos cumprir para este ano.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Se votarmos, como estamos colocando, os precatórios, haverá mais 40 bilhões de reais, e, então, aí já vai para 143 bilhões de reais de déficit. Quanto a esse déficit, pelo regramento, se aprovarmos a LDO como está prevista, nós estaremos dizendo ao Governo que está tudo bem, que pode continuar gastando, e num cenário em que nós fizemos a nossa parte.

O Governo enviou determinados projetos de aumento da carga tributária — não é de alíquota de imposto, e sim da carga tributária —, penalizando ou cobrando de quem não pagava, e a receita em relação ao ano anterior cresceu 8%, ou seja, o Brasil está arrecadando muito. Mas eu pergunto: cadê o corte dos gastos? Aonde estamos indo? O Governo não demonstra compromisso em cortar gastos.

Eu trouxe, Ministra, e vou entregar a V.Exa. agora, sete perguntas. Vou lhe entregar cada uma delas para que V.Exa. as tenha em mãos, e, assim, possamos fazer esse diálogo, com todo o respeito e admiração que eu tenho por V.Exa. Sei que tanto V.Exa. quanto o Ministro Haddad merece todo o nosso apoio. V.Exa. integra o Governo e, como integrante do Governo, tem que ter a responsabilidade de mostrar a ele a necessidade de se agir corretamente, porque senão os números vão voltar a ser o que eram no início do Governo Lula: inflação alta, juros estourados, juros futuros que inviabilizam os investimentos, cotação do dólar que cada vez mais inviabiliza as exportações. E esse cenário não está fora de meta, não, pelo contrário.

Eu pergunto sobre os gastos. É preciso que a SMA — Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos apresente ao Congresso o que de fato tem, objetivamente e não intencionalmente. Nós precisamos de dados concretos — *"já foi feito isso"*. Por exemplo, uma das perguntas que eu faço a V.Exa.: vai separar a política de valorização do salário mínimo da Previdência? Isso está na meta do Governo? Vai ser feito ou é intenção? Podemos fazer? Sim ou não? Outro ponto fundamental é a desvinculação da receita em relação aos pisos da educação e da saúde. Serão desvinculados da receita ou serão unificados? O Governo pensa nisso, de forma muito objetiva?

Este convite a V.Exa. tem o objetivo de discutirmos o Brasil. Não é possível que o País abra mão de 500 bilhões de reais por ano e nós não avaliemos se esses recursos dados em desonerações estão sendo ou não positivos! As empresas, os setores





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

produtivos que estão recebendo esses recursos estão fazendo jus à continuação da política? Estão gerando riqueza? Estão gerando renda? Esse dinheiro, que é do Governo brasileiro, do nosso País, da nossa Nação, poderia estar sendo investido em mais políticas públicas, na educação, na saúde, no combate de efeitos danosos como os da tragédia no Rio Grande do Sul. No entanto, ano após ano, a desoneração é mantida, reiteradamente.

E agora, quando o Ministro da Fazenda tenta cobrir o buraco da desoneração votada pelo Congresso, temos a devolução da medida provisória. Eu não vou entrar no mérito, porque, para mim, a forma de encaminhamento realmente foi errada, e para aumentar imposto tem que haver previsibilidade, pelo menos, de 90 dias, a noventena. Mas não é só esse o ponto. Nós precisamos avaliar essas políticas — e colocamos isso no arcabouço.

A questão da desoneração tem que ser discutida no conjunto. O Governo vai fazer isso ou não? Vai atuar nesse monitoramento, nessas avaliações, de forma objetiva e concreta?

Por outro lado, as metas fiscais são um norte que o Governo precisa perseguir. Mas, sinceramente, hoje eu tenho dúvida disso, porque quer apenas elevar receita. Nós sabíamos que, no arcabouço, havia uma espécie de um foguete de receita no primeiro ano, mas a arrecadação do CARF, por exemplo, se mostrou muito aquém do que estava previsto. Como será a partir do segundo semestre e do próximo ano?

Eu agora vou me restringir às perguntas à Ministra e fazer essa discussão em cima do que eu trouxe por escrito, mas eu finalizo dizendo que não é possível que, no momento em que o Congresso Nacional dá uma demonstração de compromisso com o País ao votar a PEC da reforma tributária, que estava há 40 anos engavetada, e o Governo manda dois projetos de regulamentação dessa reforma tributária, nós estejamos aqui para receber matérias de objeto tributário. Para que vamos votar, então, esse PLP 68 ainda neste semestre, se no segundo semestre podemos receber novas medidas de alteração da legislação tributária?

Eu falei isto ontem para o Ministro da Fazenda: *"Não é admissível, Ministro, porque nós estamos fazendo agora um novo modelo tributário"*. Esse modelo tributário tem previsões para começar a dar certo até o ano de 2033. Se nós ficarmos remendando, querendo aumentar receita para não cortar gastos, nós vamos entrar em um cenário que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pode levar todo esse projeto, um esforço conjunto do Congresso Nacional, Câmara e Senado, a lugar algum.

Então, a primeira pergunta que eu faço à Ministra — peço à Mesa que a encaminhe — é em relação à dívida pública. As projeções de anexo de metas fiscais indicam que a dívida bruta do Governo Federal tende a se estabilizar a partir de 2028, e daí em diante cair, até atingir 74,5% do PIB em 2034. Esses números se explicam pela adoção de parâmetros macroeconômicos mais favoráveis nas projeções da LDO de 2025, em relação aos utilizados por analistas de mercado. Contudo, o próprio mercado, sistematicamente, tem piorado suas projeções para juros e inflação, que já estavam piores do que os números adotados pelo Governo. Pergunta-se: esse otimismo de onde vem? Os números apresentados na LDO são realistas?

Pelo encaminhamento da Mesa, Presidente Senador Jayme, vou fazer todas as perguntas, e depois a Ministra responde.

Em relação ao déficit público, de acordo com a LDO de 2025, a meta de resultado primário para o orçamento fiscal da seguridade social é zero. Porém, o diabo mora nos detalhes, como eu disse anteriormente. Para fins de aferição do cumprimento da meta, admite-se um intervalo de tolerância de 31 bilhões de reais, o que equivale a 0,25 ponto percentual previsto para o exercício. Além disso, há quase 40 bilhões de reais de despesas dos precatórios. Isso foi exatamente o que eu expliquei. A pergunta é: a senhora pode afirmar que será crível atingir a meta fiscal de déficit zero no ano de 2025?

Com relação à receita, neste ano de 2024, para sustentar a despesa nos níveis atuais e ainda assim observar a meta fiscal, o Executivo fiou-se inteiramente no ajuste pelo lado da receita. No entanto, algumas medidas adotadas para incremento da arrecadação são temporárias e estão decepcionando. E eu cito especialmente o baixo impacto sobre a receita até aqui da mudança da regra do voto de qualidade do CARF. Isso traz reflexo para o ano que vem. A nossa Lei de Responsabilidade Fiscal fala de ação planejada e transparente. Pergunta-se: qual é o plano B do Governo? Seria mais aumento de imposto?

Em relação às despesas obrigatórias e às despesas discricionárias, que V.Exa. mostrou nos eslaides, que vinculam a receita corrente líquida, os relatórios fiscais têm explicitado um problema bastante conhecido, mas ainda não suficientemente enfrentado: o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

crescimento real das despesas obrigatórias em percentuais superiores aos da despesa primária total. Como consequência, as despesas discricionárias são paulatinamente comprimidas. A senhora inclusive disse isso.

Ademais, dentro das despesas discricionárias, existe um subgrupo de elevada rigidez vinculada à receita, que são as emendas, piso da saúde, educação, etc., as quais pressionam ainda mais as despesas discricionárias. Pergunta-se: qual a proposta do Governo para superar esse problema?

Nós hoje estamos, salvo engano, Ministra, com 92% com despesas obrigatórias. Em nenhum país do mundo isso existe, meu Deus! E nós podemos chegar a 96% ou a 97%. Quando tivermos o problema lá na frente, o que é que nós faremos? É o mesmo que estarmos com um paciente com câncer, vendo que ele está mal, e o esperarmos chegar à UTI para tentarmos fazer alguma coisa.

Crescimento das despesas previdenciárias. A política do salário mínimo todos nós adotamos que é matéria positiva, mas traz repercussão às despesas previdenciárias. E, de acordo com um estudo do Banco Mundial, publicado em dezembro de 2023, intitulado *Sistema Previdenciário Brasileiro sob a Ótica da Equidade*, os gastos apontados no Brasil representam 12,7% do PIB, enquanto a média dos países da OCDE, organização que o Brasil deseja integrar, é de apenas 7,7%. Nós estamos quase com o dobro.

Eu vou direto para a pergunta: como o Governo pretende manter o compromisso com um regime fiscal sustentável, quando a sua maior despesa encontra-se em uma trajetória insustentável? O que faremos com a crescente dívida da Previdência, Ministra?

O resultado do *Spending Reviews*, que é a revisão dos gastos, em português, no início do Governo, foi apresentado como uma das principais iniciativas do Ministério do Planejamento para aprimorar a qualidade do gasto público. Passado 1 ano e meio do Governo, é possível mostrar algum resultado concreto dessa iniciativa? Isso é exatamente o que eu falei antes, na explanação da minha fala.

Por fim, política fiscal e posição política do Governo. Nós estamos aqui com sinais contraditórios em relação à política fiscal do País. Eu, pessoalmente, confesso que estava muito animado com o arcabouço, porque era uma lei de terceira geração. Teto de gastos, isso ficou para trás. Mas, quanto ao arcabouço, eu realmente tinha a visão de que o Governo tinha um norte, tinha um roteiro e poderia, de fato, fazer um planejamento





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ancorado na receita, que o Congresso não faltaria ao Governo, e não faltou. Todas as medidas que foram apresentadas nós votamos, com o espectro de que eram necessárias para podermos dar sustentação ao arcabouço. Mas eu sempre disse, e repito: sem corte de gastos não há sustentabilidade.

Hoje, sem o Governo apresentar reforma administrativa, corte de gasto, reforma de uma dívida cada vez maior da Previdência — absolutamente nada —, eu não vejo como ele poderá segurar isso nos próximos 3 anos. Consegue segurar em 2025, mas, em 2026 e em 2027, será algo temeroso.

E eu falo mais: não sei qual é a intenção do Presidente Lula com relação à reeleição, mas a continuar, Senador Randolfe, querido Líder do Congresso, esta trajetória, 2026 será um fiasco. Se a economia já não elege o Presidente estando bem, que dirá estando mal.

A pergunta é: ao gerar insegurança nos mercados, os questionamentos e tentativas de flexibilização das regras fiscais não contribuem justamente para reduzir o espaço fiscal que o Governo gostaria de ampliar? Em outras palavras, há compromisso genuíno ou não das lideranças do Governo com a sustentabilidade fiscal?

Ministra, me desculpe por essas perguntas, mas elas eram necessárias, até porque V.Exa. sabe do entusiasmo que eu tive com a relatoria do arcabouço e da minha dedicação, com membros desta Casa, com técnicos desta Casa e com o conjunto dela, numa votação expressiva de 364 Parlamentares, que assim o fizeram.

Eu falo em nome do País, em nome dos eleitores, do setor produtivo, demandas que agora estamos recebendo em números elevadíssimos, para podermos aprovar o relatório da regulamentação da reforma tributária.

Portanto, eu peço desculpas a V.Exa. se eu me exaltei.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Agradeço ao ilustre amigo Deputado Cajado, autor desta audiência.

Passo a palavra à ilustre Ministra Simone Tebet, para que ela possa, com certeza, responder às indagações. *(Pausa.)*

O SR. YURY DO PAREDÃO (Bloco/MDB - CE) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Deputado, V.Exa., por acaso, pediu a palavra?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. YURY DO PAREDÃO (Bloco/MDB - CE) - Após a Ministra, eu quero pedir o tempo de Liderança do MDB.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - O.k. Vou registrar aqui.

Tem a palavra a ilustre Ministra Simone Tebet.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Obrigada.

Antes de mais nada, Deputado Cajado, V.Exa. não tem do que se desculpar. Antes todas as contundências fossem nesse nível de equilíbrio, de educação, porque este é um bom debate. Viva a democracia, que prevê a possibilidade do contraditório.

V.Exa. foi fundamental para a elaboração do arcabouço. E eu quero de público externar o que já disse nos bastidores: sempre que havia um ponto que achava que fosse colocar no relatório e que não atendia aos interesses do próprio Governo, V.Exa. tinha a delicadeza, a gentileza de dizer: *"Eu vou fazer a alteração, ainda que o Governo pense diferente"*. E V.Exa. ia não só ao Ministério da Fazenda como também ao Ministério do Planejamento e Orçamento. Então, V.Exa. pode ter certeza de que tem muito crédito ainda conosco.

Eu vou responder ao Deputado Cajado, primeiro, porque ele foi o autor do requerimento; segundo, porque foram sete perguntas muito amplas, senão, vou me perdendo ao longo do tempo.

Se alguma coisa ficar para trás, Deputado Cajado, depois, quando eu estiver respondendo a outros colegas, V.Exa. me avisa que volto e coloco.

Acho que algumas coisas precisam entrar no contexto. Eu começo até com a pergunta, a meu ver, mais fácil do Deputado — talvez a única muito fácil. Quando ele fala da relação entre dívida e PIB, que o mercado, de novo, tem uma expectativa diferente da que nós apresentamos em determinado momento, lembramos que há sempre alguma convergência de expectativa do mercado.

A pergunta dele é a seguinte: *"De onde vem esse otimismo com relação aos números apresentados na LDO da dívida em relação ao PIB?"*

Primeiro, quero dizer que esse otimismo vem do Brasil. Eu tive o privilégio de correr o Brasil duas vezes em menos de 2 anos, todas as Capitais. Andei por todo o País. O Brasil sempre tem a capacidade de nos surpreender. Algumas pessoas perguntam assim: *"O que mudou no Brasil?"* Eu digo que mudou tudo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Brasil tem uma capacidade de resiliência. A economia brasileira está cada vez mais diversificada. Quando a indústria não comparece, temos a contribuição do agronegócio lá de Mato Grosso, Estado do Senador Jayme. Quando vem uma pandemia ou uma calamidade pública ou uma chuva lá no Estado dele, que produz quase 25% de todas as *commodities* brasileiras, outros Estados vêm com o setor de serviços aquecido e tudo mais.

Então, o meu otimismo vem da certeza de que, junto com o Congresso Nacional, nós estamos, ainda que não como gostaríamos, avançando em políticas econômicas, macro e microeconômicas fundamentais. É verdade, e V.Exa. tem total razão — e tem a minha impaciência também nesse sentido —, que, quando se fala do fiscal, as coisas caminham mais devagar não só neste Governo, mas em todos os governos. Eu faço política há 22 anos e vi vários ex-Presidentes governarem o Brasil, como também tive a oportunidade de estar no Governo do Estado como Prefeita. Há uma dificuldade de avançar naquilo que é prioritário quando se fala em equilíbrio fiscal. V.Exa. tem razão, mas estamos avançando nessa questão.

Paralelo a isso, o que eu entendo quando nós falamos de crescimento em relação à dívida PIB? Em relação à preocupação da trajetória sustentabilidade e equilíbrio da dívida, não podemos colocar na conta da revisão de gastos a solução do problema. Acho que são duas as frentes. Primeiro, o crescimento sustentável duradouro do Brasil. Nesse caso, eu aposto, sim, a partir de 2026 e, principalmente, de 2027, mas já com reflexo em 2026, na reforma tributária. A reforma tributária, que as senhoras e os senhores aprovaram, é a única que faltava para fazer com que o Brasil, a partir de 2026, embora comece a operar em 2027, cresça de forma sustentável e duradoura pela primeira vez na sua história. Quando analisamos o crescimento do Brasil nas últimas 4 décadas, nós temos que dizer, lamentavelmente, que o Brasil cresceu na média de 1% ao ano. A reforma tributária sozinha vai ter a capacidade de promover este crescimento de 0,7%, de 0,8%, e, em alguns casos, até de 1% ao ano — sozinha, só a reforma tributária, que as senhoras e os senhores vão regulamentar.

Portanto, a reforma tributária e a diversidade da economia me trazem esse otimismo. Os projetos que o Congresso Nacional aprovou não trataram só de macroeconomia. E V.Exa. foi muito feliz. Realmente, o Congresso foi parceiro do Governo do Presidente Lula.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Isso não é segredo, e o Ministro da Fazenda gosta de reforçar isso. A própria relatoria de V.Exa. foi fundamental. Mas, aliado a isso, nós tivemos uma série de votações no Congresso Nacional que envolveram a microeconomia, que vão lá à ponta e atingem setores que são responsáveis pela geração de emprego e renda.

Fruto disso — e não vou me delongar nessa primeira pergunta, já indo para a segunda —, é óbvio que isso aqui são apenas projeções, Deputado Cajado. Tudo pode acontecer. Lamentavelmente, a calamidade pública no Rio Grande do Sul mostrou que o imponderável, o inimaginável às vezes acontece. Mas aqui nós temos que lembrar que não só houve o crescimento do PIB, que saiu de 0,7% para 2,9%, como as próprias expectativas do mercado para o crescimento deste ano já estão mostrando uma curva de ascensão. Então, são muitos exemplos, como a massa salarial, o salário mínimo sendo reposto acima da inflação.

E, aqui, se vocês me permitirem, já vou ter que responder à pergunta a respeito da vinculação do salário mínimo, mas, antes, vou falar sobre a questão da meta zero. Então, eu vou falar sobre a meta fiscal antes de entrar na questão da vinculação.

Em relação ao déficit, à meta zero, a equipe econômica do Governo do Presidente Lula não está trabalhando nem com a banda superior nem com a banda inferior. Nós estamos mirando a meta zero, com tudo mais constante. Ainda que, e V.Exa. tem razão, contando com alguns créditos extraordinários este ano — a pergunta foi relacionada à meta deste ano —, nós miramos a meta zero.

É óbvio que a pergunta do Deputado exigiria uma resposta contundente, mas não posso dá-la. Eu não jogo em loteria porque não tenho chance alguma de acertar. Cravar meta zero é impossível, mas que nós vamos cravar que estaremos dentro da meta, nós vamos. Agora, nós estamos mirando a meta zero. Estamos contando com alguns recursos, é óbvio, que às vezes vêm de receitas excepcionais, que não são correntes, não são permanentes, mas nós estamos mirando a meta zero.

Vou reler o comentário porque às vezes não me lembro da ordem colocada aqui. *"Para sustentar despesas nos níveis atuais e ainda observar a meta que está relacionada, isso tem reflexo no ano que vem. Nossa Lei de Responsabilidade Fiscal fala de ação planejada e transparente. No entanto, algumas medidas adotadas para incrementar a*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

arrecadação são temporárias." Não há plano B porque a meta é zero, e nós sabemos como alcançar essa meta zero, com tudo mais constante.

Agora tivemos uma decisão do Supremo Tribunal que nos dá um conforto. Seja o Executivo, seja o Legislativo, criando despesas novas ou desonerando, tem que achar a fonte de receita correspondente, senão, obviamente, nós não poderíamos nem estar falando em arcabouço fiscal.

Sobre o controle de gastos, como está relacionado à outra pergunta, eu vou deixar para falar no final. Isso está relacionado à pergunta seguinte.

V.Exa. tem absoluta razão. Eu gostaria de mostrar um quadro sobre esta pergunta: *"Como superar o problema do crescimento das despesas obrigatórias e das despesas discricionárias rígidas, que estão vinculadas à receita corrente líquida? Os relatórios têm explicitado esse problema, o crescimento real. E, dentro das despesas discricionárias, nós temos vários pisos e tudo mais".*

Acho que isso também está relacionado — se me permitir, eu vou juntar as perguntas — ao crescimento das despesas previdenciárias, já que também elas são obrigatórias, Deputado Cajado. Eu não vou fugir da resposta, porque uma está ligada à outra. De uma forma geral, as três perguntas são o seguinte: as despesas obrigatórias estão crescendo e estão comprimindo as despesas discricionárias. Isso não se sustenta. Nenhum Governo, seja este, seja o próximo, tem condições de governar, de criar políticas públicas, de aperfeiçoar políticas públicas com despesas discricionárias menores que 10% do Orçamento. Essa é a grande realidade. E, dentre elas — o Deputado Cajado tem razão —, há o crescimento exponencial das despesas previdenciárias. A média do mundo é muito diferente da nossa. E, dentro disso, também há a questão dos pisos da educação e da saúde. Acho que eu estou lincando.

Então, respondo a essas perguntas deixando muito claro que o nosso papel...

Nós acabamos de sair do Tribunal de Contas e vimos exatamente os números oficiais. Nós temos um grande dado: o déficit previdenciário de 2023 foi da ordem de 428 bilhões de reais; em 2022, foi de 329 bilhões. Ou seja, houve um aumento de 9% das despesas previdenciárias.

A pergunta é: a saída é uma reforma previdenciária? Não, nós já fizemos reforma previdenciária. O grande problema, entre outros, do déficit da Previdência está na





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

renúncia tributária previdenciária. Isso está, inclusive — eu não li ainda —, claramente no relatório do Tribunal de Contas da União, pelo que eu soube. Então, nós temos, sim, que nos debruçar na análise dos números: o que está impactando?

Aí vem a última pergunta de V.Exa. Nós estamos trabalhando em todas as frentes. Podemos, a qualquer momento, trazer novamente a Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos para um debate mais técnico, com os técnicos da CMO, com os técnicos dos Parlamentares, sobre a revisão de gastos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esses são os primeiros três eixos da revisão de gastos. O eixo vertical tem a ver com essas duas perguntas e com a última do Deputado.

O principal, para não deixar passar aqui o discurso e a mensagem política, é: qual é o papel do Ministério do Planejamento e Orçamento? Ainda que eu não concorde com aquilo que anuncio, não posso me furtar a colocar. Por exemplo, há uma discussão, e eu sei o posicionamento do Deputado Cajado. Bom, se a Previdência é o maior problema dos gastos brasileiros, aliada às renúncias fiscais, e isso o Tribunal de Contas mostrou muito claramente — são números —, qual é o grande problema das despesas do Brasil? Se nós pudéssemos escolher, diríamos que os dois principais são: a vinculação que as despesas têm em relação ao Orçamento brasileiro, especialmente com Previdência Social; e as renúncias fiscais, que estão passando de 600 bilhões de reais.

Dito isso, nós temos que trabalhar, e estamos trabalhando, na análise desses gastos, não só onde há fraude, não só onde há erro, mas também analisando uma modernização dessas vinculações — nós estamos trabalhando. Não posso anunciar, porque isso está em estudo. Isso tem que ser levado para a Junta de Execução Orçamentária e tem que passar pelo crivo do Presidente da República. Ele vai olhar os dez itens e vai dizer: *"Isso eu não aceito. Isso eu não aceito. Isto aqui eu aceito"*. Manda-se para o Congresso Nacional, que vai fazer, obviamente, uma escolha política, porque administrar numa democracia significa trabalhar juntamente com o Poder Legislativo.

Mas, mesmo que não concorde com alguma política, eu sou obrigada a colocar. Por exemplo, eu particularmente acho, sem nenhum demérito a qualquer outra política social do Governo, que a maior política social deste Governo é a valorização do salário mínimo acima da inflação. Tem custo? Tem, mas não só para o trabalhador, não só para diminuir





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

a desigualdade social, mas também para fazer crescer, porque o que fez o crescimento deste primeiro trimestre foi o consumo. Se houve consumo, foi porque havia poder de compra da massa salarial. É importante dizer que isso ativa a economia, porque aquele que ganha 1 salário mínimo e meio não consegue guardar 1 centavo.

Então, a maior política social deste Governo, a meu ver, não é nem o Bolsa Família, que é importante, é a valorização do salário mínimo acima da inflação. Afinal, ganhará o pão com o suor do seu trabalho, e o trabalho precisa ser bem remunerado. Só é cidadão quem come, quem mora, quem sabe o ABC, como dizia Ulysses Guimarães, e que tem lazer no final de semana. Essas são palavras do nosso imortal mestre Ulysses Guimarães.

Mas nós temos um problema: ao vincular a valorização do salário mínimo a todos os benefícios, nós causamos... E aqui eu vou trazer de antemão um número, que não é redondo, porque ainda temos que checar, Deputado Claudio Cajado. Então, eu estou concordando com V.Exa.: nós traremos, na próxima década, um custo de mais de 1 trilhão e 300 bilhões de reais, mas, ao mesmo tempo, quando falamos em vinculação, estamos nos referindo à vinculação de uma série de benefícios. Aí não são 8 ou 80; vamos desvincular todos os benefícios trabalhistas e previdenciários. Por exemplo, ainda que não concorde, eu trago números. O meu papel, no Ministério do Planejamento, é fazer o diagnóstico e as projeções. A decisão política do que fazer não é minha — eu não sou mais Senadora —, é do Governo, é uma decisão do Executivo, e do Congresso Nacional. Então, muitas soluções para os problemas apresentados pelo Deputado Cajado virão de uma parceria, uma corresponsabilidade com o Congresso Nacional.

Quando nós falamos de vinculação, a valorização do salário mínimo em relação aos benefícios previdenciários, particularmente — vou ofender o ouvido dos liberais — acho que mexer na valorização da aposentadoria é um equívoco, porque você vai tirar com uma mão e ter que dar com outra, já que vai faltar ao aposentado 20 reais, 30 reais no final do mês, e ele vai ter que buscar no Farmácia Popular o remédio.

Isso não significa que eu não vá colocar, como Ministra que sou, de forma imparcial, esses números. Mas acho que temos que modernizar as demais vinculações. Nós temos que analisar como é que está o BPC, como é que está o abono salarial, como é que está o seguro-desemprego, como é que estão essas políticas públicas, para modernizar, para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aperfeiçoar. Essa é uma discussão que está sendo feita, Deputado Cajado, internamente. Não há nenhuma decisão política.

O meu papel é apresentar números. Eu não sei se há os números das projeções... Estão aqui. Desculpem-me, eu exagerei em um número. Nos últimos 10 anos, o impacto fiscal dos benefícios é de 1 trilhão 169 bilhões de reais. Estamos falando só da Previdência. Há seguro-desemprego, BPC e tudo mais.

Se pegarmos o BPC, podemos dizer: *"Como o BPC saiu de 'x' beneficiários para duas vezes esse valor, em pouco tempo? O que está acontecendo? Está havendo erro? Está havendo fraude? Há gente que não é PcD e está recebendo?"* Então, tudo isso é colocado no primeiro eixo, no vertical, quando eu analiso política por política; e no segundo eixo, que são os gastos tributários.

De novo: esse foi o principal, vamos dizer, apontamento do Tribunal de Contas, que, nesse caso, envolvem decisões políticas. Nós resolvemos prorrogar a desoneração da folha. Essa foi uma decisão política! Errada? Certa? Não se trata disso. Ela é legítima, porque foi deliberada pelo Congresso Nacional. Isso tem um custo, e nós temos que achar alternativas para ele.

Eu sei que meu tempo está curto, mas é que o Deputado Cajado me fez perguntas que envolvem todo o trabalho de qualidade dos gastos. Estou profetizando aqui.

Irei encerrar, indo para a última pergunta. Depois eu vou recheando com as respostas a outros questionamentos que forem feitos aqui pelos demais colegas.

Dentro desse critério e desses resultados da revisão de gastos, nós estamos trabalhando no eixo vertical, de política por política. Vamos apresentar números, projeções, diagnóstico em relação a todas as vinculações, sejam da educação, sejam da saúde, sejam da Previdência. Mas, para não dizerem que não estou entregando nada, eu vou trazer um número apenas para a avaliação das senhoras e dos senhores. É só um que eu vou deixar aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Desculpe-me, Deputado. Eu não vou poder explicar. Combinamos para realizar outra audiência pública, nem que seja com os técnicos, que até têm mais informações.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu gostaria de passar um número que foi uma decisão política. Eu sou professora, não estou achando ruim isto aqui, mas quero só mostrar o impacto disso e qual seria a alternativa, como uma forma de revisão de gastos inteligente, analisar pela qualidade dos gastos.

Houve uma decisão política nossa. Não sei se eu estava aqui, se votei isso, não sei se foi votado. Se foi votado até 2022, eu votei favoravelmente, com certeza. Votei, não é? Então, votei favoravelmente. Havia uma discussão lá, o ex-Ministro da Economia deixou correr, e acabamos colocando percentual a mais do que estava previsto.

Eu quero dar um exemplo. Alguns dizem: *"Ah, piso da educação, piso da saúde"*. Eu não vou entrar nessa questão, porque isso não está sendo... *"Ah, saiu lá uma fala do Ministro Haddad..."*, provavelmente alguém vai me perguntar, mas não vou nem entrar nisso. Eu quero entrar numa decisão do Congresso Nacional, portanto minha. Não estou criticando, porque eu votei favoravelmente ou, se não votei, se estivesse aqui, votaria favoravelmente, que é a questão do FUNDEB.

O FUNDEB, em 2007, era da ordem de 2 bilhões de reais. Eu não vou nem trabalhar com esse número. Eu quero trabalhar com o ano de 2011. E aí eu vou apontar uma possível solução para isso. Em 2011, o FUNDEB era responsável por consumir, do espaço do Orçamento brasileiro, 10 bilhões de reais. Em 10 anos, saindo de 2011 para 2021, porque começaram os gatilhos, começaram as escadinhas, nós aumentamos em 12 bilhões de reais o FUNDEB. Isso não é muito, dizemos que é algo razoável, em 10 anos subiu 12 bilhões de reais.

Agora, vejam o que começa a acontecer com uma decisão política. Foi nossa decisão, legítima, mas nós temos que achar alternativas aqui. Nós passamos, de 2021 para 2024, em apenas 3 anos, para uma soma de 24 bilhões de reais para o FUNDEB. Nós levamos 10 anos para dobrar, saímos de 10 bilhões de reais para mais 12 bilhões de reais, foi para 23 bilhões de reais no ano. Então, nós dobramos em 10 anos. Mas, em 3 anos, nós dobramos novamente: saiu de 23 bilhões de reais para 47 bilhões de reais o FUNDEB. E, em 2028, vamos quase dobrar de novo, chegaremos a 72 bilhões de reais. Repito o que eu falei antes: gastos com educação é gasto; mas gastos com educação de qualidade, que gera produtividade para o trabalhador, dignidade e cidadania, é investimento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A questão que eu trago, quando falamos em qualidade do gasto, é gasto de forma inteligente — a outra lâmina está relacionada a isso. E este é um dado que temos que enfrentar: olhem o que aconteceu com o número de matrículas em 20 anos! Lembro que o FUNDEB é para a educação básica, vai para Municípios e Estados investirem na qualidade do ensino. Nós diminuimos, Deputado Cajado, em 8 milhões o número de alunos na matrícula. Nós estamos envelhecendo. Lamentavelmente, a população não quer mais ter filhos. Os homens e mulheres brasileiros estão resolvendo não ter muitos filhos. Então, eu caí em 8 milhões, e aumentei o FUNDEB — aqui está a projeção na forma como coloquei lá. Nós saímos, vou voltar, nesse mesmo período de 2003, de 1 bilhão de reais, para chegarmos, este ano, a 47 bilhões de reais, sendo que, em 2028, iremos alcançar a quantia de 72 bilhões de reais por ano. Até aqui você diz: *"Não há problema, porque educação é a política pública mais importante de um país"*. E fala aqui alguém que é professora.

Agora olhem o resultado do PISA, que é aquela análise dos nossos estudantes, os jovens entre 14 e 15 anos. Eu injetei, injetei, injetei dinheiro; eu tripliquei, quadruplei o valor; e olhem o que aconteceu aqui com o PISA! A contribuição da União subiu, que é o azul; saiu de 100 reais e foi para quase 800 reais por aluno; e a nossa nota no PISA vem caindo — a nota está ali: 360 pontos. Eu não sei em quanto está a nota do PISA agora.

Isso é só para trazer o que é *spending reviews*, ou revisão de gastos. É analisar política por política. Não é assim: tem que cortar, ou não tem que cortar. Eu não estou dizendo que é para tirar dinheiro do FUNDEB. Eu só estou dizendo que há alguma coisa errada na aplicação desse recurso.

Então, vamos ter a coragem de dizer, e eu fui professora: *"Esse FUNDEB está indo da forma correta?"* Como eu tinha que gastar 25%, quando Prefeita, com a educação — eu recebi, na época, o FUNDEB —, pensei o seguinte: tenho que fechar o ano. Eu vou pagar 14º salário para professora, eu vou pagar 15º salário para professor, e vou pintar a escola. Não pintei a escola, porque estava pintada — isso não. Temos que, talvez, no caso do FUNDEB, e ninguém está falando em diminuir o percentual, mas, pelo menos, nesses casos específicos, discutir o escopo do FUNDEB. É justo 70% ir para o professor? É. Mas nós estamos cobrando a qualidade? Nós estamos cobrando curso de qualificação?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu estou trazendo questões que são mais amplas do que só meta, mas estou mostrando o trabalho que temos que fazer junto com o Congresso Nacional.

Eu peço desculpas, porque as perguntas do Deputado Cajado, e eu nem consegui responder a todas — vamos ter que fazer outra audiência para isso —, são mais do que pertinentes. Porém, não posso dizer que essa seja uma responsabilidade que o Executivo dê conta de fazer sozinho. Nós temos que encarar os problemas de frente, os desafios não são poucos, e lembrar que a revisão de gastos visa, primeiro, modernizar o Orçamento e garantir a qualidade desses gastos. O problema é que, pior do que gastar muito, é gastar mal — gastar muito é ruim também. A segunda etapa da revisão de gastos, o segundo objetivo — ele tem razão — é, sim, ajudar no primário e ajudar a estabilidade da dívida em relação ao PIB do Brasil.

Estamos trabalhando em muitas coisas, mas eu me comprometo a voltar, para explicar melhor todo o trabalho que nós estamos fazendo aqui, porque essa é apenas uma das inúmeras análises que estamos realizando no Ministério.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Jonas Donizette.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Eu gostaria só de perguntar ao Presidente, o Senador Jayme Campos, como V.Exa. procederá. Nós tivemos o Relator, que fez uma abrangência geral. Eu acho que a Ministra tem razão, nós devemos voltar em alguns pontos que o Relator tocou... Relator não, que o autor do requerimento desta audiência pública, o nosso amigo Deputado Cajado tocou.

Eu queria saber só a metodologia que V.Exa. vai usar: quais os oradores que estão inscritos; quanto tempo cada orador vai ter; e se vai ser por bloco de perguntas. Gostaria só de uma sistemática de V.Exa. Acho que esta é uma curiosidade de todos os Deputados aqui.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Perfeito. Obrigado pela sua indagação.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, se V.Exa. permitir...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Pois não.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu não vou replicar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - V.Exa. não quer réplica, não é?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Até porque os colegas desejam falar. Eu só queria pedir uma coisa à Ministra.

Ministra, nos meus 33 anos de mandato, eu descobri, na política, como é que eu tenho certeza de quem vai votar em mim, olhando nos olhos. *"Vai votar em mim?"* Quando o cara abaixa o olho, esqueça. Quando ele diz que vai e abre o olho igual ao meu, eu acredito.

Na gestão, nós só temos que ter uma coisa, senão é tudo intencional: meta de atingimento do objetivo. Se eu puder fazer um pedido hoje a V.Exa., eu peço: em nome do Brasil, coloque meta na sua equipe para atingimento de corte de gasto, para ver se vai desvincular ou não os recursos da Previdência em relação ao salário mínimo, que V.Exa. disse que não. Então, como iremos monitorar até que mês o gasto público? E se ele continuar crescendo, nós vamos ter que adotar uma medida. Portanto, se nós não tivermos nenhuma medida objetiva, com metas claras para que a ação aconteça, no ano que vem, nós vamos estar aqui na mesma audiência pública, intencionalmente.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Peço 30 segundos só.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Pois não.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Não se trata de tréplica aqui, porque é um pedido muito gentil do Deputado.

Quero dizer com muitas das colocações do Deputado, repito, eu, como mais liberal, até concordo. Metas, nós temos. É só para entendermos que o papel do Ministério do Planejamento na revisão de gastos é fazer análise, diagnósticos e projeções. A decisão interna é coletiva da equipe econômica, envolve o Ministério da Fazenda, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a Casa Civil e, obviamente, a deliberação final do Presidente, e, a partir daí, uma discussão coletiva do Congresso Nacional.

Em relação à vinculação ou não vinculação, não estou dizendo nenhuma coisa nem outra. Eu só disse, particularmente, que acho que precisamos discutir a desvinculação de benefícios. E tenho que, por obrigação, colocar qual é o impacto que a valorização do salário mínimo tem em cima da aposentadoria e não dos demais. Mas a aposentadoria,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

num primeiro momento, eu tiraria, se fosse um voto, por uma razão: nós temos ene problemas tão importantes quanto no andar de cima que precisam ser atacados, inclusive, ter a coragem de enfrentar, na previdência pública, a aposentadoria de militares. É preciso colocar os números? Eu vou colocar, mas a decisão política não é minha. E daí por diante.

Então, todos esses números estarão disponíveis. É minha obrigação legal, inclusive, apresentar esses dados e fazer esses levantamentos. Só quero deixar claro que não é que eu seja contra a desvinculação. Em relação à aposentadoria, não aos demais benefícios, eu acho que nós temos que enfrentar e até modernizar alguns programas. Não posso aqui nem adiantar algumas coisas, mas nós estamos trabalhando na modernização de alguns benefícios também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Agradeço a V.Exa., Sra. Ministra.

Respondendo à indagação do ilustre Deputado Jonas, na verdade, o tempo é de 5 minutos, de acordo com a ordem de inscrição que nós temos aqui.

Quero comunicar a V.Exa., Deputado Yury, que V.Exa. está inscrito para falar como Líder do MDB, pela Liderança do MDB. Eu indago a V.Exa. se poderia não falar como inscrito e, depois, falar como Líder, porque uma vez só estaria de bom tamanho. Assim, devido ao adiantado da hora, nós satisfaremos todos os inscritos, que não são poucos.

Vamos pela ordem de inscrição.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Presidente, pela ordem.

Eu sugiro, se V.Exa. me permite, que seja por bloco.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Perfeito. Vamos fazer um bloco de quatro ou de três, para sermos mais rápidos.

Pela ordem, tem a palavra a ilustre Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente.

Eu quero saudar a Ministra Simone Tebet pela sua explanação, que foi muito didática. Ela é professora mesmo. E foi muito bom ouvi-la e até ver como isso tem evoluído.

Quero saudar também os Secretários Paulo e Sergio pela ajuda que nos deram aqui.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu acho que o Deputado Cajado — e também todos da Mesa, como o Presidente Jayme e o Senador Confúcio — foi muito preciso nas perguntas dele. Não quero orbitar, por isso não vou fazer as mesmas perguntas.

Eu tinha umas perguntas que ele já fez e me sinto contemplada pela fala dele em muita coisa. Gostei da fala da Ministra quando disse que não se persegue banda, persegue-se meta; então isso para mim ficou muito claro. Vou fazer três perguntas específicas, até para dar espaço para os outros falarem. Tenho uma reunião na Presidência agora, então vou aguardar a gravação da resposta, e infelizmente terei de sair de imediato.

Primeiro, em relação à meta fiscal e ao crescimento das despesas. Foi aprovada a LDO de 2024 e foi garantido o crescimento real da despesa, mesmo que não fosse cumprida a meta fiscal. Sei que a decisão não é só de V.Exa., como Ministra, que está no Ministério e que trabalha com outros e que tem uma decisão colegiada; isso eu entendi bem.

O Governo, querendo ou não, defende o crescimento desse gasto a qualquer custo, independentemente de ter ou não o crescimento das despesas, mesmo que isso comprometa o atingimento da meta.

Então, minha pergunta, Ministra Simone, é como V.Exa. trabalha no Governo de maneira que não fiquemos brincando de perseguir a meta. A meta é zero, mas parece subentendido que, se gastar mais do que arrecada, está tudo bem; há previsão de arrecadar 100 bilhões, mas são arrecadados apenas 50 bilhões, e parece estar tudo bem. Esse é um problema, pois não consigo entender como alguém acha que vai atingir uma meta, e meta zero, aumentando de 20 para 40 Ministérios ou não fechando torneira em nada. Essa é a minha primeira pergunta.

A minha segunda pergunta é em relação ao empoderamento do Congresso, quanto a emendas parlamentares. Na minha visão, há um grande problema. Não vou entrar no mérito das emendas em si, mas falo do mau uso das emendas. Muitas emendas não são vinculadas a políticas públicas e todo mundo sabe, e V.Exa. está falando de revisão de gasto e de qualificar o gasto. Sei que muitos Parlamentares, inclusive V.Exa., quando era Senadora, votaram favoravelmente a tornar a emenda individual em impositiva, aumentar para 2% da receita corrente líquida.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A minha pergunta é: se há 50 bilhões de emendas em poder do Congresso, como V.Exa. enxerga esse protagonismo do Congresso Nacional, de 50 bilhões do orçamento de uma fatia discricionária, que já é pequena, já está espremida, completamente sem critério? O que o Ministério está pensando para isso? Não vincular a política pública é um problema. A minha sugestão é que, se houvesse uma proposta objetiva, por Ministério, de aplicação por região, para cada Parlamentar poder cuidar da sua região de uma maneira legítima, os municipalistas, mas vincular a uma política pública... Porque isso não existe hoje. O dinheiro é jogado fora, fico incomodada; quero saber como V.Exa. tem trabalhado isso e como enxerga isso.

Minha última pergunta, Ministra, é em relação à transparência das decisões da Junta de Execução Orçamentária. Se, por exemplo, procurarmos as atas de reunião do COPOM, elas estão disponíveis; a que decide a taxa básica de juros da economia está disponível também. Isso é bom para a economia e para o mercado, pois tudo é transparente. No entanto, quando se fala de uma política fiscal do Governo, não há nenhuma transparência em relação a essas reuniões da Junta de Execução Orçamentária de que V.Exa. participa.

Na LDO de 2024 isso estava previsto, mas foi vetado, e é muito importante que haja transparência, que haja essas atas das reuniões — já estou falando há 5 minutos, estou finalizando.

A minha pergunta é: por que não há transparência? Como são essas decisões? Porque dá impressão de que não são republicanas, mas, conhecendo V.Exa., sei que são republicanas. Então, gostaria de saber se V.Exa. não acha importante haver transparência e qual é a sua postura em relação a isso.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Agradeço a V.Exa., Deputada Adriana.

Pela ordem de inscrições, seria a vez do Deputado Jonas, mas indago a V.Exa., Deputado Jonas, se poderia permutar com o Deputado Dagoberto.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Sim, por favor. Logo após, farei uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Por generosidade do Deputado, tem a palavra o Deputado Dagoberto Nogueira.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (Bloco/PSDB - MS) - Obrigado, Presidente.

Em nome de V.Exa., quero cumprimentar todos os Senadores e Deputados aqui presentes, Deputadas, enfim. Quero cumprimentar especialmente a nossa Ministra Simone e dizer, Ministra, que nós, do Mato Grosso do Sul, temos muito orgulho do que V.Exa. vem fazendo frente ao Ministério e o reflexo disso para o nosso País.

A minha pergunta é sobre o crescimento do País. Vou ouvir a sua resposta depois, porque farei a pergunta, se V.Exa. me permitir, e vou para a casa do Lira, onde já começou a reunião de Líderes. Então, verei sua resposta pelo Infoleg ou pela *TV Câmara*.

A minha pergunta é rápida, é sobre as rotas de integração. V.Exa. sabe que o setor produtivo tem uma demanda muito grande nesses investimentos de infraestrutura, e esse projeto que V.Exa. tem sobre as rotas de integração sul-americanas é um projeto fantástico. Poucas pessoas têm conhecimento disso, até porque não vejo muita divulgação disso. No Mato Grosso do Sul, estamos tendo o reflexo da Rota Bioceânica, o quanto isso está sendo bom para o setor produtivo. Então, queria que V.Exa. explicasse a importância que esse projeto dessas rotas de integração tem para o crescimento do País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Obrigado, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Jonas Donizette.

O SR. JONAS DONIZETTE (PSB - SP) - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Ministra.

Primeiro, eu me identifiquei quando V.Exa. citou, até por algumas vezes, que foi Prefeita da cidade de Três Lagoas. Talvez seja esse cargo administrativo que nos deixe mais próximos, porque fui Prefeito de Campinas, por dois mandatos, e fui também Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos.

Quero fazer algumas perguntas. Eu me lembro de quando eu conversava com a população e dizia que eu não iria começar nenhuma obra nova sem antes concluir as que estavam paradas. Isso tinha uma aceitação maravilhosa, porque a obra mais cara é aquela que fica parada e não dá benefício nenhum para a população.

Então, eu queria saber a visão do Ministério do Planejamento sobre essa questão das obras que estão paradas e como resolver esse problema. Sabemos que são muitas, algumas já foram retomadas, outras ainda estão por retomar.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E gostaria de elogiar V.Exa., no papel de Ministra, por ter o cuidado de não expor aqui ideias sem as discutir com o chefe maior, que é o Presidente; isso é um mérito, pois vemos alguns Ministros, às vezes, falando coisas... V.Exa. faz parte de uma equipe. Isso é uma coisa de respeito realmente aos seus pares, Ministros, e ao próprio Presidente, para que depois se apresente como algo do Governo.

Quanto à questão do mínimo da educação, da saúde, existe uma proposta para se ter um mínimo social. Quanto à questão da escola a que V.Exa. se referiu, eu fiz um projeto quando fui Deputado, antes de ser Prefeito. Voltei com esse projeto agora. Ele permite ao Prefeito pagar o profissional de saúde com a verba da educação quando houver dedicação exclusiva daquele profissional. Eu estou falando de psicóloga, eu estou falando de fonoaudióloga, eu estou falando de assistente social. Isso qualificaria e tiraria a sobrecarga do professor e da professora, que, como todos nós sabemos, já é muito grande.

Esse projeto tem uma resistência muitas vezes da educação, porque o pensamento é: quanto mais dinheiro sobrar, mais pode se acrescentar ao salário, mas o tempo mostra que não é isso que tem acontecido. Eu acho que o professor precisa ser valorizado, com cursos, com atualização salarial.

Temos que pensar em uma nova escola, em uma escola que tenha referência para a sociedade. Um professor uma vez me falou que, quando ele chama o pai ou a mãe da criança, vem uma pessoa que tem mais problema do que a criança. Então, a criança precisa ser acolhida pela escola.

Outro ponto também que eu quero debater é a revisão de gastos. Até 2 anos atrás, era um assunto muito comentado. Eu fui Deputado Estadual, Líder do Governo José Serra, de quem V.Exa. foi colega no Senado. Ele era um grande entusiasta. Há a Lei Complementar nº 504, de 2018. Como está sendo a instituição desse mecanismo? De que forma o Congresso pode apoiar a questão da revisão de gastos?

Da mesma forma que o Governo brasileiro está trabalhando com a previsão de revisão de gastos, o Governo do Estado de São Paulo também está com essa filosofia. Eu acho que gasto é igual a unha: você corta e cresce, corta e cresce.

Então, qual seria a diferença entre esses dois mecanismos, se houver? A Ministra poderia nos apontar essa diferenciação?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Muito obrigado, Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. UNIÃO - MT) - Obrigado.

Antes de conceder a palavra ao ilustre Deputado Domingos Sávio, eu gostaria de pedir a permissão de V.Exa., Ministra, e dos demais companheiros e colegas Deputados e Senadores para me retirar.

Eu convido o Senador Confúcio para assumir a Presidência desta audiência pública, tendo em vista que eu tenho uma audiência no MEC agora.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Obrigado, Presidente e amigo Senador Jayme Campos.

Cumprimento o Presidente, Senador Confúcio Moura, a prezada Ministra Simone Tebet, todos os demais colegas e a assessoria aqui presente.

Ministra, em que pesem as divergências que eu tenho com o Governo, e não são poucas, eu tenho dito que, primeiro, jamais faria oposição ao Brasil. Eu busco de forma muito respeitosa, sempre que possível, construir um diálogo propositivo. E com alguns Ministros do Governo isso se torna mais fácil. Eu não tenho dúvida de que com V.Exa. é assim, pelo preparo, pelo histórico, pelo currículo brilhante e pela experiência Parlamentar que tem, uma pessoa extremamente preparada, amável. E me sinto muito à vontade para fazer aqui algumas colocações, algumas delas em tom de indagação, mas outras provocando uma reflexão mais profunda, primeiro, porque eu não tenho dúvida de que a sua biografia, extremamente qualificada, deve às vezes lhe trazer até certo desconforto ao verificar que tem o poder, enquanto Ministra, e o dever de estar apresentando os números, as reflexões, o diagnóstico, mas que a solução do problema depende de uma decisão política.

Como V.Exa. faz parte de um grande partido com uma história brilhante neste País, eu não tenho dúvida de que o Ministério do Planejamento precisa e deve ter todo apoio e força política. E começo dizendo que tem inclusive o respeito da nossa parte enquanto oposição ao Governo. Precisa haver um Ministério que tenha peso político, até porque não há antagonismo entre o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento, pois eles detêm funções distintas, mas é preciso que se tenha tinta na caneta.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós vemos claramente que as decisões do Ministério da Fazenda, inclusive nessa última MP, vão sempre na linha do "eu quero arrecadar mais; eu preciso ampliar a arrecadação". E muitas vezes esse "ampliar a arrecadação" nem vem para aquilo que seria razoável, que é combater as fraudes, mas para ampliar mesmo a carga tributária, a sobrecarga sobre o contribuinte. E o Ministério do Planejamento não tem essa missão. No meu entendimento, ele tem a missão de fazer um controle claro dos gastos públicos, de fazer um planejamento para que haja qualidade nos gastos públicos, e que essa qualidade seja, de alguma forma, a capacidade de dar retorno à população sobre toda a arrecadação que foi feita. Mas nós vemos uma série de contradições.

Eu até queria pedir ao Presidente que inclua o meu tempo de Líder do PL, que nem pretendo usá-lo todo, para que eu possa pelo menos formular perguntas à Ministra.

Ministra, eu colocaria da seguinte forma: se é preciso que haja o controle dos gastos no planejamento — e sabemos que é assim que funciona: nós aprovamos o orçamento e aquilo não cai direto lá no Ministério das Cidades, no Ministério dos Transportes, no Ministério da Saúde e no da Educação —, tem que se ter o controle do planejamento. É assim que se faz política pública.

Eu me lembro, por exemplo, quando o então Ministro Joaquim Levy — e eu era Líder da Oposição ao Governo Dilma —, em dado momento, durante um debate aqui — e a assessoria da Casa deve lembrar —, confundiu-se achando que eu era Líder da base do Governo, porque eu defendia o controle dos gastos públicos. E eu falava a mesma língua dele, de que precisava haver controle de gastos públicos. E, naquele momento, o que a base do Governo, ou parte dela, queria era uma gastança desenfreada. Mas o que eu coloco, de forma muito clara, é que eu vejo pelo menos alguns pontos extremamente frágeis na forma como o Governo está conduzindo isso. Eu não tenho dúvida de que V.Exa. está consciente disso, mas é preciso apoio político, e esse apoio político deve ser o apoio republicano, para que mudanças sejam feitas.

Existem pelo menos três vertentes claras que qualquer Governo sério precisa combater, a começar por aquilo que é repugnante: corrupção, gastos inadequados do dinheiro público — e vejam que tivemos um episódio essa semana que gerou um alerta nacional — e fraude. V.Exa. falou de fraude até no Bolsa Família. Mas não importa onde, fraude é fraude e tem que ser combatida. E eu levanto aqui uma questão muito pontual,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que já coloquei para o pessoal da Fazenda e que pretendo colocar até em audiência pública específica aqui.

Nós recebemos informações — e é preciso colocar uma lupa sobre isso — de que a Zona Franca de Manaus, que eu sempre defendi e vou continuar defendendo, e que deve ter seu incentivo natural — aliás, nós o prorrogamos por 50 anos na Casa; eu já estou aqui há um bom tempo —, tem sido palco de fraude não no Bolsa Família, não, mas, de multinacionais da bebida. Faz sentido subsidiar cerveja ou refrigerante? E V.Exa. falava dos 500 bilhões em subsídio. *"Ah, mas não estão subsidiando."*

Estão superfaturando produtos, Srs. Secretários, para se apropriarem de crédito — aliás, no período do Bolsonaro, chegou a 0% do PIS/COFINS para não gerar essa deformação tributária —, e esse crédito é aproveitado nas outras unidades para pagar zero de imposto na cerveja, e não só nos refrigerantes. Isso porque foi feita uma operação cruzada, já se identificou isso. Há quem fale em 30 bilhões de uma única empresa! Uma única empresa, ou um grupo, e há outros. Então, tem que se colocar o dedo na ferida.

V.Exa. falava das questões da educação. Não acho que todos nós, mas pode ter alguém que a defenda tanto quanto eu. E eu quero comungar com o ex-Prefeito, hoje nosso colega, o Deputado Jonas, com quem tenho afinidade, eu também fui Prefeito, pois acho fundamental que tenhamos, sim, o mínimo constitucional da educação. Mas tem cabimento, Ministra, num País em que ainda existe tanta fome, não se considerar merenda escolar como gasto da educação? E, depois, ao final do ano, como V.Exa. disse — e volto a lembrar o seu grande currículo —: *"Ah, vamos comprar televisão de novo"; "Não, já tem, mas compra uma outra, compra de novo, porque está sobrando dinheiro da educação, e, se sobrar, as minhas contas vão ser rejeitadas. As contas serão rejeitadas porque eu fui um gestor eficiente, eu fui um gestor competente, e vou ser punido se não gastar; eu tenho que gastar correndo, de qualquer jeito, no afogadilho"*. Daí vêm licitações suspeitas, feitas de última hora, e nós vamos ter que encarar isso.

Eu caminho para a conclusão dizendo que temos que partir para a reforma administrativa, Ministra, ainda que não cumpram a sua sugestão. Nós demos o gancho aqui, todas as Frentes Parlamentares — a do Comércio e Serviços, que eu presido, a da Agropecuária, de que sou Vice-Presidente, e as demais —, de maneira suprapartidária, até atendendo a um clamor do Presidente Arthur Lira, que, em determinada entrevista,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

disse que o Brasil precisa de uma reforma administrativa. Ora, nós estamos fazendo uma reforma tributária dizendo que ela será neutra, que não haverá aumento de gasto. Mas não para de haver aumento de gasto público! Nós já temos uma série... E temos empresas públicas agora dando prejuízo, sem nenhum tipo de meta de responsabilidade fiscal; nós temos resserviço, criação de mais e mais Ministérios, de mais e mais cargos. Eu não estou falando em fazer reforma administrativa para tirar direito de trabalhador, não. O primeiro beneficiado seria o servidor público, porque é uma imoralidade inchar a máquina e, depois, chegar a isto que está aí: universidades em greve e sem dinheiro para dar um aumento decente. Por quê? Porque está tudo inchado, e não há a menor responsabilidade pelo controle disso. E também ainda há servidores exercendo função que não existe mais: ele foi contratado para ser datilógrafo, mas ele não sabe operar computador; ele foi exercer função de ascensorista, mas, agora, o elevador do Ministério ficou automático; a função dele era a de mexer com Telex, que nem existe mais, mas não se pode mudá-lo de função. Isso impacta lá no Município, que também não pode fazer reforma administrativa. E nós ficamos aqui sendo guiados pelas corporações.

E, agora, o novo Ministro do Trabalho, Luiz Marinho — estive lá com ele —, começa a fazer resoluções e mais resoluções, cedendo a um corporativismo que não pensa no Custo Brasil. Reforma administrativa é para melhorar a qualidade de gasto público.

Nós temos, por exemplo, na área ambiental, e nós todos queremos proteger o meio ambiente, mais um Custo Brasil de uma burocracia ideológica. Não é uma burocracia daquele negócio do carimbo que tem que passar em 50 repartições, não. É a burocracia de alguém que pega e enfia na gaveta, por ideologia, por desrespeito ao interesse deste País. Então, tem que haver uma atitude, e o Ministério do Planejamento, no meu entendimento, tem que liderar isso.

Eu falei no início sobre a corrupção e concluo, nestes últimos segundos, dizendo que é uma vergonha o que nós vimos.

Ministra, está vindo uma medida provisória de mais 4,7 bilhões de reais. Se for para comprar arroz...

Eu hoje dei parecer favorável, não pedi vista de uma que tinha 400 milhões de reais para a CONAB, mas se 4,7 bilhões de reais forem usados para comprar arroz sem que se faça o controle de qualidade do arroz e sem que se precise de arroz no Brasil neste





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

momento... Esse dinheiro pode ser... é gasto. É qualidade de gasto público. O povo gaúcho está sofrendo. Aí eu aprovo só porque alguém está querendo fazer uma média política com aquilo? Não pode ser por aí!

Eu confio em V. Exa. e acredito que tomar a iniciativa de liderar um processo de qualidade do gasto público tem que partir do Planejamento.

Obrigado, Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) - Muito bem. Vamos dar continuidade.

Tem a palavra a nossa Ministra Simone Tebet.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Eu vou ser bem econômica nas respostas, até porque essas são perguntas muito pontuais. Em respeito aos demais Ministros... Estou chamando todos os Deputados de Ministros. Estou profetizando que já, já alguém vai ocupar, quem sabe, o meu lugar, de tanto que estou chamando os Deputados de Ministros.

Só faltam três, mas eu vou ser breve porque as perguntas são bem objetivas.

A Deputada Adriana me perguntou como garantir meta zero, que é a pergunta do Deputado Cajado, e se tenho apoio, se estou sozinha nisso. Não. A equipe econômica tem foco. É meta zero, é esse o nosso objetivo. E qual é a segurança que os senhores e as senhoras têm em relação a isso? O próprio arcabouço, que diz que se nós não cumprirmos a meta gatilhos serão impostos para nós mesmos: não poderemos dar aumento, não poderemos fazer concurso público, e tudo o mais. Então, nós temos que conseguir a meta zero.

Tudo mais constante... O Ministro da Fazenda tem um leque de informações e planejamento também de que nós temos condições, tudo mais constante, lembrando que tivemos o caso da calamidade pública do Rio Grande do Sul, para colocar que, na vida, lamentavelmente, apesar de tudo, há surpresas ruins, mas tudo mais constante, nós vamos alcançar a meta zero.

E o nosso instrumento se chama bloqueio, contingenciamento. Se estivermos no quarto relatório... No terceiro já vai haver, se não comparecerem as receitas. Lá no quarto... O último é o quinto ou o sexto? O último é o quinto relatório. Se verificarmos que não estamos alcançando a meta zero, nós vamos alcançar a meta zero contingenciando





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ou bloqueando despesas, muitas vezes, de investimentos ou alguma coisa que não está sendo, porque não deu tempo, executada. Essa é a prioridade da equipe econômica, e eu estou falando aqui também em nome do Ministro da Fazenda.

A Deputada também fala das emendas parlamentares. Essa é uma decisão política, uma decisão colegiada. Eu só diria que 50% delas são destinadas para a saúde, e qualquer possível fraude que porventura aconteça... É natural que, muitas vezes, até os Parlamentares não consigam lastrear. Eu sei da boa vontade e do interesse de ajudar, mas os Parlamentares colocam o recurso na mão de Prefeitos e de Governadores e não têm o controle.

Como é que se faz o controle disso? O Ministério do Planejamento não tem capacidade nenhuma — nós nem podemos fazê-lo, constitucionalmente falando — de rastrear essa emenda até a ponta, até a execução. Para isso, nós temos mecanismos: os Tribunais de Contas Estaduais; em algumas capitais, os Tribunais de Contas Municipais; o Ministério Público; a ação popular; a ação civil pública; as Câmaras de Vereadores. Podemos aperfeiçoar? Podemos, mas essa é uma decisão coletiva dos Parlamentares.

Está me lembrando aqui o Paulo, que é da Casa: as Comissões Temáticas podem ajudar nessas discussões e na reestruturação de emendas cujos recursos, porventura, não estejam indo para políticas públicas e dizer: *"Nesse caso, não cabe ir para tal lugar"*. Acho até que a participação das Comissões é uma forma de elas protegerem as senhoras e os senhores, dizendo que não se pode destinar emenda para alguns tipos de atividades, como cooperativas, algo que poderia vir a criar algum problema nesse sentido.

À transparência das decisões da AGU eu sou favorável. Eu só quero dizer que haverá uma frustração se vocês olharem as atas, porque, na realidade, o grande trabalho não é feito na junta, ele é feito dentro dos Ministérios. O meu Ministério trabalha e trabalha na revisão de gastos; a minha equipe fala com a equipe da Casa Civil, fala com a equipe do Ministério da Fazenda; eles trabalham em uma reunião pré-JEO; depois, já sabendo cada Ministro, nós só vamos à reunião para ratificar. Então, o trabalho é feito anteriormente, o debate é feito anteriormente. É claro, surgindo algum debate lá, aquilo é discutido. Mas sou favorável a isso, não vejo nenhum problema.

O Deputado Dagoberto falou de uma coisa da qual os senhores vão ouvir muito. Vamos falar de coisa boa. O Brasil mudou nos últimos 30 anos, como eu falei aqui





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

anteriormente. A geoeconomia do Brasil mudou. O PIB da indústria caiu, e o PIB do agronegócio cresceu. Onde está o agronegócio brasileiro? No interior. O agronegócio brasileiro está lá em Rondônia, no Norte do Brasil, em Mato Grosso, no Centro-Oeste, em Goiás, no Paraná, no interior de São Paulo, no interior de Minas, no MATOPIBA, nessa região.

O que aconteceu de 30 anos para cá? Há 30 anos, os maiores destinos dos produtos exportados do Brasil eram os países a que se chega pelo Atlântico; só 2% iam para a China. Há 30 anos, nós exportávamos mais para uma ilhazinha da América Central do que para muitos países asiáticos. Hoje um terço das nossas *commodities* vai para a China, e nós exportamos mais para o Vietnã do que para a França.

Quando olhamos o mapa do Brasil, usando um esquadro e calculando a distância, vemos que o Brasil que produz está muito mais próximo da Ásia pelo Pacífico do que pelo Atlântico. Dependendo do local, nós podemos falar em uma distância até 10 mil quilômetros menor via Pacífico.

Então, as rotas de integração que eu elaborei... Aliás, eu não. Quem sou eu? A equipe é que elaborou. Eles é que trabalham, e nós é que levamos o mérito de sermos eficientes. Mas também há um detalhe: quando eles erram, a culpa é minha. Então, está tudo certo. Eu também tenho que levar os méritos quando a coisa dá certo.

Nós elaboramos as cinco rotas de integração, ouvindo os Secretários de Fazenda de todos os Estados de fronteira — do Amapá ao Rio Grande do Sul, passando por 11 Estados —, e vimos que estava fácil, com infraestrutura e PAC, colocar no Orçamento, lá atrás, quando nós fizemos o PAC, as obras que faltavam: uma pontezinha aqui, uma rodovia ali, um porto, um aeroporto, uma dragagem, uma sinalização, segurança de fronteira, alfândega.

Nós mapeamos todas as obras necessárias para cinco rotas de integração. Três delas têm condições de ficar prontas até o fim de 2026, e duas delas, até 2028. Elas estão no PAC, não vão pressionar o espaço fiscal, pois não é preciso 1 centavo a mais. E elas vão tornar o Brasil ainda mais competitivo, facilitando não só os produtos chegarem do Sudeste Asiático e da China, como também a volta de lá para cá. E isso não é só para a China, é para o Canal do Panamá e a América Central também. Lembro que hoje o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

processo é inverso: um terço das exportações é para a China, uma parte é para a América do Sul.

E, para finalizar a resposta a essa questão, nós não podemos esquecer que, enquanto o comércio regional na América do Norte é de 40% e só depois eles compram do mundo; enquanto o mundo asiático comercializa 58% entre si e só depois compra do Brasil; enquanto o comércio regional da Europa é de 68% e só depois compram, por exemplo, do Brasil, seja por protecionismo, seja por outra coisa, o comércio regional da América do Sul não chega a 20%. Alguns falam em 14%, outros falam em 16%. Então, vejam a capacidade, o potencial que temos de vender para os países da nossa região, da Colômbia à Argentina, para não falar nem de esquerda nem de direita, o potencial que nós temos ainda de interligar.

Vou dar um exemplo pitoresco que acho interessante, porque as demais respostas são muito curtas. Qual é a distância do Peru até Rondônia, em linha? É de 600 quilômetros? Rondônia compra azeitona do Peru, que, aliás, diga-se de passagem, é uma das melhores do mundo. Como é que se faz para ela chegar a Rondônia? Não existe alfândega. Então, essa azeitona vai para o Porto de Lima, vai por meio marítimo, pelo Canal do Panamá, desce todo o litoral nordestino, vai para o Porto de Santos e de lá roda 3 mil quilômetros por rodovias para chegar até Rondônia, quando essa azeitona poderia chegar percorrendo 600 quilômetros. Essa é a importância da rota da integração. Estou falando de diminuir preços, de interligar o Brasil com a América do Sul, em termos de cultura, turismo, comércio exterior, tudo, e com o mundo.

Então, essa é a importância das rotas, fruto de um trabalho do Ministério do Planejamento. Nós trabalhamos quietos, mas trabalhamos muito, Deputado Sávio.

A resposta que vou dar agora é rápida, porque a pergunta do Deputado Jonas foi muito pontual. As obras inacabadas foram prioridade do PAC. Todas as obras inacabadas foram colocadas no PAC. Eu dou um exemplo do MEC: mais de 3 mil creches e escolas que estavam inacabadas foram para o PAC, porque isso aumenta a eficiência do gasto público e, obviamente, é uma forma também de atender as demandas dos Parlamentares e tudo mais. Então, isso será feito via PAC. Nós estamos muito atentos a essas obras, até porque depois pode haver responsabilização administrativa e criminal se essas obras não forem acabadas, uma vez que se trata de dinheiro público.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em relação à sua proposta de pagar o profissional da saúde, quando ele estiver 100% em atividade, com verba da educação ou até vice-versa, eu gostaria de conhecer o seu projeto. Isso pode resultar, por meio da nossa análise da qualidade do gasto com saúde e educação, numa nova proposta ou até confirmar que a sua proposta é interessante. Obviamente, qualquer coisa que sair depois de uma decisão política virá para o Congresso, talvez até na forma dessa proposta de V.Exa., se a proposta de V.Exa. não evoluir dentro da Câmara dos Deputados.

A resposta à última pergunta que V.Exa. me faz eu vou ficar devendo, porque eu não conheço a proposta do Governador de São Paulo, então fica difícil eu fazer a comparação, mas não acho que haja como fugir muito do que nós propomos. Não há como fugir por duas razões. Vou chutar um número. Eu não gosto de fazer isso, ainda mais como Ministra do Planejamento, mas vou dizer que acho que 80% do problema dos gastos tributários estão em dois pontos: Previdência e gastos tributários. Gastos tributários — isto eu vi pela imprensa — parece que o Governador está atacando. Nós estamos atacando via Ministério da Fazenda. Nós entramos como colaboradores do Ministério da Fazenda na questão das subvenções. Então, neste aspecto, eu acho que são parecidas; neste ponto, eu acho que são parecidas. Eu não sei se mais alguma coisa foi proposta pelo Governador, então eu fico devendo essa resposta. Mas não temos como inventar a roda se os números estão aí.

Eu lino isso com a pergunta do Deputado Domingos Sávio em relação à Zona Franca de Manaus, como exemplo. Vejam como, quando falamos em revisão de gastos, há muitas vezes uma discriminação em relação a isso. Rever gastos não significa necessariamente... Como eu disse, o objetivo secundário vai gerar o primário. O secundário vai ajudar na relação dívida-PIB. Mas nós temos um dever em relação à revisão de gastos primários, que é avaliar a qualidade desse gasto. Então, quando pegamos toda a relação dos subsídios tributários e dos gastos tributários — estou aqui com informação fresca do Tribunal de Contas —, vemos que o Super-SIMPLES representa 21% dos gastos tributários; a agricultura e pecuária, 11%. Quando eu verifico a Zona Franca de Manaus, vejo 5%. Ninguém está discutindo acabar com a Zona Franca de Manaus, muito menos acabar com o Super-SIMPLES. Concordo. E ninguém está discutindo acabar com o subsídio para a agricultura, para a pecuária e para a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

agroindústria. Não é isso. É na vertical, que é o eixo 1... O que nós estamos fazendo é dissecar.

No Governo passado se ampliou o número de beneficiários do Bolsa Família. Nós não queremos diminuir o número de beneficiários do Bolsa Família, mas enxergamos lá que 1 milhão e 900 mil famílias que não tinham dinheiro eram consideradas de classe média. Então, nós as tiramos para poder recompor e puxar a fila de famílias que têm pessoas com deficiência, famílias que se considera que estejam na linha da miséria, e vamos dar o Bolsa Família a quem precisa. Isso é qualidade de gastos, é chegar e dizer: *"Espere aí! Eu estou tendo a informação de uma operação cruzada na Zona Franca de Manaus"*.

Esse é o levantamento que também tem que ser enfrentado em relação ao PIS/COFINS, o que o Ministro Haddad agora está fazendo com a Receita Federal. O que justifica crescer de 5 bilhões de reais para 20 bilhões? Talvez seja justificável crescer de 5 bilhões para 10 bilhões, de 5 bilhões para 12 bilhões, mas de 5 bilhões para 20 bilhões? É o que nós estamos fazendo em relação ao PROAGRO.

Repito: eu sou do agronegócio, mas não consigo entender uma política importantíssima como o PROAGRO, inclusive porque ela é muito voltada para a agricultura familiar, subir, em 2 anos, de 1,9 bilhão de reais para 9 bilhões. Ele está me apontando aqui: em 2021, era de 1,7 bilhão; em 2022, foi para 5 bilhões; e, em 2023, foi para 9,4 bilhões. Não se trata de acabar com ela, mas de dizer: *"Onde está a fraude? Onde está o erro?"* Eu posso, daí, fazer orçamento. Eu posso fazer orçamento para recuperar políticas públicas, para reduzir a pressão sobre as despesas obrigatórias e também, como consequência, para ajudar na questão da dívida-PIB e na questão da meta fiscal.

Então, V.Exa. deu um exemplo.

A última pergunta que V.Exa. colocou tem relação com a reforma administrativa. Eu concordo que nós temos que nos debruçar sobre isso. A pergunta é: que reforma administrativa? E temos que saber se nós vamos ter a coragem de fazer a reforma administrativa ampla, uma reforma administrativa que envolva servidor militar, que envolva supersalários, que envolva todos os Poderes, com transparência. Colocamos na mesa e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dizemos: *"Agora isto aqui não dá. Isto aqui precisa ser aperfeiçoado"*. Meia reforma é melhor que nenhuma reforma, desde que ela seja inteligente.

Obviamente, deve-se usar TI, tecnologia e inovação. Isso não é do nosso Ministério, mas nós apoiamos. Isso é do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que está se debruçando sobre uma análise de uma possível discussão, não sei se em forma de reforma ou em forma de alguma lei ou de várias leis. Eu não sei. Essa é uma parte que fica com a Ministra Esther, Ministra da Gestão e da Inovação.

Contudo, eu concordo com V.Exa. Se for feita de forma inteligente, não como algo que penalize os servidores públicos, porque não é esse o objetivo... O problema da máquina pública ou dos gastos não está no servidor público. Eu fui servidora pública por 6 anos e hoje vejo quanto essa turma trabalha. A valorização deles precisa ser sempre feita. Mas concordo com V.Exa. que, se não formos pensar numa reforma agora, podemos já pensar, quem sabe, em 2025, em avançar nesse sentido.

Não sei se ficou alguma coisa para trás, mas...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) - Perfeito.

Vamos continuar a nossa audiência pública. A sequência é a seguinte: Deputado Yury do Paredão, Deputada Professora Luciene Cavalcante, Deputado Zarattini e Deputado Cobalchini.

Então, o Deputado Paredão está com a palavra.

O SR. YURY DO PAREDÃO (Bloco/MDB - CE) - Boa tarde, Sr. Presidente.

Boa tarde, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras presentes à CMO.

Eu queria, prezada Ministra Simone Tebet, pedir-lhe permissão para fazer um pequeno resumo da sua excelente atuação à frente do Ministério do Planejamento e Orçamento e da grande contribuição que a senhora está dando ao Ministro Fernando Haddad, por quem tenho uma profunda admiração, e também ao Governo Lula.

Dentre os principais avanços do processo de modernização orçamentária, devemos destacar o marco fiscal de médio prazo, a definição da trajetória de dívida pública para o período de 10 anos e o novo anexo para a revisão de gastos. Parabéns pela atitude! Parabenizo também o Ministro Fernando Haddad.

Também o compromisso com a responsabilidade fiscal é fundamental. Com responsabilidade fiscal, nós garantimos investimentos para o presente e para o futuro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Daí eu destaco a proposta desafiadora que requer atenção de todos os Poderes: ter responsabilidade fiscal com a busca do resultado primário, a busca de um regime fiscal sustentável e, conseqüentemente, a garantia, para a geração atual, tanto para os brasileiros do presente quanto para os brasileiros do futuro, de um Estado bem presente, um Estado com capacidade de investimento.

Também é importante destacar que as previsões do mercado estão convergindo com as estimativas do Governo, principalmente com o PIB real. Daí eu convoco aqui todas as Sras. e Srs. Parlamentares a sermos bem otimistas, e não sermos pessimistas. Sabemos que existem desafios, sabemos, mas com diálogo podemos enfrentá-los.

É importante frisar um dado: a busca que os senhores têm de reduzir as despesas discricionárias, em particular nos períodos de 2027 e 2028, é fundamental. E por que é fundamental? Porque garante investimento no presente e no futuro para todos os brasileiros e brasileiras, como aqui já frisei.

Então, os senhores estão imbuídos, Ministra, da busca pela qualidade do gasto público, pela garantia de recursos para políticas públicas já existentes e criação de novas. E, acima de tudo, os senhores são sempre muito corajosos para reduzir a pressão por despesas obrigatórias. Em nenhum momento estão falando em gastar sem responsabilidade. Estão falando em gastar com responsabilidade, sem perder de vista o Estado do bem-estar social.

Portanto, quero parabenizar a senhora pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo à frente do Ministério e também parabenizar o Ministro Fernando Haddad.

Por fim, quero aqui falar das ações que vocês fizeram pelo Rio Grande do Sul. No apoio direto às pessoas, mais de 2,9 bilhões de reais em recursos foram disponibilizados. No apoio à reconstrução, mais de 3,4 bilhões de reais foram disponibilizados. Em subvenções e créditos empresariais, 14,2 bilhões de reais foram disponibilizados. No apoio ao Estado do Rio Grande do Sul e aos Municípios, mais de 212 milhões de reais foram disponibilizados.

Ministra, mais uma vez, quero parabenizá-la e dizer que o Estado é mais do que importante na vida das pessoas, principalmente quando é eficiente e tem responsabilidade fiscal. Sigamos com essa pauta!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero também, para finalizar a minha fala, deixar três perguntas para a nossa querida Ministra.

É correto dizer que o Governo está propondo uma revisão da vinculação das aposentadorias que permitiria que os aposentados ganhassem menos do que o salário mínimo?

Como o Ministério do Planejamento e Orçamento pode contribuir para a melhoria da qualidade do gasto público?

Tem sido noticiado, desde o ano passado, que a agenda de modernização orçamentária do Ministério do Planejamento e Orçamento inclui a atualização da lei de finanças públicas, que é de 1964. Como anda esse projeto? Ele incorpora as inovações orçamentárias recentes, a exemplo da revisão de gastos?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) - Muito bem. Obrigado, Deputado Yury do Paredão.

Eu passo a palavra à Deputada Professora Luciene Cavalcante.

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP) - Muito obrigada, Presidente.

Quero cumprimentar a nossa querida Ministra e parabenizar todo o Ministério pelo trabalho que vem desempenhando na defesa da democracia no nosso País.

Como professora de carreira — são mais de 23 anos de atuação em escola pública no Estado de São Paulo —, quero trazer alguns dados para pensarmos a discussão sobre os pisos constitucionais da educação, sobre a qualidade desses investimentos.

Na semana passada, estive com o Ministro Camilo no lançamento do Pacto pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos. Esse material, que o seu Ministério já deve conhecer, vai trazer alguns dados da realidade, da concretude dos desafios que temos no nosso País com relação à educação.

Quase 70 milhões de brasileiros não concluíram a educação básica. Mais de 11 milhões de brasileiros com mais de 15 anos são analfabetos. Mais de 2 milhões de bebês e crianças não estão nas creches. Quase 2 milhões dos estudantes que estão na rede regular de ensino são pessoas com deficiência que não conseguem acessar o currículo, ao qual têm direito consagrado na Constituição Federal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Brasil investe um terço do que os países da OCDE investem, em média, na educação básica. Nós temos uma dívida histórica com o povo brasileiro.

A educação é o primeiro direito social citado na Constituição, porque através dela nós acessamos os demais.

No Brasil, Ministra — quero pedir sua colaboração com relação a isso —, não temos um estudo sobre quais Municípios e Estados cumprem a Lei do Piso Nacional do Magistério, que é de 2008. O TCU não tem esses dados, o MEC não tem esses dados, a FNDE não tem esses dados. Ninguém tem esses dados. Como vamos falar de política de valorização, se não temos os dados nem sabemos se essa lei está sendo cumprida ou não? Hoje, o valor do Piso Nacional do Magistério para 40 horas é de 4 mil, 633 reais e 44 centavos. E temos ações no STF, porque esse piso é descumprido de forma rotineira. A AGU já se pronunciou sobre esse tema.

Outro dado, Ministra, para o qual eu peço a ajuda do Ministério, é o seguinte: pela LDB, o Brasil tinha um prazo para incorporar a educação básica à educação infantil, e ela foi incorporada. Contudo, não foi feito um estudo até hoje para saber se os Prefeitos enquadraram na carreira do magistério as educadoras infantis que estão na creche e não são tratadas, não são pagas pelos Prefeitos como as professoras.

Quando pensamos em políticas públicas, em mudanças e avaliações de dados, precisamos conversar com as pessoas que estão no chão das escolas e com as famílias que estão acessando ou não esses serviços. Quero trazer esses dados para a reflexão do Ministério.

Para terminar, Ministra, eu queria colocar outra necessidade quando falamos da questão da Previdência. A senhora deve saber que há uma política, com quase 10 anos de implementação, de melhor controle dos gastos com relação à Previdência, que é o eSocial. Em tese, todos os Estados e Municípios que contrataram servidores temporários pela CLT tinham até novembro do ano passado para individualizar essas pessoas para o INSS, mas há Estados como São Paulo e Minas Gerais e a cidade de São Paulo que não cumprem o eSocial.

Então, nós não sabemos se há ou não sonegação, porque o servidor tem a contribuição recolhida, mas a Receita Federal, onde já estive pedindo multa para esses Estados e Municípios, não tem como fiscalizá-los, pois não sabe quantos servidores





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

temporários contratados estão recebendo esse benefício do INSS, já que não estão individualizados.

Portanto, quando falamos do controle, da lupa que devemos ter... Precisamos de mecanismos, precisamos de um pacto federativo, porque esses grandes Estados e Municípios se negam a cumprir essa legislação. O que está por trás disso? O não repasse do que é recolhido para o INSS, por exemplo? Essa é nossa suspeita, porque a professora contratada que vai tirar uma licença-maternidade chega lá e não consegue, porque o INSS não consegue localizá-la, mesmo tendo sido recolhido o percentual necessário todo mês. Então, eu queria trazer esses dados para a senhora.

Por último, finalizando mesmo, Senadora, quero dizer que, nesse período da Lei de Diretrizes Orçamentária — eu que faço parte da CMO; sou uma das três mulheres que fazem parte da CMO —, é muito importante pensarmos nos orçamentos de mitigação, mas também precisamos começar a pensar e articular políticas e diretrizes orçamentárias de prevenção. Eu queria saber como está essa discussão no Ministério.

Muito obrigada, Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) - Muito obrigado, Deputada Professora Luciene Cavalcante.

O próximo inscrito é o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. YURY DO PAREDÃO (Bloco/MDB - CE) - Presidente, antes da fala do Deputado Carlos Zarattini, quero pedir a V.Exa. para me retirar da reunião. Tenho que ir a uma audiência agora com o Ministro das Cidades.

Quero deixar aqui meu abraço para a nossa querida Ministra Simone Tebet, parabenizá-la pelo trabalho e dizer que pode contar com nossa bancada do MDB. Nós estaremos juntos para defender as pautas que irão beneficiar nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) - Muito obrigado, Deputado Yury. Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria cumprimentar a Ministra Simone Tebet, parabenizá-la pela exposição, pelas respostas e pela forma firme como está atuando no Ministério do Presidente Lula.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Infelizmente, o Deputado Claudio Cajado já se foi, mas eu não poderia deixar de tocar em alguns pontos que considero fundamentais.

Em primeiro lugar, eu cito essa questão de ficamos muito focados, muitas vezes, no assunto do mercado, das previsões do mercado. O mercado previa, para 2023, um crescimento do PIB de 0,8%; o Governo previa 1,6%, mas o real foi 2,92%. Agora, neste ano, o mercado previa 2,05% de aumento do PIB no primeiro trimestre; o Governo previa 2,10%; e o real foi 2,22%. Então, esse assunto sobre o que o mercado prevê não me assusta muito, porque o mercado também tem lado, interesses e quer que suas previsões incidam sobre o Governo. Aliás, o Ministério Público Federal está investigando a elaboração do Boletim Focus, que ouve o mercado para elaborar a taxa de juros. Até onde isso não seria uma improbidade administrativa, pela nossa Lei de Improbidade?

Em segundo lugar, a Ministra colocou bem a questão da revisão de gastos e não corte de gastos, não redução de gastos. E essa revisão de gastos é fundamental para termos uma melhora na gestão e nos resultados da utilização dos recursos públicos.

Eu queria dizer que o piso da educação foi votado aqui em 2021. Se não me engano, a senhora era Senadora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - O FUNDEB. Desculpe! E todos nós comemoramos a aprovação daquele novo FUNDEB. Foi uma festa no Congresso Nacional. E agora discutimos a revisão do piso da educação. Mas foi o Congresso Nacional, corretamente, no meu modo de ver, que aprovou o Novo FUNDEB. Se a qualidade do ensino não evolui com o aumento de gastos, temos que rever nossos métodos educacionais. O problema não está no gasto; o problema está na metodologia que vimos usando na educação. Há algum problema. Nós, recentemente, reduzimos a carga horária de matemática e português. Agora estamos recompondo-a. Parabenizo o Presidente Lula, que faz a Olimpíada Brasileira de Matemática há não sei quantos anos, que é um sucesso e incentiva o jovem a estudar matemática.

Nós, aqui no Congresso, aprovamos a desoneração de 17 setores, o prosseguimento da desoneração. Isso foi vetado. O veto caiu, e agora o Governo foi ao Supremo, que determinou que se encontre uma solução. E a solução proposta pelo Ministro Fernando





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Haddad, através de medida provisória, foi rejeitada pelo Congresso novamente, através da decisão do Presidente, o Senador Rodrigo Pacheco.

Então, nós vamos ter esse problema. Mas vamos dizer que esse gasto, que é um subsídio, foi decidido pelo Congresso Nacional. O Deputado Claudio Cajado fala como se isso surgisse do nada, mas foi votado aqui, não foi uma coisa que caiu do céu, uma decisão do Governo.

Outro ponto: emendas impositivas. Nós, neste ano de 2024, teremos 44,7 bilhões de pagamentos de emendas. Para o ano que vem, só de RP-6 e RP-7, serão 39,6 bilhões, fora a RP-8, que, evidentemente, vai ser negociada nesta Comissão do Orçamento. Então, nós estamos falando em mais de 50 bilhões de emendas deste Congresso.

Por favor, Presidente, agregue meu tempo de Líder.

A política de salário mínimo foi decidida neste Congresso. E a Ministra colocou bem: é a melhor forma de distribuição de renda que temos no País porque ela atinge uma quantidade enorme de pessoas, ela é um parâmetro. O salário mínimo é um parâmetro no mercado de trabalho. E olhem só, o número de pessoas que ganha mais do que o salário mínimo aumentou. Então, estamos tendo uma política de distribuição de renda efetiva em 2023 e 2024. Trata-se de uma política que eu não vejo como mudar, mas devemos, sim, verificar aquilo que é errado, aquilo que está com problema de fraude ou de erro na Previdência, e corrigir.

Mas eu quero lembrar também: foi neste Governo que a fila da Previdência foi diminuída, quase reduzida ao limite. Então, isso significou mais gastos da Previdência.

Da mesma forma, os precatórios que não foram pagos no Governo passado foram pagos em dezembro. E aparece na conta de que o Deputado Cajado fala aqui como déficit. Em dezembro vai acabar, isso vai desaparecer porque aquele número de dezembro passado vai ser substituído pelo de dezembro de 2024.

E eu queria lembrar: temos aqui um pagamento de juros da dívida. De 2023, foram 586 bilhões de reais; de 2024, 608 bilhões de reais. Nós vamos pagá-los, está previsto. E, em 2025, 772 bilhões de reais.

Este ano nós estamos pagando, amortizando a dívida em 2 trilhões de reais. Está no Orçamento. E isto aqui é impactado pela taxa SELIC. Mais de 40% da dívida é reajustada





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pela taxa SELIC. E o Presidente do Banco Central mantém a taxa SELIC num nível estratosférico para a economia nacional.

Então, vamos discutir as coisas como elas são, vamos colocar a bola no chão. Não dá para falar que o Congresso não tem responsabilidade sobre os gastos públicos, porque é aprovado aqui no Congresso. Da mesma forma, vamos fazer de conta que o mercado é quem tem as melhores soluções, porque é o mercado, através do boletim *Focus*, que aponta qual vai ser a taxa de juros que o Banco Central vai produzir, e, consequentemente, impactar no nosso Orçamento.

Eu gostaria de deixar aqui esta fala.

Termino perguntando à Ministra como ela vê essa questão das receitas previdenciárias, as renúncias das receitas previdenciárias. Gostaria que ela nos explicasse um pouco mais detalhadamente essa questão, porque fiquei com um pouco de dúvida sobre isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) - Bem, o último inscrito na nossa audiência pública é o Deputado Cobalchini.

Após as respostas da Ministra Simone Tebet, nós declararemos encerrada a nossa audiência.

Vou lhe passar a palavra, Deputado Cobalchini, de Santa Catarina.

V.Exa. está com a palavra, Deputado.

O SR. COBALCHINI (Bloco/MDB - SC) - Obrigado, Senador Confúcio Moura.

Quero cumprimentar a nossa querida Ministra Simone Tebet e sua equipe pela brilhante explanação. Acho que elucidou muitas coisas. De um lado, conhecemos melhor hoje os números do Brasil e, como otimistas que somos, acreditamos muito, Ministra, que a meta que a senhora está propondo vai ser alcançada.

Muitas das anotações que fiz já foram respondidas por V.Exa. Houve respostas a outros questionamentos que foram feitos.

Ministra, eu anotei aqui também o que foi dito sobre as Rotas de Integração Sul-Americana. Esse assunto deve chegar aqui ao Congresso, deve ser conhecido de todos.

Eu também quero fazer menção às transferências especiais. Um Parlamentar, agora não lembro qual deles, falou da questão das emendas parlamentares, que elas não





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

conversam com a política pública e que o próprio Ministério do Planejamento e Orçamento alterou a questão das transferências especiais, vinculando-as a objetos. Antes, não havia nenhum vínculo, não havia nenhuma transparência, não havia forma de fiscalizar, nenhum tipo de controle. E agora eu sei quando vai ser um posto de saúde, quando vai ser uma casa de cultura, quando vai ser uma rua pavimentada, graças à alteração promovida pelo Ministério do Planejamento, recentemente, no último ano.

Queria falar, Ministra, sobre a questão dos investimentos em infraestrutura. Participei de uma audiência pública com a presença do Ministro Renan, que apresentou um levantamento nos últimos anos em que o País, o Brasil, aplica menos de 2% do PIB em infraestrutura. Em uma relação de países da América Latina e do Caribe, o Brasil foi o penúltimo colocado em número de investimentos. Quando percebemos as desonerações de 6% do PIB, se melhorarmos essa relação, certamente poderemos investir muito mais em infraestrutura. Se compararmos o que o Brasil investe perto de outras potências mundiais, perceberemos que deixamos muito a desejar.

Então, queria trazer essa preocupação, mas também quero falar que participei de duas edições do PPA Participativo. Nunca havia visto isso acontecendo no Brasil. Vi em Santa Catarina, como Parlamentar Estadual, em encontros regionais, e participei no Paraná e em Santa Catarina. O PPA hoje não é mais um Ctrl+C, Ctrl+V; o orçamento não será mais uma peça de ficção. Ouso dizer que o PPA vai ter a cara do Brasil, porque ele foi participativo e ouviu todos os Estados.

Eu também, Ministra, apresentei uma PEC da alimentação escolar, da merenda escolar, que está tramitando aqui na Casa, colhendo assinaturas. Ela é boa para os Municípios e, por outro lado, é boa para o Governo Federal, porque significa economia para o Governo Federal e economia para os Municípios. Então, gostaria de trazer isso ao seu conhecimento, pois, quem sabe o próprio Executivo nos ajude a conseguir, no menor espaço de tempo possível, alcançar as assinaturas necessárias e, enfim, deliberar essa PEC, que considero muito importante.

Parabéns, Ministra, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) - Ministra Simone, gostaria que V.Exa. acrescentasse algo às respostas. Nós estamos vivendo um momento de negociação de servidores públicos com o Ministério da Gestão. Todas as rodadas com





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

várias categorias já estão previstas no orçamento e estão negociadas. Quanto àqueles das universidades e institutos federais que ainda não estão fechados, gostaria de saber como faremos, dentro do nosso trabalho orçamentário, para prever essa parte que ainda não está discutida e negociada com o Ministério da Gestão.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Obrigada a todos pelas considerações.

Quero, antes de tudo, começar, quase pelo final, agradecendo imensamente à apresentação e à fala do Deputado Yury, que gentileza. Não é só porque é do meu partido, mas, pela gentileza das palavras, vou responder as perguntas dele apesar de ele ter precisado de sair.

Também agradeço ao Deputado Valdir Cobalchini. Sou imensamente grata por todo o apoio. Sei do trabalho junto aos assessores e aos Parlamentares da bancada. Por isso, deixo a minha gratidão.

É um orgulho poder estar na Câmara dos Deputados, especialmente quando sou recepcionada também pelos Deputados do meu partido. Isso me deixa muito feliz.

O Deputado Yury faz perguntas com respostas muito objetivas. A pergunta dele tem um pouco a ver também com o que o Zarattini está preocupado.

“A análise de revisão de gastos em relação às aposentadorias está prevendo aposentadoria menor que o salário-mínimo?”

A resposta é “não”. Eu sou obrigada a colocar a evolução dos gastos com a aposentadoria vinculada à valorização do salário mínimo. Preciso apresentar números, é meu papel apresentar diagnósticos e projeções, mas não passa pela cabeça do Presidente Lula nem da equipe econômica desvincular a aposentadoria.

O que estamos trazendo é uma possibilidade de modernizar os benefícios previdenciários e trabalhistas, em um estudo que está preliminarmente sendo elaborado, mas, como eu mesma disse, eu trago tudo, mesmo aquilo com que não concordo. Colocamos na mesa números e, a partir daí, de forma coletiva, vamos avançando, porque não dá para negar que a vinculação do salário mínimo aos benefícios vai ter um impacto total em todos, incluindo os benefícios temporários e os permanentes, de 1 trilhão, 140 ou 129 bilhões ao longo de 10 anos por conta da valorização.

Feita essa projeção, vamos manter isso e compensar de algum lugar? Essa é uma decisão política. Então, só para deixar claro, eu mesma, particularmente, entendo que, no





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

caso da aposentadoria, é tirar com uma mão para dar com a outra, porque você vai ter de atender o aposentado com outros tipos de assistência, de políticas públicas, porque esse recurso vai fazer falta no final do mês.

Ele pergunta sobre a melhoria da Lei de Finanças Públicas, que é uma lei de 1964. Nós estamos há 60 anos de uma lei que é boa, não é que ela seja ruim, mas ela precisa ser modernizada, pois está ultrapassada.

A pergunta dele é: *“Está incorporada a revisão de gastos no sentido da qualidade gastos na Lei de Finanças Públicas?”*

Ela está na fase final de elaboração, da qual vários Ministérios fazem parte, para depois analisar e levar para a junta e, obviamente, levar para o Presidente Lula para uma decisão final, se vamos apresentar ou não essa lei ainda este ano no Congresso Nacional.

Deputada Professora Luciene, eu gosto de ser chamada de professora, eu fico muito feliz, apesar de que, temporariamente, somos Parlamentares ou somos políticos, mas somos eternamente professores.

Faço coro a todas as suas colocações, não discuto. Só para deixar muito claro, quando eu trouxe os números do FUNDEB, para ninguém falar que estou falando em mudar o percentual do FUNDEB, não é isso. Eu quis mostrar exatamente que, apesar de o FUNDEB ter crescido exponencialmente — e não é que está crescendo, cresceu nos últimos anos ou vai crescer nos últimos anos em 10 bilhões, porque vai crescer muito mais do que isso por ano —, quando vemos a realidade do Brasil com números, é a realidade que V.Exa. apresenta. Então, tem alguma coisa errada não no aumento da receita para a educação, mas na forma como estamos aplicando o FUNDEB.

Por isso, Deputado Zarattini, a pergunta que faço é: vamos olhar para onde vai o dinheiro do FUNDEB e se não precisamos, às vezes, até trazer outros objetivos para o FUNDEB. Vou dar um exemplo simples, na linha do que a Deputada falou, ela apresentou alguns números, e eu apresentarei outros.

Quando fui apoiar o Presidente Lula, no segundo turno, fiz alguns pedidos de políticas públicas; não fiz nenhum pedido de absolutamente nada que não fosse, obviamente, aquilo em que eu acreditava de projeto de País. Eu falei: *“Presidente, e os nem-nem?”* Refiro-me àqueles que nem estudam, nem trabalham, os nossos jovens que estudam 6, 7, 8 anos, depois param no momento mais decisivo. Nós precisamos de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

incentivo. Pedi que o meu Programa Poupança Jovem pudesse, de alguma forma, ser aproveitado. Enfim, saiu um projeto melhor do que ele, chamado Programa Pé-de-Meia. De repente, ele precisa de mais financiamento, de mais recursos, porque ele pegou o Bolsa Família e não estava pegando o pessoal inscrito no CadÚnico. Às vezes faz o seu financiamento para isso.

Não estou dizendo que é para tirar do FUNDEB, mas não é uma questão de analisar se o dinheiro está sobrando ou não para as prefeituras e ampliar o escopo, a competência do FUNDEB? Eu sei que os professores podem me matar por isso, mas veja, isso caminha até na direção daquela análise: o piso está sendo ou não aplicado para todo mundo? O FUNDEB é para isso também.

Outra questão, já que a educação é prioridade absoluta, percebo, hoje, que há vocacionados, jovens que têm vocação, que são pessoas inteligentes, que se destacam no ensino público, mas, por uma questão social, falam: *“Eu não vou fazer pedagogia, não vou fazer licenciatura plena. Eu não vou para a sala de aula, porque eu preciso sustentar a minha família, então eu vou fazer medicina”*.

Assim, as melhores notas do ENEM, muitas vezes, os alunos de melhores notas que, às vezes, têm aptidão para entrar na sala de aula não vão para uma sala de aula, porque eles acham, não é nem pelo salário apenas, que não é uma profissão valorizada no sentido de reconhecimento.

Então, por exemplo, não estou dizendo que seja do FUNDEB, porque não sou eu que tenho de dizer, é uma decisão coletiva. Estou colocando o que é revisão de gastos, na minha opinião, e eu tenho coragem para dizer, ela é também corte de gastos; mas a essência da revisão é, antes de tudo, garantir qualidade. Então, se estou ampliando o dinheiro do FUNDEB, mas não estou garantindo qualidade, preciso rever, pelo menos, o objeto, a extensão dos investimentos.

Coloco uma questão, que pode não envolver recursos do FUNDEB, pode envolver o piso ou qualquer outra coisa de investimento na educação. Os institutos mostram que 60% da solução para a educação do Brasil está na mão do professor. Isso significa que 60% da educação básica dependem de um bom professor na sala de aula: não depende nem da Internet, que é importante; não depende do ventilador, que é fundamental; ou da escola pintada, que é essencial; mas depende basicamente do professor.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, não seria uma saída inteligente, racional, pegar uma nota de corte do ENEM e dizer que quem passar acima dela e quiser fazer pedagogia, quiser entrar para uma sala de aula, o Estado vai bancar durante os 5 anos de estudo, vai pagar para ele estudar, e ele será um professor de qualidade, porque estará vocacionado. Após isso, ele dará aula na escola pública por determinado período. Esse seria o único retorno que ele teria de dar.

É isso que significa revisão de gastos, significa qualidade de gastos, é repensar dentro do orçamento. O Brasil precisa caber dentro do orçamento, isso é verdade. Então, sobre esse aspecto, levo em consideração todas as ponderações feitas pela Deputada aqui.

Na fiscalização, inclusive, é preciso ver essa questão do eSocial, saber por que em alguns Estados não está se cumprindo esse eSocial. Tenho a grata satisfação de que, no meu currículo, poucas coisas podem ser nobres, mas eu, como Prefeita, fui uma das primeiras Prefeitas do Brasil a pagar o Piso Salarial Nacional, trazendo a carga de 40 para 20 horas, bancando a hora-atividade do professor, para ele receber 100%, mas ficar em sala de aula em 70%, e em 30% ele ficar dentro de casa, corrigindo prova e preparando matéria.

O Deputado Zarattini fez mais uma defesa do que propriamente considerações. Ele só fez uma pergunta específica. Respondendo-o, digo que nós fomos alertados também pelo Tribunal de Contas de algo que já estava no nosso radar: os dois maiores problemas do Brasil, em matéria fiscal — é possível fazer reforma fiscal e até revisão de gastos visando ao corte com inteligência —, são os gastos tributários, que estão subindo e chegando a mais de 600 bilhões de reais, e os gastos com a Previdência.

Mas também está claro para nós e, parece-me, também para o Tribunal, pelo que vi hoje, que a saída para a questão previdenciária não está em uma nova reforma da Previdência. Ela está em analisar as renúncias previdenciárias, que tiram dinheiro da conta da Previdência. Por isso o déficit da Previdência saltou, neste ano, de 688 bilhões de reais para mais de 700 bilhões.

Um exemplo disso é o próprio PIS/COFINS. Quando desoneramos uma parte desse recurso, é para Previdência ou para assistência no geral. Então, eu deixo de recolher para depois devolver em forma de aposentadoria, BPC, seguro-desemprego, entre outros. Não tenho valores ainda para mensurar — para fazer isso, teria de envolver o Ministério da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Fazenda também —, mas podemos trazer no futuro quanto seria, no total, a renúncia tributária da Previdência sob a ótica dessas despesas, para mostrar quanto disso é renúncia.

Por fim, o Deputado Valdir também, praticamente, só fez considerações elogiosas.

Deixo meu carinho e meu reconhecimento, Deputado. Obrigada pelo apoio.

Ele fala, inclusive, de avanços em relação a emendas parlamentares. Isso me permitiu falar de uma coisa de que eu não havia falado. Nós também colocamos um portal, com toda a transparência do SIOF, com todas essas questões, as emendas e toda a ação de orçamento.

Ele fez a seguinte consideração: o investimento público no Brasil é um dos mais baixos das médias mundiais. Um país não cresce só com investimento privado nem só com investimento público. É preciso haver investimento privado e investimento público, mas, para podermos aumentar esse percentual de 2% do PIB para 2,5%, depois 3% e, quem sabe, chegar a 4%, é preciso haver controle fiscal.

Assim, a minha palavra final é de reconhecimento de que não é fácil fazer política no Brasil; de reconhecimento da parceria do Congresso Nacional com este Governo, independentemente de serem Oposição ou Situação. Nas pautas de Estado brasileiro, o Congresso nunca faltou e não está faltando com o Governo do Presidente Lula. Mesmo as rejeições, elas vêm democraticamente pautadas, legitimadas, explicadas, justificadas e dialogadas. O Presidente do Congresso Nacional dialoga quando toma determinada medida em nome do Parlamento.

Então, eu só tenho a agradecer, mas preciso reforçar que minha missão não é fácil, ela é inglória. Mas coragem não nos falta para colocar dedos nas feridas. Encerro da forma como comecei, dizendo que o meu papel é fazer o diagnóstico, fazer as projeções e buscar alternativas.

Deixo o otimismo que tenho, porque conheço esse Brasil e tenho certeza de que ele é muito maior do que todos nós e do que imaginamos. A força e a resiliência dele vêm do seu povo; vêm da sua maior floresta, que é a Amazônia; vêm dos nossos biomas; vêm do clima tropical; vêm do agronegócio brasileiro; vêm do setor empresarial; vêm da massa de trabalhadores; vêm desse povo maravilhoso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mas quero encerrar dizendo que a estratégia do Governo — sei que se não falar, virão as críticas — foi, no ano de 2023, o Ministério da Fazenda rodar a esteira mais rápida da recomposição de receitas. Vamos nos lembrar aqui das apostas esportivas, que não eram tributadas; dos fundos privados exclusivos, que não eram tributados; das *offshores*, que não eram tributadas; de dividendos... Então, havia a necessidade de mexermos também em certas camadas que não eram tributadas, sem aumentarmos a carga tributária.

A carga tributária no Brasil, ano passado, não cresceu: ela caiu. Eu vou trazer os dados que nos foram apresentados hoje pelo Tribunal. Apesar de termos criado tributos para camadas mais elevadas da sociedade, a carga tributária bruta no Brasil ficou em 32,4%, o que ainda é um absurdo! Ninguém discute isso. Mas ela caiu, em relação ao ano de 2022, 0,64%. Então, mesmo aquelas medidas que as senhoras e os senhores aprovaram criando tributos não aumentaram a carga tributária e, o mais importante, não atingiram os mais pobres, aqueles que seriam mais impactados. Ao contrário, a carga tributária caiu.

Então, houve primeiro uma recomposição da carga tributária, diante de um cenário adverso no passado: pandemia, alguns equívocos do Governo passado... Agora, é a hora — as senhoras e os senhores têm razão — de trabalharmos não só no varejo mas também no atacado, no que se refere à revisão de gastos públicos. Isso não se sustenta. O Brasil não vai crescer só com a reforma tributária. O Brasil não vai crescer se nós não fizermos o dever de casa e tivermos a coragem de enfrentar *lobbies*, de enfrentar setores e de analisar, um por um, os gastos tributários para verificar a sua eficiência e necessidade de manutenção. Muitos podem até permanecer e têm que permanecer, porque são essenciais. Precisamos abrir esses números para verificar se não há contabilidade criativa, se não há planejamento tributário, se não há operação cruzada, se não há gente se beneficiando desses gastos tributários sem ter direito a eles. Um exemplo que foi dado aqui, pelo Deputado Domingos Sávio, foi a Zona Franca. Nós demos alguns outros exemplos aqui, mas não vamos especificá-los.

Essas questões estão sendo trabalhadas pelo Ministério da Fazenda, com apoio do Ministério do Planejamento e Orçamento. Espero que eu não tenha deixado nenhuma pergunta, assim, muito...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - O nosso Relator perguntou sobre as greves e sobre o Orçamento.

Primeiro, nós ficamos mais de 4 anos sem reajuste salarial. Então, não dá para cobrar tudo em 2 anos deste Governo. Nós já fizemos um reajuste salarial, no ano passado, de 9%. Nós estamos oferecendo para todas as categorias o que é possível dentro do Orçamento. Nós separamos para a Ministra Esther o que foi possível de espaço fiscal este ano para negociação com algumas categorias. No caso daquelas categorias com as quais não foi possível negociar, porque o orçamento acabou, já antecipamos à Ministra a parte do orçamento de 2025 com a qual ela já pode contar, para sentar à mesa de negociação.

As discussões salariais são legítimas. Elas fazem parte da democracia. Eu tenho todo o respeito pelos servidores públicos, mas é preciso entendermos também o momento que estamos vivendo. Lembro que não dá para colocar a conta, em apenas 2 anos deste Governo, de uma defasagem, que reconhecemos que existe, de 4 anos do Governo passado. Nós estamos fazendo todo o possível, mais do que isso o Orçamento não comporta. Se quisermos fazê-lo ou se formos fazê-lo, nós vamos ter que acelerar, reforçar ainda mais a pauta da revisão de gastos, da qualidade de gastos. Vamos ter que cortar de um lado, para poder, no futuro, ter recurso para aumentar o valor na negociação nos próximos anos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) - Muito obrigado.

Queremos agradecer à nossa Ministra Simone Tebet a belíssima audiência pública, na qual não ficaram perguntas sem respostas.

Comunico a todos os Deputados e Deputadas e a todos os Senadores e Senadoras que o relatório preliminar já está disponibilizado no sistema. As emendas ao relatório preliminar estão abertas, a partir de agora, até depois de amanhã, dia 14, às 14 horas. Todas as emendas ao relatório preliminar têm prazo de 2 dias, são 48 horas apenas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a nossa audiência pública.

Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA OITAVA REUNIÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2024

Aos quatorze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro reuniu-se, de forma semipresencial, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados e, virtualmente, por meio da plataforma zoom. Foram registradas as presenças dos **Deputados Titulares:** Adail Filho, AJ Albuquerque, Beto Richa, Cabo Gilberto Silva, Dal Barreto, Daniel Agrobom, Domingos Sávio, Fernanda Pessoa, Fernando Rodolfo, Jonas Donizette, Julio Arcoverde (Presidente), Julio Cesar Ribeiro, Laura Carneiro, Leo Prates, Luiz Nishimori, Lula da Fonte, Márcio Biolchi, Merlong Solano, Murillo Gouvea, Orlando Silva, Paulão, Yury do Paredão e Zeca Dirceu; dos **Senadores Titulares:** Angelo Coronel, Astronauta Marcos Pontes, Confúcio Moura, Jayme Campos (1º Vice-Presidente), Leila Barros e Marcos Rogério; e dos **Deputados Suplentes:** Átila Lins, Claudio Cajado, Cobalchini, Dagoberto Nogueira, Heitor Schuch, Jadyel Alencar, Juninho do Pneu, Leur Lomanto Júnior, Mário Negromonte Jr., Murilo Galdino, Nilto Tatto, Roberto Monteiro Pai, Rosângela Reis, Sargento Portugal, Waldemar Oliveira e Zé Haroldo Cathedral. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Dr. Victor Linhalis, Filipe Barros, Florentino Neto, José Priante, Luis Tibé, Professora Luciene Cavalcante, Rodrigo de Castro e Zé Vitor e os Senadores Titulares Ciro Nogueira, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Rodrigo Cunha e Sérgio Petecão. **ABERTURA:** às vinte horas e cinquenta e quatro minutos, do dia quatorze de agosto de dois mil e vinte e quatro, o Presidente, Deputado Julio Arcoverde, iniciou os trabalhos e comunicou que já havia quórum para abertura da Reunião, segundo estabelece o *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*. Pediu a compreensão dos presentes para aguardar que se completasse o quórum para deliberação, conforme exige o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional* e franqueou o uso da palavra aos parlamentares. Não havendo oradores, o Presidente passou a palavra ao deputado Cabo Gilberto Silva, Relator da Medida Provisória nº





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

1.238/2024-CN, constante da pauta. O Relator explicou o conteúdo da Medida Provisória e o Presidente iniciou a discussão. Usaram da palavra os deputados Claudio Cajado e Orlando Silva. O Relator fez a leitura da justificativa do seu voto. Às vinte e uma horas e vinte e um minutos, o Presidente anunciou que havia sido atingido o quórum para deliberação. **ORDEM DO DIA: Item 2–** Apreciação do **Relatório apresentado à Medida Provisória nº 1.238/2024**, do Poder Executivo, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário, no valor de R\$ 1.348.356.276,00, para os fins que especifica”. **RELATOR:** Deputado CABO GILBERTO SILVA. **VOTO:** pela REJEIÇÃO da Medida Provisória. Quanto às 2 (duas) emendas apresentadas foram REJEITADAS. Finalizada a leitura do Relatório, encontrando-se a matéria ainda em discussão, usou da palavra o deputado Claudio Cajado e em seguida a discussão foi encerrada. Em deliberação o Relatório foi **APROVADO** na representação da Câmara dos Deputados, com voto contrário do deputado Orlando Silva e **APROVADO** também na representação do Senado Federal. O deputado Daniel Agrobom usou da palavra. **Item 1- Relatório apresentado à Medida Provisória nº 1.237/2024**, do Poder Executivo - que "abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Federal, da Defensoria Pública da União, do Ministério do Trabalho e Emprego, e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 2.036.694.007,00, para os fins que especifica". **RELATOR:** Deputado MÁRCIO BIOLCHI. **Item 3- Relatório apresentado à Medida Provisória nº 1.243/2024**, do Poder Executivo - que "abre crédito extraordinário, em favor da Justiça do Trabalho e do Ministério Público da União, no valor de R\$ 27.163.242,00, para os fins que especifica". **RELATOR:** Senador ROGÉRIO CARVALHO. **VOTO:** pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. Não foram apresentadas emendas à Medida Provisória. Os itens 1 e 2 constantes da pauta não foram deliberados em razão do encerramento da reunião. **EXPEDIENTES:** O Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, do dia doze de junho até a presente data, inclusive os avisos do Tribunal de Contas da União que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. Solicitou também a dispensa da leitura das Atas da 6ª Reunião Deliberativa Extraordinária e da 7ª Reunião de Audiência Pública, ambas realizadas no dia 12 de junho. Não havendo manifestação para retificação das Atas, em





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

votação, as Atas foram **APROVADAS** nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. **ENCERRAMENTO:** O Presidente encerrou os trabalhos às vinte e uma horas e vinte e seis minutos, do dia quatorze de agosto, do ano de dois mil e vinte e quatro. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Julio Arcoverde, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Boa noite.

Obrigado pela presença de todos.

Esta é a 8ª Reunião Deliberativa Extraordinária, em 14 de agosto de 2024.

Há quórum regimental para a abertura da reunião. A reunião ocorre de forma semipresencial. Há Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares que participam de forma virtual através da plataforma Zoom.

Declaro iniciada a presente reunião deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional para votação das matérias constantes da pauta.

Vou aguardar um pouco, porque estão faltando apenas dois Senadores para atingirmos o quórum de deliberações. Então, peço a todos um pouco de paciência. A partir deste momento, os Senadores vão confirmar presença. Alguns estão com dificuldade de confirmar suas presenças no Infoleg.

Enquanto isso, eu quero aproveitar para franquear a palavra aos nobres colegas Deputados e Senadores. Àqueles que desejarem falar a palavra está franqueada.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Enquanto aguardamos o quórum — falta um Senador —, eu queria já designar a palavra ao Relator, o Deputado Cabo Gilberto Silva. *(Pausa.)*

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Só um minutinho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Pois não.

O Deputado Cabo Gilberto Silva está recebendo as orientações da Deputada Adriana Ventura e falará assim que puder.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Já resolvi.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Já resolveu o problema.

Enquanto esperamos o quórum do Senado, queria passar a palavra ao Relator Cabo Gilberto Silva, nosso querido representante da Paraíba.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Boa noite a todos.

Sr. Presidente, é uma satisfação imensa estar aqui como Relator das três medidas provisórias — não é isso, Sr. Presidente?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - V.Exa. é Relator só da Medida Provisória nº 1.238, de 2024.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Enquanto o relatório chega, Sr. Presidente, só quero explicar à população brasileira do que trata a Medida Provisória nº 1.238, de 2024.

"Parecer

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Medida Provisória nº 1.238, de 3 de julho de 2024, que 'abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário, no valor de R\$ 1.348.356.276,00, para os fins que especifica'.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Federal Cabo Gilberto Silva, do PL da Paraíba.

I. Relatório

De acordo com a Exposição de Motivos nº 48, de 2024, MPO - EM 48/24, a proposta visa ao atendimento emergencial para cumprimento de decisão do Tribunal de Contas da União (TCU).

A urgência e a relevância justificar-se-iam pela necessidade de cumprir a determinação dos Acórdãos nºs 362, de 2020, e 2.289, de 2022, de maneira a restituir os limites de gastos pretéritos definidos para o Poder Judiciário, reforçando que aquela Corte de Contas estabeleceu o prazo de 30 dias para o cumprimento integral da decisão.

Quanto à imprevisibilidade, argumentou-se pela impossibilidade de se ter previsto, para a Lei Orçamentária de 2024, as dotações necessárias para fazer frente a esse compromisso.

Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas duas emendas à MPV.

(...)

II.1 Da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade

O art. 62 da Constituição Federal estabelece que, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional (...). Por sua vez, em seu art. 167, § 3º, a Constituição prevê que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 (...).

Tomando citados dispositivos constitucionais como paradigma, tem-se que as medidas provisórias de créditos extraordinários devem atender aos pressupostos de relevância, urgência e imprevisibilidade. A esse respeito, informa a EM 00048/24 MPO:

Cabe informar que a urgência e relevância justificam-se pela necessidade de cumprir a determinação dos Acórdãos nºs 362/2020 e 2.289/2022, de maneira a restituir os limites de gastos pretéritos definidos para o Poder Judiciário, reforçando que aquela Corte de Contas estabeleceu o prazo de 30 dias para o cumprimento integral da decisão.

Quanto à imprevisibilidade, deve-se à impossibilidade de se ter previsto, para a Lei Orçamentária de 2024, as dotações necessárias para fazer frente a esse compromisso."

Sr. Presidente, estou aqui falando da parte técnica da medida provisória e, assim que chegar o nosso relatório finalizado, eu vou ler o voto.

"Ressalta-se, portanto, que, baseado no acima exposto, a proposição está em conformidade com as prescrições do art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição.

Não obstante a fundamentação apresentada pelo Executivo, consideramos que os pressupostos constitucionais para a abertura de créditos extraordinários não foram atendidos. A Constituição Federal prevê a abertura de créditos extraordinários apenas para despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública (...). As despesas previstas na MP nº 1.238, de 2024, que incluem pagamento de pessoal, encargos sociais, custeio administrativo e investimentos, não se enquadram nessas situações.

Deve-se lembrar ainda de que, de acordo com a ADI 4.048 MC/DF:

III. Limites constitucionais à atividade legislativa excepcional do Poder Executivo na edição de medidas provisórias para abertura de crédito extraordinário. Interpretação do art. 167, § 3º c/c o art. 62, § 1º, inciso I, alínea 'd', da Constituição. Além dos requisitos de relevância e urgência (art. 62), a Constituição exige que a abertura do crédito extraordinário seja feita apenas para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

atender a despesas imprevisíveis e urgentes. Ao contrário do que ocorre em relação aos requisitos de relevância e urgência (art. 62), que se submetem a uma ampla margem de discricionariedade por parte do Presidente da República, os requisitos de imprevisibilidade e urgência (art. 167, § 3º) recebem densificação normativa da Constituição. Os conteúdos semânticos das expressões 'guerra', 'comoção interna' e 'calamidade pública' constituem vetores para a interpretação/aplicação do art. 167, § 3º c/c o art. 62, § 1º, inciso I, alínea 'd', da Constituição. 'Guerra', 'comoção interna' e 'calamidade pública' são conceitos que representam realidades ou situações fáticas de extrema gravidade e de consequências imprevisíveis para a ordem pública e a paz social, e que dessa forma requerem, com a devida urgência, a adoção de medidas singulares e extraordinárias. A leitura atenta e a análise interpretativa do texto e da exposição de motivos da MP nº 405/2007 demonstram que os créditos abertos são destinados a prover despesas correntes, que não estão qualificadas pela imprevisibilidade ou pela urgência. A edição da MP nº 405/2007 configurou um patente desvirtuamento dos parâmetros constitucionais que permitem a edição de medidas provisórias para a abertura de créditos extraordinários. IV. Medida cautelar deferida. Suspensão da vigência da Lei nº 11.658/2008, desde a sua publicação, ocorrida em 22 de abril de 2008.

II.2 Da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira

A Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, estabelece, em seu art. 5º, § 1º, que o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento às normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.

Para que se proceda a esse exame, deve-se observar que os créditos extraordinários, pelas circunstâncias excepcionais que os justificam, recebem tratamento diferenciado no ordenamento jurídico nacional.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nos termos do art. 3º, § 2º, II, da Lei Complementar nº 200, de 2023, medidas provisórias não se sujeitam ao Regime Fiscal Sustentável, que instituiu limites individualizados para o montante global das dotações orçamentárias relativas a despesas primárias. Como apontado acima, contudo, as despesas incluídas nesta medida são ordinárias e não deveriam ter sido veiculadas por medida provisória.

A exclusão dessas despesas do universo de abrangência das regras fiscais, fora das hipóteses previstas em lei e com o consequente esvaziamento da competência legislativa legitimamente exercida nas normas complementares fiscais, decorreu de decisão do TCU, onde se assentou que *'qualquer que seja a forma adotada para a recomposição dos valores (...) tal montante deve ser contabilizado fora do limite total de despesas previsto pela LC 200/2023, sob pena de penalização indevida daquele poder'*.

A MPV tem impacto sobre o resultado primário, na medida em que autoriza despesas primárias que deverão ser suportadas por receitas financeiras, sem a devida compensação. Porém, a Corte de Contas equiparou equivocadamente o caso em análise à excepcionalidade de uma calamidade pública para fins de flexibilização da regra fiscal, quando assentou que *'os valores não devam ser contabilizados para fins de verificação do cumprimento da meta'*, a despeito do que prevê expressamente a LC 200/23, no sentido de que *'A Lei de Diretrizes Orçamentárias não poderá dispor sobre a exclusão de quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social'*.

Pelo exposto, resta demonstrada a incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira da MPV 1.238/24."

Sr. Presidente, é importante deixar claro à população brasileira e aos pares, os Senadores e os Deputados Federais, o Congresso Nacional, que o nosso Poder Judiciário é um dos mais caros do planeta — todos sabem disso. Então, é importante que todos se atentem a essa questão técnica que eu li aqui.

Vou aguardar agora, Sr. Presidente, o relatório para que eu possa complementar meu voto.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Peço a palavra para discutir, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, meu querido Relator Cabo Gilberto.

Está aberta a discussão.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu pediria, inicialmente, que a Nota Técnica nº 37, solicitada por este Parlamentar à Consultoria da Comissão de Orçamento, integrasse inteiramente a minha fala agora. Além do que eu estou utilizando verbalmente, eu queria que a nota técnica fizesse parte da justificativa do voto, que é no sentido de apoiar o relatório apresentado e lido agora pelo Deputado Gilberto, para rejeitarmos essa medida provisória.

Eu não vou aqui adentrar no mérito, se são ou se não são devidos os recursos do aumento do Poder Judiciário, mas, pela forma como eles foram apresentados pela medida provisória, ela merece ser rejeitada, porque está errado. Eu posso dizer isso sem nenhum receio, porque, como Relator do arcabouço fiscal, essa medida provisória fulmina de morte o conceito que esta Casa votou ao aprovarmos o arcabouço, tanto aqui quanto no Senado.

Eles não respeitam o teto de gasto. Colocar esse aumento fora do teto é um absurdo, cria precedentes, e outros Poderes poderão fazer o mesmo. E eu não tenho dúvida de que o Executivo, consternadamente, atendendo à determinação do TCU, enviou a medida provisória para cumprir formalmente uma orientação do Tribunal de Contas, que não deveria tê-lo feito, já que é um órgão fiscalizador das contas públicas.

Portanto, Sr. Presidente, aos Parlamentares aqui presentes e aos que estão virtualmente participando da sessão, peço que leiam integralmente a Nota Técnica nº 37, solicitada por este Parlamentar, que justifica tecnicamente a todos os senhores e as senhoras membros da Comissão de Orçamento e do Plenário, quando a matéria for apresentada para votação e deliberação, a justificativa para podermos rejeitá-la.

Essa é uma posição tecnicamente amparada, e essa nota veio com uma luva para justificar os meios pelos quais foram inadequadamente apresentados, para que o Congresso pudesse atender o pleito judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Claudio.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu quero registrar a presença do Senador Jayme Campos pela plataforma Zoom.

Algum Deputado deseja se pronunciar ainda?

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) - Eu me inscrevi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Ministro Orlando Silva, V.Exa. tem a palavra, por favor.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) - Presidente, eu considero que nós não poderíamos fazer esta reunião, poderia dizer, de emergência, convocada por esta Comissão Mista de Orçamento para tratar das medidas provisórias, abstraindo um fato mais que jurídico, também político, que aconteceu no dia de hoje. E considero que a explicação do voto do Relator, para além das razões expostas pelo Deputado Claudio Cajado, do alto da sua autoridade, de quem relatou o arcabouço fiscal, objetivamente, me parece uma resposta política a uma decisão manifestada por um Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Eu digo isso porque defendo as prerrogativas parlamentares, defendo as competências constitucionais da Câmara dos Deputados. E, francamente, o Parlamento brasileiro precisa, sim, dar uma resposta a interferências nas competências que possui por comando constitucional. Nós temos responsabilidades típicas definidas pela Constituição, entre as quais responsabilidades vinculadas à votação e aprovação do Orçamento. Emendas constitucionais foram aprovadas nesta Casa e no Senado, desde 2015, estabelecendo regras, inclusive emendas impositivas. Essa foi uma decisão soberana do Parlamento brasileiro.

Eu acredito que o Presidente da Casa Arthur Lira e o Presidente do Senado Rodrigo Pacheco devam liderar um diálogo político que envolva o Supremo Tribunal Federal e o Poder Executivo, para que nós evitemos uma escalada, porque o que se vê, já faz alguns anos, é uma escalada em torno de quais limites deve ter o Parlamento na definição do Orçamento.

Por isso, Presidente, eu considero que a resposta política que a Casa deve dar é uma resposta que afirme a responsabilidade e a competência do Parlamento. Não me parece correta a mera rejeição de uma medida provisória que não terá eficácia. Quando eu abri os dados, percebi que ela alcança o Supremo Tribunal Federal em 6 milhões de reais. São 870 milhões de reais já empenhados e executados da Justiça do Trabalho; e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

450 milhões de reais, da Justiça Federal, que opera no Brasil inteiro. Nós sabemos que medida provisória tem eficácia de lei, plenamente, enquanto vigor. Está liquidado o crédito que foi autorizado. São ineficazes as medidas que serão adotadas a partir de um PDL que regule os efeitos da rejeição da medida provisória.

A resposta baseada numa reação intempestiva não ajuda. Nós deveríamos ter uma resposta, se necessário for, baseada na razão. Se erro foi cometido pelo Supremo, e houver outro erro do Parlamento, somar dois erros não produz um acerto.

Por isso, Presidente, com a responsabilidade política que tenho, eu me sinto no dever de partilhar com os meus colegas essa reflexão que faço aqui. É necessária uma resposta política para afirmar o Parlamento, que seja eficaz, refletida e liderada pelo Presidente Arthur Lira e pelo Presidente Rodrigo Pacheco, num diálogo institucional que produza estabilidade. Não nos interessa uma escalada que produza crise institucional.

Por isso, manifesto-me contrariamente ao parecer apresentado pelo Relator.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Mas eu nem votei ainda. Vou votar ainda — calma.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Com a palavra o Relator, o Deputado Cabo Gilberto Silva.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Eu vou falar aqui de forma técnica porque aprendi na faculdade. E os senhores entendam, escutem, e cada um pode divergir, porque faz parte, aqui é o Congresso Nacional.

Já estou com o voto completo e vou finalizá-lo, Sr. Presidente.

"II.3 Mérito.

Conforme exposto na nota técnica da CONOF/CD 37/2024, a aprovação desta medida provisória poderia cancelar decisões da Corte de Contas da qual decorrem os seguintes efeitos deletérios:

i) admissão de direito adquirido a 'espaço orçamentário' pretérito (extinto): o entendimento conflita com o princípio da anualidade, que impede que sobras orçamentárias de exercícios anteriores sejam reivindicadas em anos subsequentes; além de transformar o dever de observância do limite de gastos em direito ao montante máximo das dotações (piso);





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ii) criação de precedente para caracterização de 'situações excepcionais' que justificariam o atendimento de despesas ordinárias mediante créditos extraordinários. A alegação de que a imprevisibilidade e urgência das despesas da MP 1.238/2024 decorrem da impossibilidade de se ter previsto, para a LOA 2024, montante maior de dotações ordinárias, não torna as despesas urgentes e imprevisíveis. A fixação de um novo limite (espaço orçamentário), por si só, não gera urgência ou imprevisibilidade;"

É importante que os Parlamentares atentem para o que eu estou falando aqui.

"iii) risco de reiteradas ampliações de limites com fundamento em atendimento indevido de despesas ordinárias" — que são diferentes de extraordinárias — "mediante créditos extraordinários: em uma espécie de efeito dominó, há o risco de, futuramente, serem reivindicados novos limites a partir do argumento de que o aumento extraordinário em 2024 decorreu de despesas ordinárias (como efetivamente o são), argumento análogo ao que foi acolhido pelo TCU em relação à MP nº 711/2016.

Ademais, o precedente pode fazer com que outros órgãos ou instituições, inclusive o próprio Executivo, passem a pleitear junto ao TCU autorização para que seja editada MP abrindo crédito extraordinário em favor de demandas que venham a ser consideradas excepcionais diante de uma situação concreta, ou requerer 'espaços orçamentários' pretéritos e extintos. Ou seja, o precedente pode fazer com que o Tribunal atraia para si inúmeras outras situações ou pretensões que dizem respeito a conflitos orçamentários estranhos à sua competência."

Isto é muito importante e vou repetir para V.Exas. ouvirem: "O precedente pode fazer com que o Tribunal atraia para si inúmeras outras situações ou pretensões que dizem respeito a conflitos orçamentários estranhos à sua competência".

Vou ler o quarto e último item:

"iv) fragilização das regras fiscais, criando exceção não prevista em lei: o TCU assentou, sem base legal, que as dotações para pagamento de saldos orçamentários de exercícios anteriores poderiam deixar de ser consideradas para fins de cumprimento da meta de resultado primário e do limite de gastos. De





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

acordo com a legislação vigente, o cômputo de despesas da meta de resultado somente é excluído nos casos de calamidade pública (art. 65 da LRF)"

Isso a exemplo do que ocorreu e está ocorrendo com o Estado do Rio Grande do Sul, a exemplo do que ocorreu no Estado de Minas Gerais com a barragem de Brumadinho.

Estou sendo claro, Sr. Presidente? *(Pausa.)*

Continuo:

"II.4 Emendas

As emendas nºs 1 e 2 apresentadas pretendem regular o aproveitamento dos créditos extraordinários abertos (os quais já se encontram empenhados neste momento). A primeira emenda direciona os recursos para antecipar, para 1º de outubro de 2024, o reajuste dos servidores do Judiciário e CNMP, de 6,13%, previstos em lei para 1º de fevereiro de 2025".

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Espere um momento, Deputado Cabo Gilberto Silva. Peço 1 minuto.

Quero registrar a presença também do Senador Marcos Rogério.

V.Exa. queria falar alguma coisa, Senador, para registrar a presença?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - S.Exa. está tentando falar, mas não está conseguindo. S.Exa. está no Senado, mas já confirmou a presença aqui.

Tem a palavra o Relator, o Deputado Cabo Gilberto Silva.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Sou disciplinado, Sr. Presidente. Estou aqui para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Quero dizer que alcançamos o quórum no Senado.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Sim, Presidente.

Vou repetir:

"II.4 Emendas.

As emendas nºs 1 e 2 apresentadas pretendem regular o aproveitamento dos créditos extraordinários abertos (os quais já se encontram empenhados neste momento). A primeira emenda direciona os recursos para antecipar, para 1º de outubro de 2024, o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

reajuste dos servidores do Judiciário e CNMP, de 6,3%, previstos em lei para 1º de fevereiro de 2025. A segunda emenda direciona os recursos para o programa de saúde suplementar no âmbito do Judiciário.

Tratando-se de medida provisória que abre crédito extraordinário, eventual emenda, se for ao texto, limita-se à autorização de abertura de créditos suplementares e contratação de operação de crédito. Se for à programação, somente pode ser admitida se for para cancelar dotação, em observância ao disposto no art. 111 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. As emendas não se encaixam em nenhuma dessas permissões. Por essa razão, concluímos pela sua inadmissão".

Quero deixar algo claro aqui, Sr. Presidente, antes de proferir o nosso voto, como Relator dessa respectiva medida provisória. Deputado Orlando Silva, não se trata de nenhum tipo de retaliação, não se trata de nenhuma afronta. Trata-se, sim, da independência do Poder Legislativo, como determina a nossa Constituição, em seu art. 1º, com base na técnica e na boa-fé do Poder Legislativo.

"II.5 Conclusão

Ante o exposto, votamos pela ausência dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e, no mérito, pela rejeição da Medida Provisória nº 1.238, de 2024, e das emendas apresentadas.

Brasília, 14 de agosto de 2024.

Relator: Deputado Cabo Gilberto Silva, do PL da Paraíba."

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Obrigado, Relator Cabo Gilberto Silva. Parabenizo V.Exa. pelo relatório.

Algum Deputado deseja discutir ainda? (*Pausa.*)

Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, quero apenas fazer uma reiteração. Tenho muito respeito pelo Deputado Orlando Silva. A matéria estava já com o Relator designado.

Pode ser uma coincidência ou não, mas temos que nos atentar aqui à formalidade. Fazer uma medida provisória para aumentar salário extrateto, tirando do teto de gastos?! Pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus! Se aceitarmos isso, é melhor não haver regras





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fiscais neste País. Isso beira um acinte. Medida provisória para aumentar salário e tirar do teto?! Isso não existe, gente! Pelo amor de Deus!

Se rejeitarmos, há de se fazer o seguinte: prevalece o aumento? Prevalece, mas eles vão ter que encontrar, dentro do teto do Poder Judiciário, a forma para poder equacionar as suas despesas. O.k.! O que não pode é haver regras fiscais que sejam desrespeitadas, principalmente no que se refere ao custeio da máquina pública, seja do Judiciário, seja do Executivo, seja do Legislativo.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Muito obrigado, Deputado Claudio Cajado. V.Exa. foi brilhante como sempre.

Algum Deputado deseja ainda discutir a matéria? *(Pausa.)*

Está encerrada a discussão.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com voto contrário do Ministro Orlando Silva.

O relatório está em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai para a Câmara dos Deputados e, posteriormente, para o Senado Federal.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos...

O SR. DANIEL AGROBOM (PL - GO) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Pois não, meu querido Deputado Daniel Agrobom.

O SR. DANIEL AGROBOM (PL - GO) - Foi aprovado o relatório...

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Do Deputado Cabo Gilberto Silva.

O SR. DANIEL AGROBOM (PL - GO) - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Arcoverde. Bloco/PP - PI) - Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão do dia 12 de junho até a presente





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

data, inclusive os avisos do TCU que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet.

Caso algum Parlamentar se interesse pela relatoria da matéria, peço que se manifeste. *(Pausa.)*

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das Atas da 6ª Reunião Deliberativa e da 7ª Reunião Extraordinária de Audiência Pública, ambas realizadas no dia 12 de junho. Caso haja alguma retificação, peço que os senhores Parlamentares se manifestem. *(Pausa.)*

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas estão em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



Aprovadas.

Declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço a presença de todos.



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

